



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NATÁLIA COSTA PORTO

PRODUÇÃO DE SENTIDO DE MULHERES QUE ESTIVERAM ENCARCERADAS
NA COLÔNIA PENAL FEMININA BOM PASTOR

Recife

2022

NATÁLIA COSTA PORTO

**PRODUÇÃO DE SENTIDO DE MULHERES QUE ESTIVERAM ENCARCERADAS
NA COLÔNIA PENAL FEMININA BOM PASTOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. **Área de concentração:** Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^a. Elaine Magalhães Costa Fernandez.

Recife

2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecária: Claudina Queiroz, CRB4/1752

P853p Porto, Natália Costa.
Produção de sentido de mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor / Natália Costa Porto. – 2022.
124 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Elaine Magalhães Costa Fernandez.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2022.

Inclui referências e anexos.

1. Encarceramento feminino. 2. Produção de sentido. 3. Psicologia jurídica. I. Fernandez, Elaine Magalhães Costa (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2023-031)

NATÁLIA COSTA PORTO

**PRODUÇÃO DE SENTIDO DE MULHERES QUE ESTIVERAM ENCARCERADAS
NA COLONIA PENAL FEMININA BOM PASTOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 04/11/2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Elaine Magalhães Costa Fernandez (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Andrea Almeida Campos (Examinadora Externa)
Universidade Católica de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às participantes desta pesquisa. Por seus relatos, por suas vozes e por sua coragem de falar sobre seus momentos e seu cotidiano durante o encarceramento.

Agradeço, também, à minha orientadora Elaine Magalhães Costa Fernandez. Sem ela, o trabalho não poderia ter sido construído. A cada dúvida e ansiedade, um encontro que iluminava as ideias e fazia seguir a diante sem medo das dificuldades e ainda mais inspirada do que antes. Agradeço, também, a cada professora e professor pelo compartilhamento de conhecimento e pela transformação de vidas através da educação.

Agradeço muito aos membros da minha família, que sempre me apoiaram e estiveram próximos aliviando os estresses e lembrando do brilho da vida. Em especial agradeço à minha avó Regina, maior inspiração da minha vida, uma mulher que me ensina o significado de amor todos os dias. Um agradecimento e homenagem à minha avó Nena, que não mais está aqui, por ser uma grande incentivadora de todos os netos nunca duvidando de nossa capacidade e coragem. Agradeço à minha mãe, que me educou e esteve comigo desde sempre; ao meu pai, que me deu todos os subsídios e incentivos para ser quem sou; à minha tia Lidiane, que sempre esteve ao meu lado para que eu seguisse os meus passos com segurança; ao meu namorado de longa data que é meu porto seguro; aos meus irmãos e a todos aos meus familiares. Agradeço ainda aos meus amigos, em especial Sara, Józimo, Brenda e Maria Thereza por cada fim de semana descontraído ou escuta sobre os dias de trabalho.

Agradeço a Deus.

Agradeço, por fim, aos meus colegas que compartilharam a difícil missão de realizar um mestrado em tempos pandêmicos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo promover a compreensão do que é produzido, mantido e modificado com a experiência cotidiana carcerária feminina na Colônia Penal feminina Bom Pastor em Recife. Com base epistemológica nos estudos de poder em M. Foucault, o trabalho se fundamenta teoricamente na compreensão das mulheres encarceradas enquanto sujeitos ativos nas produções de sentido em seus cotidianos, considerando-as cidadãs que vivenciaram restrição de suas liberdades. Dessa forma, há um olhar atento para as questões de gênero, classe, raça, sexualidade, idade e escolaridade, compreendendo as mulheres encarceradas para além dos supostos crimes cometidos. A pesquisa é qualitativa e transversal, de caráter exploratório e conta com a participação de 3 mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Há, então, a aplicação de uma entrevista semiestruturada que propõe a investigação do espaço, das relações, das atividades desempenhadas, dos afetos e demais informações sobre o cotidiano no cárcere. Utilizando a análise do decurso, foi possível confirmar a hipótese de que os sentidos produzidos e atribuídos ao cotidiano giram em torno de relações interiores e exteriores ao cárcere, relações com o ambiente carcerário (celas, pátio, fábrica...), atividades cotidianas (conversa, trabalho, alimentação) e afetos. Com isso, concluiu-se que é importante estar atento ao cotidiano feminino no cárcere para compreender as necessidades dessas cidadãs com o objetivo de que sejam garantidos o direito à dignidade e à saúde, suprimindo temporariamente unicamente o direito à liberdade. Na perspectiva psicológica, diversos elementos dificultam a manutenção da saúde mental no cárcere, o que justifica a necessidade de Políticas Públicas que ampliem intervenções psicossociais a esse público no cárcere.

Palavras-chave: encarceramento feminino; produção de sentido; cotidiano; psicologia jurídica.

ABSTRACT

The present work aims to promote the understanding of what is produced, maintained and modified with the daily female prison experience in the Bom Pastor Female Penal Colony in Recife. With an epistemological basis in the studies of power in M. Foucault, the work is theoretically based on the understanding of incarcerated women as active subjects in the production of meaning in their daily lives, considering them citizens who have experienced restriction of their freedoms. In this way, there is an attentive look at issues of gender, class, race, sexuality, age and education, including women incarcerated beyond the alleged crimes committed. The research is qualitative and transversal, exploratory in nature and has the participation of 3 women who were incarcerated in the Bom Pastor Feminine Penal Colony. There is, then, the application of a semi-structured interview that proposes the investigation of space, relationships, activities performed, affections and other information about daily life in prison. Using the analysis of the course, it was possible to confirm the hypothesis that the meanings produced and attributed to everyday life revolve around relationships inside and outside the prison, relationships with the prison environment (cells, courtyard, factory...), everyday activities (conversation, work, food) and affections. With this, it was concluded that it is important to be aware of the daily life of women in prison to understand the needs of these citizens in order to guarantee the right to dignity and health, temporarily suppressing only the right to freedom. From a psychological perspective, several elements make it difficult to maintain mental health in prison, which justifies the need for Public Policies that expand psychosocial interventions to this public in prison.

Keywords: female incarceration; production of meaning; daily life, legal psychology.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo promover la comprensión de lo que se produce, mantiene y modifica con la experiencia carcelaria femenina cotidiana en la Colônia Penal Feminina Bom Pastor do Recife. Con base epistemológica en los estudios del poder en M. Foucault, el trabajo se sustenta teóricamente en la comprensión de las mujeres privadas de libertad como sujetos activos en la producción de sentido en su vida cotidiana, considerándolas ciudadanas que han experimentado restricción de sus libertades. De esta forma, se mira atenta a cuestiones de género, clase, raza, sexualidad, edad y educación, incluyendo a las mujeres encarceladas más allá de los presuntos delitos cometidos. La investigación es cualitativa y transversal, de carácter exploratorio y cuenta con la participación de 3 mujeres que estuvieron privadas de libertad en la Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Está, entonces, la aplicación de una entrevista semiestructurada que propone la indagación del espacio, las relaciones, las actividades realizadas, los afectos y otras informaciones sobre la vida cotidiana en prisión. Mediante el análisis del curso, fue posible confirmar la hipótesis de que los significados producidos y atribuidos a la vida cotidiana giran en torno a las relaciones dentro y fuera de la prisión, las relaciones con el ambiente carcelario (celdas, patio, fábrica...), las actividades cotidianas (conversación, trabajo, comida) y afectos. Con esto, se concluyó que es importante conocer el cotidiano de las mujeres en prisión para comprender las necesidades de estas ciudadanas a fin de garantizar el derecho a la dignidad y la salud, suprimiendo temporalmente sólo el derecho a la libertad. Desde una perspectiva psicológica, varios elementos dificultan el mantenimiento de la salud mental en prisión, lo que justifica la necesidad de Políticas Públicas que amplíen las intervenciones psicosociales a este público en prisión.

Palabras clave: encarcelamiento femenino, producción de sentido, cotidianidad, psicología judicial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mulheres privadas de liberdade em atividade laboral por UF	24
Figura 2 –	Mulheres privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por unidade de federação	25
Figura 3 –	Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade no Brasil	52
Figura 4 –	Porcentagem relativa a Raça, cor ou etnia por UF	53
Figura 5 –	Escolaridade de mulheres privadas de liberdade no Brasil	54
Figura 6 –	Número de filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil	54
Figura 7 –	Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016	55
Figura 8 –	Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal.	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO	16
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1	PODER E PRÁTICAS CARCERÁRIAS COTIDIANAS	19
3.2	A PRODUÇÃO DE SENTIDO E O COTIDIANO	26
3.3	A MEMÓRIA E O ENCARCERAMENTO	28
3.3.1	<i>A memória social</i>	28
3.3.2	<i>A memória individual</i>	30
3.3.3	<i>Memórias e acontecimentos emocionais</i>	32
4	OBJETO DE ESTUDO	34
5	OBJETIVOS	35
5.1	OBJETIVO GERAL	35
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	35
6	HIPÓTESE	36
7	METODOLOGIA	38
7.1	DESENHO DA PESQUISA	38
7.2	LOCAL DA PESQUISA	39
7.3	PARTICIPANTES	39
7.4	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	39
7.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	39
7.6	PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	40
8	ASPECTOS ÉTICOS	44
9	RESULTADOS OBTIDOS	45
9.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	45
9.2	ESTUDOS DE CASO	55
9.2.1	<i>Estudo de caso Neve</i>	55
9.2.2	<i>Estudo de caso Sol</i>	59
9.2.3	<i>Estudo de caso Flor</i>	64
9.3	ANÁLISE TRANSVERSAL DOS DADOS	70

10	CONCLUSÃO	74
10.1	RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	77
10.2	RELAÇÕES DE PODER E ENCARCERAMENTO	79
11	DISCUSSÃO	81
	REFERÊNCIAS	84
	ANEXO A - ORÇAMENTO	88
	ANEXO B - PLANEJAMENTO	89
	ANEXO C - GRADE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	91
	ANEXO D - TRANSCRIÇÕES	92

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa investigar o cotidiano de mulheres que se encontraram em situação de cárcere na colônia penal feminina do Recife a partir da escuta da narrativa das suas experiências, ideia que surgiu de uma visita ao referido estabelecimento no dia 15 de março de 2018. Constatou-se em uma entrevista com a diretora do estabelecimento e outros membros da equipe que, apesar de ter capacidade para 200 pessoas, o local contava com 690 recrutandas – termo utilizado pela equipe da instituição para se referir às mulheres encarceradas. O cotidiano dessas mulheres será compreendido, considerando-as agentes ativos de significação de suas vivências dentro do cárcere, pensando desde o processo de adaptação à vida carcerária até a perspectiva de volta à sociedade.

Dentre os crimes atribuídos a estas mulheres, o de maior reincidência é o tráfico de drogas, que abarca o número significativo de 80% dos casos. Essa atribuição se divide em crimes cometidos e crimes supostamente cometidos, pois a Colônia Penal Feminina tem função tanto de presídio como de penitenciária. Enquanto o presídio abriga pessoas aguardando julgamento, a penitenciária serve para as detentas condenadas em regime fechado, no caso da Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Ou seja, no presente caso, as mulheres que ainda não passaram pelo trânsito em julgado de seus processos, e por isso podem ser julgadas inocentes, estão no mesmo ambiente das que já se encontram cumprindo a pena que lhes foi atribuída. Com isso, questiona-se a influência social e histórica dos ambientes vividos por muitas dessas mulheres.

Além disso, também se considera a variável socioeconômica, visto que, das 690 recrutandas, apenas três têm o ensino superior completo e os crimes que elas cometeram são latrocínio e homicídio. Já o tráfico de drogas está muito presente em setores específicos do cenário brasileiro, entre eles as periferias urbanas. Nesse contexto, assim como levantado por Barcinsky (2012), a entrada de mulheres no tráfico de drogas enquanto “protagonistas” ou na proximidade e auxílio de grandes traficantes homens, em que é comum relacionar-se afetivamente, significa uma ascensão de status social na comunidade, saindo de uma zona de invisibilidade frequente e adentrando num formato classificatório de “mulheres especiais”.

É válido pensar que esta discussão também diz respeito à cidadania e aos direitos humanos, visto que no Brasil a população de mulheres presas segue crescendo em torno de 10,7% ao mês. Com 42,3 mil presas em 2016, as brasileiras compõem a quarta maior população feminina

encarcerada do mundo (BRASIL, 2017), com a maioria dessas mulheres tendo entre 18 e 25 anos, em que 68% são negras. Além disso, de acordo com o relatório da INFOPEN de 2014, Pernambuco é o oitavo estado brasileiro com mais mulheres presas sem condenação, correspondendo a 57% da população carcerária feminina e, diferentemente dos números nacionais, nesse estado a faixa etária muda para mulheres entre 25 e 29 anos, em que 81% são negras.

No que diz respeito à escolaridade, Pernambuco é o estado com maior número de mulheres analfabetas, representando 20% da população carcerária e 81% com a escolaridade até o fundamental incompleto (2014). Com isso, se ressalta a importância de situar o contexto socioeconômico dessa população, bem como pensar no papel que a educação formal deve ter dentro e fora das prisões, tanto nacionais quanto, em específico, pernambucanas, como medida preventiva ao encarceramento e à ressocialização após a detenção.

O desejo pela temática do encarceramento feminino foi muito provocado na referida visita, porém, a formação nas áreas do direito e da psicologia possibilitou o cruzamento dos saberes e dos campos de estudo de tal forma que a compreensão sobre a justiça e subjetividade servem como guias dos interesses da autora.

A discussão sobre a vivência das mulheres no cárcere começa com a problematização da própria relação de gênero, marcada pelas expectativas sociais do comportamento feminino como conformativo, emotivo, vulnerável e maternal. Em contrapartida, espera-se do homem comportamentos que evidenciem força, estratégia, racionalidade, poder e, até mesmo, a transgressão. A questão da maternidade, de fato, é uma demanda específica das mulheres dentro do cárcere, não só quando há o processo gestacional, mas também na dimensão de cuidado e contato que são rompidos ou minimizados pelas barreiras que o cárcere impõe. (RODRIGUES, HECHLER, HENRICH & KRAEMER, 2012).

O cárcere feminino é um local em que incide normas jurídicas e sociais desde sua criação até as pessoas que nele se encontram. Com isso, é importante lembrar que a norma e o poder incidem no cárcere não somente em seu sistema de seleção e seletividade de encarceradas, mas também entre as mulheres aprisionadas no convívio e no cotidiano dentro do ambiente carcerário. (CHERNICHARO, BOITEUX, 2013)

Tem-se que, no que diz respeito à visibilidade e ao prestígio social, o poder incide de forma a favorecer o homem branco dentro e fora da prisão. No entanto, há muito tempo atrás, as mulheres eram privadas do trabalho, mantendo-se exclusivamente no ambiente doméstico e

por isso, privado. A entrada da mulher no mercado de trabalho e, conseqüente, a sua maior circulação em ambientes públicos, é uma realidade em ascensão. Por isso, Barcinski (2012) defende a hipótese de que a entrada das mulheres no tráfico de drogas tornou-se uma saída para a invisibilidade social promovida pelas estruturas de poder patriarcais. Ela ainda ressalta que tal realidade pode ser observada até mesmo pelo público feminino que comete esse crime, já que, em sua maioria, são mulheres negras e periféricas. Com isso, ressalta-se que em muitos ambientes o “ser traficante” é um lugar de prestígio social, o que acaba potencializando a entrada dessas mulheres em um movimento de ascensão de poder.

Dessa forma, cabe considerar o aumento do número de mulheres encarceradas nos últimos anos, de mais de 500% em 15 anos, bem como, a situação de vulnerabilidade que elas se encontram antes do encarceramento, refletindo a quem as normas sociais são aplicadas com mais veemência. (BOITEUX, 2016)

Finalmente, tem-se que as mulheres vivem situação de vulnerabilidade, violação de direitos e especialmente invisibilidade, seja dentro ou fora do cárcere, e assim pensar relações de poder, relações de gênero, classe e raça como algo intrínseco à temática levantada. (BARCINSK, CÚNICO, 2014)

Entretanto, as mulheres vêm alterando algumas lógicas de gênero na sociedade, com, por exemplo, as suas entradas do mercado de trabalho. O que acontece é que essa nova configuração de empoderamento feminino altera aos poucos as relações de poder e protagonismo na sociedade. A exemplo disso tem-se a criminalidade, quando as mulheres deixam de ser vítimas para serem “protagonistas” do crime. (BARCINSK, 2012)

Os estudos sobre encarceramento podem ter o olhar de diversas ciências, inclusive a psicológica, que desenvolve o campo denominado de Psicologia Jurídica. Pode-se entender que se trata de um conhecimento que está se formando, lançando mão de modelos teóricos tradicionais na psicologia, porém, que se adaptam às especificidades e às exigências da Justiça e do campo jurídico (MAFRA, 2010, p. 105)

No que diz respeito ao encarceramento, esse já é por si só um local de invisibilidade social. A situação de cárcere analisada na pesquisa é composta por mulheres e é situada no Nordeste do Brasil, reforçando esta invisibilidade. Daí surge a necessidade de maior atenção dos pesquisadores do campo social e da saúde, bem como do apoio do estado para maior visibilidade e aplicação de direitos. Tais direitos a serem considerados devem ser os direitos humanos e os direitos fundamentais propostos na Constituição Federal de 88, de forma que a privação da liberdade no cárcere não se transforme em uma supressão de direitos como saúde, educação, dignidade e segurança.

O Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, lançou em 2015 o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Este documento propõe tanto medidas alternativas penais, dentre as quais estão Justiça Restaurativa e Mediação Penal, quanto reconhecimento do racismo estrutural e do aumento significativo de mulheres encarceradas. Tais propostas do plano visam a diminuição da quantidade de mulheres encarceradas, o não abuso de prisão preventiva e o trabalho na desigualdade social.

É nesse contexto de desejo por trazer à tona a dinâmica carcerária no contexto feminino, o propósito inicial do trabalho era entrar na Colônia Penal Feminina Bom Pastor e entender a produção de sentidos sobre os cotidianos que estavam ocorrendo. A perspectiva do presente era importante para a noção das elaborações e dos sentidos linguísticos e afetivos que estavam sendo vivenciados. Entretanto, o ano de início do mestrado foi em 2020 e em março a pandemia se instaurou com maior força por todo o mundo.

Para pessoas encarceradas no Brasil, o risco de contágio em estabelecimentos penais é alto, principalmente pela natureza do encarceramento, em que há grande convívio e número de pessoas em um estabelecimento fechado, dificultando o isolamento social. Porém, no Brasil, isso se torna ainda mais grave, considerando o cenário de superlotação de presídios e penitenciárias, o acesso limitado aos profissionais de saúde, a desinformação e a restrição no acesso a saneamento, produtos de limpeza e higiene.

Com isso, houve a suspensão de visitas no cárcere e a Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco suspendeu as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro dos estabelecimentos penais de Pernambuco. Ainda no final de 2021, havia um decreto em vigor que não permitia esse desenvolvimento de pesquisas dentro da Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Por isso, com o desejo de manter o tema de pesquisa, mas contando com a impossibilidade de manter a proposta inicial, o objeto de pesquisa foi mantido, mas agora a busca foi por mulheres que estiveram encarceradas no estabelecimento.

O impacto dessa mudança é que agora há uma produção de sentido no tempo presente na elaboração de significados de um cotidiano vivenciado no passado e, por isso, é necessário maior atenção à temática da memória e da recordação. Foram utilizadas referências do campo do Direito e das Ciências Sociais para olhar o cenário penal e a psicologia para a compreensão dos impactos psicossociais nas mudanças de cotidiano, restrições e emoções da vivência carcerária.

No que diz respeito à psicologia, o cárcere, enquanto campo de estudo, se trata de um local de interações sociais relevantes para o saber científico. Estudar o cotidiano prisional, fazer análises com um olhar atento para as relações de gênero, promove a compreensão do que é

produzido, mantido e modificado com a experiência cotidiana carcerária em termos dos sentidos produzidos com aquela vivência. Ampliando, com responsabilidade pessoal e social, os locais em que a psicologia se faz presente tanto como prática profissional quanto como produtores de pesquisas voltadas para a sociedade.

A partir do contato desta disciplina que apresenta as intersecções entre o direito e a psicologia, surgem diversos questionamentos e interesses, entre os quais, o cárcere. Um local que por si só emerge relações humanas complexas, explora a norma e a transgressão como condição para a sua existência e que para quem lá vive a vida que não para, mas que de certa forma faz questionar a temporalidade e as relações. É nesse contexto que uma visita à Colônia Penal Feminina trouxe consigo um desejo pelo campo e despertou questionamentos sobre os processos psicossociais e de subjetividade que lá existem, levando ao questionamento que deu origem a presente pesquisa: “que sentidos sobre seus cotidianos no cárcere são produzidos hoje por mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor no Recife?”.

2 REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO

Ao falar sobre questões de gênero dentro da psicologia jurídica, especialmente o encarceramento feminino, é necessário compreender o mecanismo de controle e de manutenção de poder inseridos em grupos sociais distintos. Inicialmente, a primeira forma de repressão da instituição carcerária em relação às mulheres é o controle dos corpos. O primeiro controle vem com a restrição de liberdade, que por si só já tem grande impacto psicológico no dia a dia e na subjetividade das mulheres. Há ainda outras formas de controle dos corpos, tais como: a mudança na forma de se vestir, regras sobre espaços transitáveis dentro do cárcere, quanto tempo se pode estar em cada espaço, objetos que podem entrar ou não, vigilância a todo o tempo e punições sob seus corpos em casos de transgressões, a exemplo da solitária. (FOUCAULT, 2019)

Entende-se que a incidência do poder se dá além do controle dos corpos, havendo também o cerceamento do discurso. Pode-se entender o discurso como forma de ser e de expressar desejos e pensamentos, pois, segundo Foucault em “A ordem do discurso” (1971), discurso e poder se relacionam através do controle repressivo por instituições como a escola, a fábrica, a prisão, hospitais psiquiátricos e conventos. As relações de poder se estabelecem de forma a cercear discursos de pessoas que vivem a realidade local em nome do estabelecimento de um autoritarismo que tem como única função a manutenção de poder das próprias instituições. Por isso, não é possível um discurso livre e indeterminado. Esse está na ordem das

leis, das normas em que o sujeito está submetido. Para falar e ser ouvido, tais sujeitos já se encontram numa hierarquia discursiva. (FOUCAULT, 1970)

O desejo, a ordem do existir, não se estabelece para o mundo com o discurso, mas passa pela instituição, modelo normativo e autoritário que impõe a ordem das leis. O que acaba por seguir e admitir que se ocorre a alguém ter algum poder sobre algo, deve usar do discurso e que esse advém das instituições com exclusividade e somente a partir dela poderá emanar. (FOUCAULT, 1970)

É com o poder discursivo que se domina os acontecimentos e é dessa forma que se estabelece os procedimentos de exclusão. Sabe-se que não é possível que qualquer um fale de qualquer coisa, pois tanto o sujeito que fala quanto o objeto da fala são matéria de incidência de poder. Essa seletividade estabelecida por relações opressivas pode ser chamada de **interdição**. Os motivos mais comuns para a interdição são: o tabu do objeto, o ritual do discurso e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito de fala. Dessa forma, há uma grande contribuição ao se reparar que a ordem do discurso não é transparente ou neutra e sim condicionada e autorizada. Sendo assim, assuntos como gênero, sexualidade e política se situam como tabus de objetos e passam a ser veiculados por grupos dominantes que estabelecem o que pode ou não ser dito. É daí que o filósofo entende a importância de situar na ordem do discurso o não dito e o porquê disso, se preocupando, então, com essa interdição como mecanismo de opressão. (FOUCAULT, 2019)

Ainda no processo crítico de pensar o discurso e a linguagem, Judith Butler, em 1997, propõe que a opressão sofrida através da linguagem não se faz uma substituta a outras formas de violência vivida especialmente pelas mulheres, mas a linguagem produz a sua própria forma de violência. Dessa forma, para ela, a linguagem não seria apenas uma forma de controle e de domínio, mas também de manutenção da instituição e das formas que tornam o discurso o que ele é. Além disso, a opressão através do discurso ou a agressividade que inibe os outros discursos são violências existentes não através da linguagem, mas advindas dela. (BUTLER, 1997)

A soma dos fatores citados dificulta o cotidiano das mulheres em situação de cárcere. Nesse sentido, a prisão vem se constituindo como um local de constantes violações de direitos. Inclusive, tal estabelecimento é lido pela doutrina jurídica, especialmente pela Comissão de Direitos Humanos, como um instrumento do sofrimento que atinge os indivíduos e afeta a sua subjetividade sem que haja perspectiva renovadora. (LIMA *et al*, 2013)

Inclusive, é destacado em na obra de Michael Foucault “Vigiar e Punir” (2019) que o controle dos corpos não ocorre mais somente pela linguagem, mas também através de mecanismos ainda mais estruturantes, tais como a economia e as organizações institucionais. Tais mecanismos de controle afetam o tempo o espaço e os movimentos daqueles sob os quais as estratégias coercitivas incidem. A linguagem jurídica pode ser vista como um sistema em que os códigos não são decodificados de forma simples, daí essas relações de poder favorecem uma expansão ilimitada e que adentra a subjetividade de forma a afetar holisticamente a vida e o comportamento do sujeito em questão. (FOUCAULT, 2019)

A partir do que já foi apresentado, ou seja, as teses de Michel Foucault, as intervenções psicossociais no cárcere, especialmente nos estabelecimentos com população carcerária feminina, devem priorizar a esfera de cuidado e a promoção de saúde dessa população. Dessa forma, o profissional psicólogo devem estar atentos à realidade do cotidiano prisional, que envolve relações familiares, maternidade, vivências afetivas dentro e fora da prisão e as relações de poder e de gênero. No artigo de Guedes (2006), foram apontadas estratégias individuais e grupais que têm como objetivo a facilitação de um cotidiano que envolva o apego aos filhos e familiares, as práticas religiosas, as oficinas de artesanato ou trabalhos laborais e as relações amorosas. Deve-se, ainda, considerar as mulheres, sujeitos de pesquisa, autoras sociais que influenciam e são influenciadas pelo meio que estão inseridas. Desse modo, é notória a importância da psicologia no contexto prisional feminino e é de grande potência no processo de ressignificações e de construções de modos de subjetivação possíveis a despeito do cotidiano carcerário ou até mesmo por conta dele. Neste contexto, o denominado processo de ressocialização, ou a reabilitação pós-crime, talvez se faça possível.

A busca, portanto, é por entender, a partir da escuta da narrativa de mulheres que passaram pela Colônia Penal Feminina Bom Pastor, como se deram as suas experiências no cotidiano e a produção de sentido elaborada na atualidade. Assim, salienta-se que a linguagem será considerada uma ação que produz sentido e que a mulher é constituída pelo conjunto das suas experiências compartilhadas e definida a partir da emergência de seus sentidos dentro de um espaço intersubjetivo de interpretação da realidade cotidiana. (MACIEL, 2012)

Trata-se das relações do dia-a-dia, ações, reações em continuidade e rupturas, em repetições e inovações. Isso acontece pois são nessas relações da vida que surgem elementos constitutivos do sujeito e as mudanças mais permanentes na forma de pensar e agir do indivíduo. Sendo assim, destaca-se a interpretação e a significação da realidade cotidiana é um fenômeno

psicológico e colabora para constituição e entendimento de si dentro dos processos que se vive. (MACIEL, 2012)

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PODER E PRÁTICAS CARCERÁRIAS COTIDIANAS

Diante do exposto, ressalta-se que, por mais que o processo de opressão se inicie antes do encarceramento, nele há não apenas uma reprodução dessa opressão, como também novas formas de violação de direitos humanos. Nesse sentido, o encarceramento funciona como ambiente reprodutor da miséria. Isso porque tem como consequência diversas perdas à mulher, dentre as variadas áreas da vida. No que diz respeito à sociabilidade, tem-se o impacto relacionado ao trabalho e também à mudança de moradia. O que se perde na parte material, por vezes, passa a atingir a família e, assim, se reproduz também no aspecto relacional, colocando em posição conflitante afetos entre pessoas próximas e familiares. (SOUZA, 2005)

Como já mencionado anteriormente, quando se estuda as estatísticas de quem são as mulheres em situação de cárcere, a maioria delas são negras, mães, jovens, solteiras e têm baixo nível de escolaridade e com a renda prejudicada. No geral, o que parece é que existem aspectos do cotidiano anterior ao cárcere que se mantêm nele, como a falta de estabilidade financeira, o afastamento dos direitos trabalhistas, ocupações limitadas em opções e baixos salários, parecendo algo que se inicia fora e permanece durante o encarceramento. (LIMA, PEREIRA, AMARANTE *et al*, 2013)

Com isso, nota-se que as histórias dessas mulheres, além do aspecto econômico, também são marcadas por perdas seja no âmbito conjugal, familiar, subjetivo ou em relação à saúde. A violência estatal e intra-relações é algo que já aparece nessas marcações. O poder disciplinar foucaultiano é exercido fora e dentro do cárcere, já que regula comportamentos dentro da sociedade de forma a afetar condutas individuais de forma coletiva, dentro de moldes já preestabelecidos. Nesse sentido, a prisão e o cotidiano prisional feminino implicam em problemas com forte impacto no processo de pensar vida, cidadania e saúde. A exemplo disso, tem-se a constatação de que a vida no cárcere provoca maior estigmatização social e altos níveis de adoecimento e sofrimento mental. (LIMA, PEREIRA, AMARANTE, *et al*, 2013)

O sistema penal utilizado unicamente como controle de corpos e regulação normativa trata-se de um reflexo que discriminação e exclusão já antigos e que são eficazes em afetar as mulheres, especialmente as negras. A relação entre crime e punição já são trabalhadas quando pensamos na seletividade penal e na fiscalização que controla de forma específica e não aleatória determinados corpos. Porém, agora é falado aqui sobre o processo de criminalização, um trabalho contínuo e cotidiano de afetar a representação social de mulheres encarceradas como seres menos humanos (se considerados humanos) com a justificativa de que o Estado e a sociedade funcionam como protetores e elas são inimigas por transgredirem a norma imposta. O que de fato passa por uma estratégia de dominação e também de opressão na medida em que há o distanciamento para um controle mais fácil.

Com isso, tem-se que o sistema de justiça penal trata da pena, mas precisa rever o que está sendo feito com a parte da justiça, já que a ideia de igualdade, liberdade e dignidade (entre outras), que estão presentes na constituição são constantemente burladas no exercício das instituições de polícia e de justiça. O sistema penal atual reflete a realidade social e concorre para a sua reprodução de modelos preconcebidos, privilegia quem está no controle das instituições e estabelece a política de segurança como disfarce para a política de controle. Como consequência do distanciamento, há menos visibilidade e violação de direitos humanos e fundamentais e da cidadania se tornam encorajados ou menos condenáveis. (RAMOS, 2010).

Há autores, como Borilli, que defendem que o tratamento prisional para as mulheres em situação de cárcere é pior que o aquele direcionado aos homens, esses que a precariedade no cotidiano do cárcere é extrema, porém, a desigualdade de tratamento é decorrente de um não olhar para a condição de ser mulher e o processo de ignorar especificidades dessa vivência, tais como a maternidade, a menstruação etc. O que é trazido como violação do artigo 5º inciso XLVIII da Constituição, que versa sobre cumprimento de pena estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado, bem como, a compreensão da mulher como indivíduo que tem peculiaridades e, por isso, necessita de um tratamento diferente.

As negligências ocorridas dentro do cárcere afetam diretamente e indiretamente na dignidade das pessoas que lá se encontram, pois, enquanto a população carcerária cresce a cada dia, há, também, o sucateamento contínuo desse espaço. Com isso: “Os/as tidos/as como criminosos/as são esquecidos/as e renegados/as pela sociedade e a prisão por ser o “lugar do crime” não merece atenção, o estigma produzido pela prisão acaba afastando quem poderia contribuir para modificá-la”. (NASCIMENTO, 2012, p. 62).

O Direito Penal enquanto aquele que tipifica e encarcera, poderia ser compreendido como a última estratégia estatal para lidar com os problemas de transgressão das normas penais. Isso se relaciona com a ideia que se estabeleceu de que a função social do encarceramento deveria ser a de melhor retorno social após o cumprimento de pena e, assim, as instituições carcerárias estariam falhando nessa missão. Porém, é possível questionar se, de fato, é essa a ideia da função social do cárcere para o estado na atualidade, pois, com frequência, pode-se notar fortes rastros da função de exclusão e esconderijo de pessoas indesejadas na sociedade, tais como aconteciam nos manicômios e prisões citados por Foucault em suas obras. Segundo Espinoza (2013, p. 15), a utilização da pena de prisão deveria servir para a reprodução dos papéis femininos socialmente construídos. A intenção era que a prisão feminina fosse voltada à domesticação das mulheres criminosas e à vigilância da sua sexualidade, proporcionando a estas mulheres possibilidade de ressocialização. Com isso, se observa que até mesmo a

expressão bastante usada como “ressocialização” se trata da retomada das principais instituições do país dos processos de dominação, se retomando, assim, a ideia de que o aprisionamento não é um norte exclusivamente jurídico, mas de predominância social, na medida em que estabelece o controle dos comportamentos para pensar também no controle do subjetivo do “ser mulher” na sociedade.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) estabelece que o sistema penitenciário brasileiro está entre a primeira e a décima posição entre os maiores do mundo no que se refere ao conjunto de estabelecimentos dos mais diferentes regimes e tipos: aberto, fechado e semiaberto, masculinas e femininas, abarcando as localidades penais em que ainda não houve condenação, sendo estas unidades nomeadas de estabelecimento penal (DAMÁSIO, 2010, p. 34).

Ao pensar tais estabelecimentos, é possível contextualizar a existência histórica da relação da norma e da disciplina com os ideais normativos das religiões cristãs, especialmente a católica, em que a transgressão também representava o surgimento de um estigma como o de mulher “desvirtuada” e era usado de justificativa para estratégias de controle em que a Igreja, enquanto instituição, se colocava como projeto de solucionar tais “desvios” em nome de uma “purificação de almas das mulheres”, o que justificava a participação das freiras junto ao processo de encarcerar. Em Pernambuco, a Colônia Penal Feminina, antes conhecida como Bom Pastor, se tratava de um local que antes era ocupado por freiras e hoje é um estabelecimento penal. É também importante situar que também nessa época a moralidade era uma estratégia de afastamento para controle. Todavia, em razão de constantes revoltas e, com isso, a frustração da meta de controle, o Estado passa a interferir com mais frequência e intensidade, especialmente após modificações legais que aconteceram em 1940.

Após mencionados os mecanismos institucionais que afetam diretamente nas condições de repressão e opressão ocorridas no cárcere, é importante, também, mencionar a violação de direitos humanos e os dois princípios mais específicos da Constituição de 88, o da dignidade da pessoa humana e a garantia constitucional à saúde. Dessa maneira, o sistema prisional não só vem falhando com o cumprimento de tais princípios, como, por vezes, promove violências às mulheres que nele se encontram, como a falta de acesso à saúde e à higiene encontrada no cárcere feminino.

A dignidade é compreendida como um valor importante socialmente e juridicamente, com isso, é válido compreender como se conceitua tal princípio trazendo, nesse caso, o que propõe Sarlet:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida. (SARLET, 2011, p. 73)

É importante reconhecer que a dignidade só pode ser trabalhada e disponibilizada a partir do reconhecimento de humanidade dos sujeitos sociais, o que passa pela adoção da diversidade no reconhecimento de cidadania pelo Estado e também pela garantia na oferta mais ampla de possibilidades, já que se compreende que a maior liberdade só se dá a medida em que há menos dominação, marcada justamente pelo controle e desigualdade de oportunidades. Segundo o Conselho Nacional de Ética para as ciências da vida (2009, p. 20), a dignidade humana só é uma característica de cada ser humano na medida em que é a característica fundamental de toda a humanidade. A dignidade está na totalidade do humano e cada ser emerge com a sua própria dignidade dessa totalidade do humano. Por isso, há a importância fundamental do processo de individualização de cada ser, em que a capacidade de exprimir uma representação simbólica de tudo o que vê, conhece ou faz, foi-se estruturando ao longo das várias etapas que trouxeram a humanidade até à etapa biogenética atual.

Com isso, a possibilidade de exercício de tal dignidade dentro do cárcere perpassa também pelas possibilidades de acesso e vivência de diversas áreas da vida das pessoas tais como: relacionamento interpessoais, trabalho, estudo, lazer, saúde, família, entre outras. Como se pode ver nos dados apresentados na figura 1, muitas dessas garantias não chegam ao cárcere.

Figura 1- Mulheres privadas de liberdade em atividade laboral por UF.

UF	Mulheres trabalhando	% mulheres trabalhando
AC	4	0,97
AL	157	38,11
AM	53	4,35
AP	-	-
BA	153	30,54
CE	299	20,78
DF	392	60,12
ES	438	41,60
GO	113	12,78
MA	-	-
MG	1.308	38,87
MS	508	41,95
MT	126	24,09
PA	136	15,30
PB	97	17,02
PE	273	19,68
PI	39	18,66
PR	146	6,86
RJ	673	31,04
RN	4	0,78
RO*	651	81,68
RR	-	-
RS	690	35,15
SC	386	36,31
SE	72	35,64
SP	5.575	45,76
TO	23	12,78
Brasil	12.316	33,64

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2017)

Com isso, tem-se que o cárcere poderia fornecer essa possibilidade tanto para a manutenção de famílias e aspectos práticos de diminuição de pena como também para a possibilidade de sentir-se colaborando para a comunidade e ocupando o tempo de forma satisfatória e produtiva. O mesmo ocorre com o acesso à educação, em que também não é dado o direito de escolha para a maior parte das mulheres encarceradas, como demonstra a figura 2:

Figura 2- Mulheres privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por unidade de federação

UF	Mulheres em atividades de ensino escolar		Mulheres em atividades educacionais complementares		Mulheres em programas de remição pelo estudo através da leitura e do esporte		% total de mulheres em atividades educacionais
	N	%	N	%	N	%	
AC	-	-	-	-	5	1,21	1,21
AL	1	0,24	-	-	-	-	0,24
AM	79	6,49	-	-	-	-	6,49
AP	-	-	-	-	-	-	-
BA	261	52,10	11	2,20	6	1,20	55,49
CE	131	9,10	50	3,47	207	14,38	26,96
DF	130	19,94	-	-	-	-	19,94
ES	411	39,03	-	-	-	-	39,03
GO	28	3,17	3	0,34	10	1,13	4,64
MA	-	-	-	-	-	-	0,00
MG	495	14,71	164	4,87	151	4,49	24,07
MS	196	16,18	-	-	-	-	16,18
MT	234	44,74	-	-	-	-	44,74
PA	163	18,34	33	3,71	13	1,46	23,51
PB	97	17,02	-	-	-	-	17,02
PE	663	47,80	27	1,95	-	-	49,75
PI	123	58,85	-	-	-	-	58,85
PR	185	8,69	12	0,56	124	5,83	15,08
RJ	1.115	51,43	70	3,23	77	3,55	58,21
RN	42	8,20	-	-	-	-	8,20
RO	321	40,28	-	-	37	4,64	44,92
RR	107	67,72	20	12,66	20	12,66	93,04
RS	259	13,19	18	0,92	22	1,12	15,23
SC	214	20,13	-	-	312	29,35	49,48
SE	46	22,77	80	39,60	-	-	62,38
SP	1.941	15,93	830	6,81	129	1,06	23,80
TO	22	12,22	-	-	15	8,33	20,56
Brasil*	7.264	19,84	1.318	3,60	1.128	3,08	26,52

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2017)

A partir disso, tem-se a noção da continuidade da lógica de manutenção da marginalização das mulheres que se inicia antes do cárcere, por ele permanece e tende a se perpetuar após essa saída, pois na sociedade em que as possibilidades são compradas por uma ascensão financeira guiada pela supervalorização do intelecto acadêmico, a falta de acesso é também uma violação à dignidade da pessoa humana.

As violações caminham pela percepção e pela autorização institucional do que se trata possível de se agir ou se omitir por elas e daquilo que a nível de sujeito se é permitido. A responsabilidade a nível institucional geralmente é a única premissa que justifica a sua existência. Por exemplo, pensamos nas escolas e logo nos remete à ideia da responsabilidade daquela instituição no processo de aprendizagem dos alunos. Se a escola não se responsabiliza por isso, que é a sua demanda social, ela deixa de ser necessária ou útil, restando que esta deixe de existir. Com instituições penais, a demanda social passa pelo controle de populações divergentes e dependentes, o que é inerente à história das prisões, que muito mais se tratavam

de asilos para pessoas “foras da norma”. Porém, isso passa pela etapa do reconhecimento do outro enquanto sujeito, inclusive enquanto sujeito de direito. Se para a maior parte da sociedade as populações divergentes não tem a humanidade reconhecida, logo os sujeitos não têm direitos e a instituição não terá deveres em relação a eles. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

Na escola, o objetivo é com quem aprende. Nos hospitais, o objetivo é com o doente. Na prisão, o objetivo não é com a pessoa encarcerada. Então, é estabelecido que a prisão passa a ser uma instituição que atinge a demanda social não através do seu público interno, mas através da aprovação do público externo a elas, criando uma grande problemática de tornar a prisão um espetáculo aos olhos de quem não a vive. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

Com isso, ao não serem reconhecidas como sujeitos de direitos, as pessoas encarceradas passam a serem vistas como sujeitos de deveres, visto que já chegam ao cárcere com uma suposta dívida com a sociedade. Essa dívida concede à instituição o direito de punir, de ser retirado deles o direito natural à liberdade, o que se tem já em pacto constitucional. Esses sujeitos, quando têm alguma visibilidade, passam por uma visão de um ser a ser corrigido a partir da disciplina, daí se instaurando o aspecto da vigilância e do controle cada vez mais intensos. Nota-se, portanto, que o compromisso prisional perpassaria a retirar a liberdade e trazer moldes aos seres desviantes de normas. Daí se questiona, a disciplina prisional propõe corrigir para tornar humano ou desumanizar para justificar punir? (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

Além disso, é importante falar sobre os processos relacionados à saúde dentro do ambiente carcerário. O que é garantido no mundo do “dever ser”, mas que, na prática, só se responsabiliza pelo direito à saúde quando se percebe aqueles como humanos. Nesse texto, portanto, se aponta a necessidade de preservar a garantia do direito à saúde. Hoje, o que existem são condições de sucateamento e com poucos profissionais de saúde, sendo um desafio constante para o Brasil, tanto na perspectiva mais ampla sobre saúde como de forma mais específica para saúde mental. O direito à saúde está previsto constitucionalmente e em normas específicas. Considerando o atual conceito de saúde, partindo de sua ampliação, cidadania e justiça social andam junto ao pensamento sobre saúde pública no Brasil e parte da compreensão de que as experiências em instituições carcerárias devem, no mínimo, fornecer saúde básica e não promover adoecimento aos que lá vivem. (LIMA, PEREIRA, AMARANTE, *et al*, 2013)

É sabido que, além de quem somos enquanto espécie, precisa-se considerar o caráter de humanidade e, por isso, atender somente a fome, sede, sono e apetite sexual (que muitas vezes sequer é atendido), é limitar a visão de saúde a satisfação das necessidades instintivas, o que se mostra insuficiente para suprir a ideia de saúde trabalhada na atualidade, especialmente no que tange a suprir a saúde mental. Também não se pode negligenciar o que se chama de necessidades instintivas, essas têm fundamentos químicos e biológicos, em que ao não as atender certamente efeitos neurológicos e psicológicos são provocados. Porém, situa-se que satisfazer exclusivamente a parte instintiva não se faz suficiente no que se refere às condições de subjetividade e equilíbrio físico e mental. Exemplos de necessidades não instintivas, mas necessárias à saúde mental são: identificar-se, sentir-se parte de um todo, ter possibilidade de escolha, respeito à subjetividade e individualidade, relações afetivas interpessoais, entre outros. (LIMA, PEREIRA, AMARANTE, *et al*, 2013)

O cotidiano no cárcere se trata de uma diversidade de vivências que questionam a todo momento a condição de bem estar mental e a dignidade humana. Isso porque diversos processos de afastamentos e rupturas do que era conhecido como vida ocorrem, o que diz respeito tanto à perspectiva de vivências individuais como relacionais, em relação ao meio social e familiar. A condição de isolamento se insere de forma abrupta ao interromper relações afetivas significativas para a pessoa, seja elas nos processos de maternidade, conjugalidade ou amizade. O processo de entrada no cárcere, se trata de uma passagem institucional, que é tida como experiências de ‘existência-sofrimento’, como citado pelos autores, para a subjetividade do sujeito. (LIMA, PEREIRA, AMARANTE, *et al*, 2013)

Ao entender os exercícios dos mecanismos disciplinares exercidos na prisão, esses visam submeter os sujeitos a condições de degradação e desumanidade para que passem pelo processo de adequação aos moldes institucionais de controle de forma mais fácil e com menos estratégias de resistência, uma força que se desenvolve para se contrapor aos mecanismos de opressão. Sendo assim, aponta-se um caminho que carrega em si um certo antagonismo e, possivelmente, a hipocrisia instaurada. A instituição não é considerada delinquente por agir com atos semelhantes aos que se justifica a entrada na instituição penal. A delinquência é nome dado ao sujeito e não às instituições, pois o movimento corretivo e punitivo é algo que massifica a experiência de viver, passando por um processo de negativa do sujeito e da sujeição e se estabelecendo enquanto molde de “ideal humano”. Assim, as prisões não se propõem a eliminar a criminalidade ou a ideia de delinquência, mas passam a produzir isso, justificando a sua

existência, tendo como único objetivo institucional a automanutenção. Tudo isso ocorre às custas da seletividade na repressão punitiva, do apagamento de identidades, do adoecimento do singular e do sistema jurídico e de um poder que deseja ser instituído cada vez mais repressivamente. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

Amarante (2013), então, propõe que a prisão representa um espaço de “suplício da alma”, exercido através do seu poder institucionalizante sobre quem lá se encontra. Assim, um ambiente prisional giraria em torno de estratégias de controle ligadas ao medo e à desconfiança, em que se oprime e se violenta as subjetividades de forma a provocar um contínuo desconforto psíquico e intenso sofrimento, violando tanto o que se pensa como saúde como aquilo que se pensa como dignidade. O somatório destes fatores torna o cotidiano uma experiência difícil. Ali se vive, se estabelece um novo cotidiano e, enquanto isso ocorre, há também o cumprimento da pena. Portanto, as constantes violações de direitos não são algo que pode continuar ocorrendo, visto que não deveria ser função do cárcere ser instrumento de sofrimento, que não promove esperança ou estratégias de renovação. (AMARANTE *et al*, 2013)

3.2 A PRODUÇÃO DE SENTIDO E O COTIDIANO

No trabalho, será considerada a realidade cotidiana do cárcere como período de significação para as mulheres que lá estiveram cumprindo pena ou esperando a sentença. Essa realidade se trata das relações do dia-a-dia, ações, reações em continuidade e rupturas, em repetições e inovações. Isso porque são nessas relações da vida, mesmo que periódicas, em que ocorrem o surgimento de elementos constitutivos do sujeito e as mudanças de caráter mais permanentes na forma de pensar e agir do indivíduo. Além disso, deve-se pensar que a significação e a linguagem estão relacionadas como formas de saber o mundo e interagir com ele, ou seja, a linguagem aqui será pensada num sentido amplo e relacionando-a com a forma contingencial de interação com o mundo e, no caso, com o cárcere. (MACIEL, 2012)

É válido, ainda, estabelecer que o cometimento de crimes se origina de conflitos, que são inerentes à humanidade e à convivência social. Pode-se destacar como fatores que influenciam os conflitos: adaptações (ou falta) à mudanças, aderência à realidade, expectativas associadas aos relacionamentos, diferenças de personalidades, hierarquia durante a interação social e a percepção de justiça. (FIORELLI, FIORELLI & MALHADAS JUNIOR, 2015)

Mesmo sem se dar conta da existência da percepção e da linguagem, ambos ocupam um lugar de centralidade nas relações humanas cotidianas. Sem elas, não é possível comunicar-se e criar laços. Essa dinâmica fica ainda mais complexa quando é somada à informatização das

relações, o que afeta diretamente o estudo da psicologia jurídica, pois os crimes só ocorrem a partir da vivência social e essa está em constante modificação causada pela globalização e informatização dos relacionamentos interpessoais. (PINHEIRO, 2019)

Dessa forma, pode-se entender que, a partir da internet, a percepção de mundo e de relações é ampliada e que, com o encarceramento, há essa mudança significativa também na forma de perceber e se expressar no mundo. Na medida em que há um cotidiano com virtualidade e outro sem, isso passa a delimitar espaços possíveis de ocupação, restringindo-as à percepção da realidade presencial carcerária e a sua comunicação com as pessoas que lá vivem. (PINHEIRO, 2019)

Para Carla Pinheiro, a percepção é “o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, o que inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar”. (PINHEIRO, 2019 p. 52) Com isso, não é possível compreender a produção de sentido no cotidiano sem admitir que tudo parte da percepção que as mulheres encarceradas têm de suas relações e vivências dentro do cárcere.

Pode-se dizer que, na medida em que se passa por experiências diferentes, tem-se acesso a novas informações e a possibilidade de novas construções de conhecimento, que a percepção humana vai mudando. Dessa forma, o modo como tais mulheres vivenciam os seus cotidianos vão criando paulatinamente modelos mentais e de acordo com isso elas organizam seus mundos.

No presente trabalho, a linguagem será entendida “como um sistema de comunicação que permite os seres humanos o compartilhamento de sentidos”. (PINHEIRO, 2019, p. 57) Nesse caso, fica clara a importância que a elaboração de sentidos tem, inclusive sendo influenciados e influenciando no processo comunicativo. Com isso, também é possível observar o caráter dinâmico da produção de sentidos no cotidiano, pois o sentido é elaborado na comunicação humana e pode ser modificado a partir dela.

No caso, há uma função social da linguagem, uma vez que ela passa a existir para suprir a necessidade comunicativa da comunidade linguística. Sendo assim, havendo mudanças no grupo, na época ou no espaço, a linguagem também vai se modificando. Ou seja, a entrada no cárcere pode representar também uma modificação de vivências no campo comunicativo, uma vez que se passa por uma mudança na convivência com grupos sociais. Cabe também compreender a partir disso que há uma metapsicologia contida na pesquisa, uma vez que a comunicação entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa só poderá ser compreendida na medida que ela passar pela dimensão da experiência de sentidos compartilhados. (PINHEIRO, 2019)

Por isso, destaca-se que, além do cunho social, também há o cunho pessoal, uma vez que os processos de interpretação e significação da realidade cotidiana colaboram para constituição e entendimento de si mesmo através de processos de subjetivação. Colaborando, portanto, para processos de formação e transformação identitária.

Há uma relação direta entre processos comunicativos e o cotidiano, uma vez que só é possível comunicar-se porque há um universo em que se compartilha experiências de forma contínua e cotidiana. Isso será evidenciado à medida em que a percepção é direcionada para ambientes, pessoas e objetos comuns tais quais ocorrem na vivência no cárcere. (PINHEIRO, 2019)

Na pesquisa: *Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência*, que também se propõe a ouvir mulheres em situação de cárcere, os autores trazem falas de participantes que revelam a prisão enquanto processo de “mutilação do eu”. Pensando na invisibilidade de tais mulheres nos seguintes aspectos presentes em seus relatos, como ausência ou forte diminuição do convívio familiar, vazio de ordem emocional e material, ausência da autonomia. Esses aspectos são trazidos como elementos que caracterizam o significado do cárcere e o olhar do sujeito de experiências de ‘existência-sofrimento’, com um apelo transformador da subjetividade do indivíduo, exemplificada por depoimentos que descrevem a experiência no cárcere como limitadora, incapacitante, mutiladora e que traz vazio para elas. Além disso, o estudo propõe estratégias de enfrentamento do sofrimento vivenciado no cárcere com resiliência, elaborados por essas mulheres dentro do cotidiano prisional, entre elas estão a fé, o amor aos filhos, o trabalho, a música e a espera pela liberdade. Nesse estudo, fica evidente que o Estado deve promover maior acesso aos direitos sociais para essas mulheres e observá-las além de estratégias punitivas, estratégias que promovam cuidado especializado às demandas desse ambiente. (LIMA, PEREIRA, AMARANTE, DIAS & FERREIRA, 2013)

3.3 A MEMÓRIA E O ENCARCERAMENTO

3.3.1 A memória social

Inicialmente, entende-se que o ambiente carcerário carrega consigo uma história e uma memória social a qual lhe é inerente e, enquanto campo de análise, possibilita pensar as relações de institucionalização, de poder, de ordem, de sujeição e de criação e transmissão de valores, comportamentos e sentidos. A coerção física, por exemplo, entende-se como justificável já enquanto premissa institucional. A instituição em si também carrega sentidos próprios, como simbolizar uma barreira física ao mundo externo e, ao mesmo tempo, podem simbolizar para o sujeito que a adentra um novo mundo, pois a vida a partir daquele momento passa a ter aquele

cenário e aquele funcionamento, tendo que entregar à instituição parte significativa da administração da sua vida. Assim, as instituições utilizam do poder coercitivo e do saber poder para estabelecer as correlações da força e instaurar mecanismos de submissão. Mecanismos de lembrar e esquecer também perpassam os deveres da instituição, lembra-se do dever de punir quando as regras não são seguidas, mas não se lembra de fornecer condições de saneamento, por exemplo. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

É nesse sentido que o lembrar e o esquecer afetarão completamente a memória dos sujeitos que passam e vivem no estabelecimento. As regras de disciplinas são fortemente lembradas no cotidiano e as memórias afetivas com as famílias não, ocupando um espaço de possibilidade de condicionamento cognitivo e até subjetivo. Assim, tal experiência de se estabelecer em grupo só favorece os mecanismos de coerção e de influência institucional. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

E assim fala-se em memória-hábito e memória-arquivo, em que, no primeiro caso, abarcam com intensidade a ideia de produção de sentido no cotidiano. Na memória-hábito, tais comportamentos cotidianos podem ser fabricados através da repetição propícia em ambientes penais, assim, através da regularidade se condiciona a atividade humana e a memória é manipulada através de comandos linguísticos, carregados de processos ideológicos, de ações com propósito disciplinar. Cabe, então, propor que a entrada no ambiente carcerário com uma ordem já vigente e um cotidiano já estabelecido, emprega mais um processo de violência especialmente simbólica, onde não se tira apenas a liberdade, mas também parte significativa da autonomia, fazendo com que o grupo entenda que esta é a única forma de vida possível naquelas condições. Isso ocorre tendo em vista a tentativa de anulação de anseios e desejos de cada sujeito, abrindo espaço para a facilitação do adestramento de corpos e de subjetividades. Ou seja, se troca subjetividade por sobrevivência. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

Dessa forma, enquanto o mecanismo de memória-hábito fortalece o controle e certos esquecimentos, na memória-arquivo se propõe que a instituição funciona como um arquivo que lembra a todo o momento as regras e informações que devem ser recuperadas por aqueles sujeitos, facilitando o apagamento de nuances identitárias, propiciando o surgimento da nova identidade de “ser preso” e o objetivo final, que trata da manutenção da ordem institucional. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, 2016)

O “bom preso”, que respeita a rotina inflexível, que obedece sem hesitar e que tem o seu “eu” apagado mais facilmente, ganha vantagens e privilégios que perpassam o fornecimento de direitos básicos, que deveriam já ser a premissa de funcionamento daquele espaço. Porém, também há o oposto, que são aqueles que não conseguem lidar com a rotina imposta tão

facilmente, daí se estabelece o sofrimento e, muitas vezes, o adoecimento, em que há o uso de drogas, abuso de antidepressivos e a rebelião através do uso de violência. Tudo isso trata de processos de resistência, sejam elas sociais ou psíquicas, àquilo que a instituição demanda como o que se deve ser para pertencer naquele espaço e muito mais o que não se deve ser, que muitas vezes se leva à humanidade em si. Assim, como propõe Braz, Cursio, Farias:

a disciplina é um poder individualizante, e assim o é, pois é exercida sob o corpo de cada sujeito. O ponto de destaque da disciplina é que apesar de ser uma ação externa ao sujeito, ela se instala no mesmo, alterando o seu status moral, sua condição social e principalmente subjetiva. (BRAZ, CURSIO, FARIAS, p.12, 2016)

Entende-se, portanto, que, ao estabelecer controles de rotina através da disciplina e do controle dos corpos, também se produz uma tentativa de controle de subjetividades. Isso ocorre e acaba influenciando a identidade e a subjetividade por se tratarem de aspectos que só podem ser discutidos a partir da vivência do sujeito. Sendo assim, qualquer coisa que atue de forma a produzir consequências nas diversas formas de viver ou morrer, de se comportar, de atuar em seus corpos, passam por mecanismos de repressão-opressão para o controle do sujeito. (FOUCAULT, 2019)

Lembra-se, portanto, que, como se trata de um biopoder, tais ações de controle institucional afetam as pessoas encarceradas, especialmente as mulheres, porém isso não determina como as mesmas viverão e produzirão sentido nos cotidianos carcerários. A vida e a forma como o poder age na vida dessas mulheres, incluindo a memória social que se busca discutir neste momento, não começa no cárcere. As mesmas têm valores, pensamentos e sentidos que são vivenciados de forma singular, não sendo possível a homogeneidade de lembranças meramente por ocuparem o mesmo grupo social. Por isso, é compreendido que as influências da memória perpassam a construção social da realidade e que tais sentidos serão expressos com formas diversas, incluindo em seu discurso, que é o proposto nesta pesquisa. (SÁ, 2012)

Nesse sentido, reconhece-se que a memória social da prisão atua a partir dessa instituição a fazer valer o poder disciplinar sobre as pessoas encarceradas, que os mecanismos de rotina e de repetição coercitiva pelo uso da violência e da privação, reprimem desejos e individualidades e alertam a todo o tempo sobre as regras se sobreporem à sujeição. Entretanto, sabe-se que quanto mais rígida a rotina, mais os momentos de descontinuidade chamam atenção, por isso o olhar para o discurso das mulheres que foram encarceradas passará a entender esse cotidiano tanto nas continuidades como em suas rupturas.

3.3.2 A memória individual

Sabe-se que a memória individual é fortemente afetada pela memória social. Entretanto, como a presente pesquisa é composta por estudos de caso de mulheres que foram encarceradas, cabe aqui considerar, sobretudo, as singularidades das experiências dos sujeitos. Para tanto, sabe-se da importância que a memória terá tanto para o processo de recordação de acontecimentos enquanto eventos como para pensar rotina, identidade e produções de sentidos inerentes ao encarceramento.

É citado que o funcionamento da memória estaria relacionado a pelo menos três fases. A primeira seria a codificação, responsável pelo desdobramento de duas funções: a aquisição e a consolidação. No caso da aquisição, essa se relaciona com as memórias sensoriais e a soma daquela informação ou acontecimento para a vida do sujeito, na consolidação perpassa a criação de sentidos e as representações para aquela memória. Como passo seguinte e segunda fase, se compreende o armazenamento, que tem a função de manter e reter dentro do espaço-tempo o registro daquilo experienciado e, por fim, a recuperação, processo que permite a “extração”, no nosso caso, a recordação da informação ou acontecimento armazenado para a utilização do sentido no momento presente. (VARGAS, 2010)

A etapa da recuperação pode ser estimulada tanto pela linguagem, ao realizar perguntas, por exemplo, como também imagens ou sons podem favorecer o processo. Muitas vezes, a mera vontade de resgatar uma informação é suficiente, mas às vezes o inverso também acontece, visto que há situações em que as memórias, mesmo que indesejadas, vêm à tona e não se é possível se livrar da recordação. É também importante lembrar que a memória faz parte de processos cognitivos e, por isso, também é influenciada pela saúde do sujeito. Características como organização, rapidez e facilidade na recuperação de memórias podem ser afetadas por condições de saúde adversas. (VARGAS, 2010)

Ressalta-se que as interações sociais são fortemente marcadas pelo compartilhamento de momentos e pelo uso frequente da memória e da recordação. Assim, usa-se da linguagem para compartilhar experiências vividas e escuta-se e capta-se novas memórias pela interação com o outro. Dessa forma, pode-se julgar relativo à organização da recordação ou não de momentos relacionando-os à importância, visto que a memória se organiza muitas vezes dentro de relações cotidianas, em que se estabelecem por meio da repetição e da ruptura de elementos externos e perceptivos que despertam a necessidade de captação para o uso da memória. Entretanto, se destaca que, no processo de recordação, é mais frequente as lembranças tomando como base a diferenciação do acontecimento com o que se repete naquela rotina e, por isso,

seria mais fácil se lembrar de brigas ou festas do que do horário que se escova os dentes. (VARGAS, 2010)

Para além de pensar a memória em processo de permanecer, mudar e recordar, cabe salientar a importância da linguagem e do discurso para pensar processos relativos à memória. Até então, tem-se no discurso a base para tratar de teoria e operações com a memória, assim, tratando muitas vezes de um processo de interação com a realidade e, por isso, de criação de memórias, em outros momentos para recordar tais interações através de palavras e o compartilhamento dessas memórias através do discurso, falado, escrito ou mostrado. Cabe então salientar que a linguagem não está sendo tratada como mera captação da realidade ou como simbologia de um real, mas especialmente situando historicamente e socialmente as relações dos sujeitos com outros sujeitos, com ambientes e com acontecimentos externos a ele, sendo o discurso um meio de construção que é, ao mesmo tempo, social e subjetivo, assim como a memória. (SMOLKA, 2000)

Assim, não se fala de sons, mas de sentidos, estes como meios e modos de funcionamento, de construção e de partilha coletiva no movimento de interação e criação de cultura e de relações sociais. Dessa forma, o recordar e o esquecer apontam para formas de organização de significação da realidade, tanto para si como para o outro, tanto na autoconstituição do sujeito como em sua experiência coletiva. De qualquer forma, a linguagem é entendida como o processo mais fundamental na relação do eu e do outro com a memória. Não à toa, lembra-se em memória de acontecimentos falados pelo outro, alavancando o processo de aprendizagem humana a partir do compartilhamento. (SMOLKA, 2000)

Entretanto, mesmo falando da linguagem como elemento efetivo de recordar-se ou de facilitar ou dificultar o esquecimento, ela não trata do fenômeno completo e acabado. A relação entre memória e discurso pode levar a recordações sem clareza, confusas, instáveis, incompletas, reconhecendo, assim, os seus limites. Em sua potência, palavras podem ajudar a despertar memórias, a atribuição de novos sentidos em relação a ela e até a desenvolver novas práticas discursivas ou não de lidar com os acontecimentos vividos. (SMOLKA, 2000)

Há o acontecimento, a imagem, os sons e as palavras. O conjunto disso gera atribuições de sentido vividas e expressas através do discurso, sendo difícil uma diferenciação completa e exata de cada meio de interação com o mundo. O discurso é sempre acompanhado de memória e a memória é inscrita no discurso e, assim, tal interação vai se tornando fenômeno, prática e objeto do presente estudo.

3.3.3 *Memórias e acontecimentos emocionais*

Há uma correlação direta entre acontecimentos ou momentos da vida do sujeito que contam com uma forte valência emocional e a possibilidade do mesmo recordá-lo por longos períodos de tempo de sua vida. Nesses casos, estímulos visuais, auditivos e até olfativos, mesmo que sutis em semelhança ao vivenciado, resgatam a lembrança de forma rápida, mesmo aquelas que se julgavam esquecidas.

A memória enquanto forma de resgate ao que foi vivido não está sempre na instância consciente das pessoas e isso não faz com que ela influencie menos o modo de viver daquele sujeito em seus comportamentos, pensamentos e sentimentos. No que se refere às emoções, uma memória que gerou medo, por exemplo, pode levar ao sujeito uma tentativa de evitação daquela experiência em outros momentos da vida. Já memórias de momentos alegres podem ter o efeito oposto na tentativa de repetição. (ALBUQUERQUE, SANTOS, 2000)

Desse modo, os processos emocionais serão únicos e ao mesmo tempo partilháveis. Isso porque, se por um lado o sujeito experimenta vivências emocionais diversas moldando e sendo moldado pela sua subjetividade tornando as emoções únicas, por outro lado muitas vezes os significados de cada emoção serão interpretados e disseminados socialmente no processo de partilha. (ALBUQUERQUE, SANTOS, 2000)

Entende-se que as emoções são essenciais no processo de dar sentido aos acontecimentos, aos relacionamentos e à vida. Isso vem de uma lógica evolutiva que compreende que somos impulsionados a agir para atender necessidades e, agora, desejos e motivações. Entretanto, os limites humanos para agir ou deixar de agir não mais limitam-se à fisiologia, mas também abrangem processos emocionais. (ALBUQUERQUE, SANTOS, 2000)

Assim, cabe a compreensão que muitos acontecimentos dependem das emoções para que se tornem memoráveis, mas também que aspectos cognitivos comprometidos afetam fortemente o processo de sentir, de tal forma que eventos traumáticos, cheios de emoção podem ser difíceis de serem lembrados justamente pela grande carga emocional que envolve o acontecimento e que o corpo busca bloquear. (ALBUQUERQUE, SANTOS, 2000)

No caso do encarceramento, esse processo já trata de uma quebra de rotina abrupta, que também envolve as emoções de ter que se adequar a uma nova vida, que conta com uma nova rotina com privação de liberdade. As mulheres encarceradas são cortadas da convivência com pessoas significativas, não podem mais usar as mesmas roupas, ir aos mesmos lugares e são levadas a uma adaptação opressiva de uma rotina disciplinar, o que faz ser possível a proposição de que são momentos de fortes emoções, assim como também a saída do cárcere.

No ambiente carcerário há também esta rotina inerente a ele, em que, uma vez vivenciado, as memórias terão como características uma recordação por repetição, enquanto rupturas dessa rotina possivelmente levarão a emoções mais fortes e a atipicidade do acontecimento tende a ser de mais fácil recordação. Nas entrevistas, a atenção será para compreender os dois processos, tanto do cotidiano enquanto repetição quanto de sua quebra.

4 OBJETO DE ESTUDO

Como objeto de estudo, tem-se a produção de sentidos no cotidiano de mulheres que foram encarceradas na Colônia Penal Feminina do Recife. A pesquisa tem como questionamento norteador: “que sentidos sobre seus cotidianos no cárcere são produzidos hoje por mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor no Recife?”.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Compreender sentidos produzidos a partir da experiência cotidiana carcerária de mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor no Recife.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as produções de sentido no tempo presente sobre aspectos significativos do cotidiano carcerário passado na Colônia Penal Feminina Bom Pastor;
- Identificar as relações de gênero, raça, classe e encarceramento feminino no discurso das participantes, que passaram pela Colônia Penal feminina Bom Pastor;
- Analisar as relações de poder vivenciadas pelas participantes a partir de suas recordações sobre os seus cotidianos.

6 HIPÓTESE

Fazemos a hipótese de que o sentido produzido sobre o cotidiano por mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina do Recife gira em torno de aspectos interiores e exteriores ao cárcere. Estes sentidos fazem ressaltar relações de gênero, raça e classe, além de relações de poder.

Espera-se que, no que diz respeito ao interior do estabelecimento, os sentidos produzidos ressalvam as relações entre as mulheres que estavam encarceradas com a equipe multiprofissional, os hábitos vivenciados como alimentação, estudo ou trabalho e as relações com o espaço físico, como grades, refeitório, capela etc. Em relação aos aspectos externos ao cárcere, nota-se questões atreladas a afetos e relações familiares, amorosas e de amizade, além de reflexões sobre si mesmas, dentro e fora do cárcere.

7 METODOLOGIA

7.1 DESENHO DA PESQUISA

A pesquisa será qualitativa e transversal, de caráter exploratório e contará com a participação de três mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Teoricamente, o estudo se baseia na abordagem genealógica de Michel Foucault. Consideram-se, então, os processos de biopoder que as afetam tanto pela instituição como pelo próprio processo de encarceramento. (FOUCAULT, 2019)

A proposta metodológica trata-se de um meio de compreensão de linearidades e rupturas de significações da realidade a partir do encontro entre pesquisador e sujeito de pesquisa (ou em outros casos, objetos). A ideia, portanto, não é de captura, mas de uma investigação processual de práticas de produção de sentido e movimentos de visibilidade a escolhas subjetivas, não aleatórias e baseadas em vivências. Sobre o método de pesquisa, conclui-se, como aponta Gonçalves e Machado (2011, p. 69) que “trata-se de uma intervenção de cunho qualitativo, capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais”.

Haverá a escuta sobre o cotidiano dessas mulheres a partir de uma entrevista semiestruturada, visando maior interação com as entrevistadas, o que permite pensar além das palavras, considerando também a expressão das emoções. Com isso, será importante explorar a capacidade de interação e percepção da pesquisadora na sua experiência de contato com as sujeitas de pesquisa, em que, do encontro podem surgir dados relevantes e até mesmo inesperados.

A partir do apresentado, a entrevista será audiogravada, com garantia de anonimato para as participantes. A função da entrevista semiestruturada é questionar aspectos importantes sobre os sentidos produzidos no cárcere em relação a tempo, espaço e vínculos, sem deixar que a rigidez das perguntas ofusque o que pode aparecer de sentidos dentro da especificidade de cada entrevista. Com isso, conclui-se que será feito um estudo de análise qualitativa, transversal e discursiva. (GONCALES; MACHADO, 2011)

7.2 LOCAL DA PESQUISA

O estudo acontecerá em ambiente externo ao cárcere, em diferentes endereços, na Região Metropolitana do Recife, de acordo com a disponibilidade das participantes.

7.3 PARTICIPANTES

A população do estudo é composta de mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor entre um mês e dois anos e que tiveram diferentes atividades cotidianas no cárcere.

O recrutamento das participantes ocorreu a partir de uma colaboração entre a pesquisadora e a Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco, que forneceu uma lista com números de telefone de mulheres que estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor. A partir daí, a pesquisadora as contatou apresentando brevemente a pesquisa. Em seguida, foi feito um convite para a participação do estudo. As três voluntárias selecionadas foram contatadas para marcar hora e local para a realização da entrevista semiestruturada.

De início, ocorreu um contato do tipo “quebra gelo”, no qual as três participantes se apresentaram, assim como a pesquisadora e sua instituição, além de formular a pergunta que deu origem à pesquisa. A hipótese não foi apresentada para não influenciar as respostas das perguntas feitas em entrevistas.

7.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Critérios de inclusão das participantes

As três mulheres deverão:

- fazer parte do grupo de mulheres que tenham sido encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor;
- serem voluntárias para a pesquisa;
- não serem diagnosticadas com psicopatologias na época do encarceramento.

Critérios de exclusão

Não participação da pesquisa àquelas mulheres que:

- foram diagnosticadas com psicopatologias na época do encarceramento;
- não são mulheres ou não estiveram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom

- Pastor;
- não se voluntariaram a pesquisa.

7.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

O procedimento de coleta de dados foi efetuado a partir de um encontro com cada mulher que foi encarcerada em locais combinados entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa dentro da Região Metropolitana do Recife. Nesse encontro haverá escuta sobre o cotidiano vivenciado no cárcere bem como sobre aspectos anteriores e posteriores ao encarceramento. Com isso, não se pode falar em uma mera coleta dos dados, mas, como o referencial epistemológico demonstra, uma produção de dados guiada pela consciência do biopoder que opera nas relações.

A implicação disso é que foi utilizada uma entrevista semiestruturada (grade da entrevista no anexo C), com perguntas sobre características pessoais e informações sobre o “durante”, o “pré” e o “pós” encarceramento. Entretanto, há uma flexibilidade para escuta de outros elementos que as mulheres entrevistadas acharem relevantes e desejem compartilhar sobre as suas vivências em relação aos momentos no cárcere.

No que se refere ao local da pesquisa, se procurou a característica da comodidade e da privacidade, apesar de todas as entrevistas terem sido efetuadas em ambientes com a possibilidade de circulação de pessoas, como parques, praças e *shoppings*. A estratégia para isso foi achar lugares mais afastados, com a possibilidade de sentar e que não estivesse muito calor, mas que ainda assim as mulheres se sentissem seguras.

A entrevista foi audiogravada para maior comodidade e fidedignidade de dados, com a devida autorização das participantes. Depois, foram apresentados os aspectos éticos, como a confidencialidade dos dados pessoais, leitura de documentos, pergunta sobre a compreensão e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa. Com a concordância e a partir do pressuposto de não se deixar dúvidas quanto a isso, foram feitas as perguntas escritas na entrevista em anexo. Há, entretanto, a possibilidade de novas perguntas que facilitem a compreensão do proposto enquanto produção de sentido no cotidiano.

7.6 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados ocorreu de forma qualitativa a partir da análise do discurso. Um método de análise articulado ao conceito de discurso proposto em Foucault com novos elementos acrescentados também por autores que os sucedem. (FISCHER, 2001) Nas palavras de Fischer,

para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas. Práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um discurso. Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. (FISCHER, 2001.)

Tal complexidade citada refere-se, também, ao campo de não contabilizar palavras ditas, considerando-as como meros signos. É necessário considerar que aqui a ideia de sentido está ligada a compreender a língua, a história e o sujeito em funcionamento semântico, ou seja, de produção e atribuição de significados dinâmicos. Com isso, os signos e as palavras não são o fim a serem analisados, mas os meios de análise. Analisar o discurso é uma ação que demanda a aparição e o sumiço das contradições que asseguram a coerência das ações sociais que fazem parte do cotidiano dos sujeitos. Como assegura Foucault em *Microfísica do Poder*,

não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2019, p. 56)

Com isso, nota-se que há uma compatibilidade entre a psicologia e a análise do discurso proposta por Foucault. Isso acontece pois a prática discursiva constitui e é constituída pelo sujeito que a pratica. Nesse sentido, são necessários diversos meios para a compreensão do que é dito. Também por isso, há a necessidade da entrevista ser gravada, para que se ouça com atenção, se preciso mais de uma vez, sem ignorar a escuta originária e outras formas de discurso se não a dos signos falados.

A partir disso, a presente análise dos dados passa por etapas complementares. A primeira é considerar o discurso no momento de sua construção, tratando, então, da lembrança da pesquisadora diante da linguagem do corpo, do discurso falado e das emoções demonstradas no momento da entrevista. Junto a isso, depois da entrevista audiogravada ser transcrita, a leitura pode promover outra análise dos sentidos promovidos na interação discursiva entre participante e pesquisadora.

Assim, como a dissertação perpassa uma linguagem acadêmica escrita, já se tem que se considerar a primeira mudança discursiva, que é da linguagem falada para a linguagem escrita. Isso acontece pois é necessário considerar os processos de sujeição que envolvem o sujeito falante, como a voz trêmula, as expressões emocionais, as pausas, as mudanças de assunto, o gritar ou o cochichar, entre outros.

Além disso, pensando em responder as perguntas de pesquisa, há uma sistematização dos dados (e, por isso, dos discursos), em torno da análise caso a caso de como foi vivenciado o cotidiano carcerário na Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Após esse momento, se consideram as similaridades e as singularidades das vivências com uma análise transversal, que só é possível pela análise do discurso. Por fim, articulam-se as vivências narradas pelas participantes da pesquisa com os conceitos fundamentais do eixo epistemológico escolhido, assim como com aspectos do campo da psicologia jurídica.

Para tanto, será necessário considerar aspectos do biopoder que estará presente nas etapas citadas acima. Assim, tomando como base que na vivência do encontro e da escuta ocorre a menção ambiente carcerário com uma pessoa externa a esse meio, inclusive na função de pesquisadora, é necessário que a entrevista seja semiestruturada de forma a ter um direcionamento necessário para a resposta da pergunta de pesquisa, desde que dê margens para uma compreensão mais ampla dos sentidos atribuídos, sejam em locais, pessoas ou ações que ocorrem no cotidiano daquelas mulheres.

Além disso, ao entender as relações de poder que se estabelecem, a pesquisa se torna mais fiel ao considerar a relação que também se estabelece entre a pesquisadora e as mulheres que foram encarceradas, tanto no que se refere a importância de iniciar o contato se apresentando e realizando perguntas menos íntimas como também para reconhecer que tensões relacionadas ao poder são estruturantes para a ideia de coleta e de produção de dados, além disso, nesse caso específico, tem-se diversos reguladores para tal momento de pesquisa. Ainda seguindo as bases foucaultianas, é importante compreender como o passado, presente e futuro se estabelecem nas relações de produção de sentido no cotidiano de mulheres encarceradas na Colônia Penal Feminina.

Toda a metodologia e a análise dos dados são feitas a partir da genealogia foucaultiana, que pode ser conceituada tendo como base as explicações de Moraes (2018), a exemplo daquela que trata de uma busca por compreender a emergência de configurações singulares de sujeitos, objetos e significações nas relações de poder, relacionando a ocorrência de práticas discursivas e não-discursivas. As análises genealógicas contribuem para o exame do biopoder, ou seja, não se trata da compreensão estática, mas sobre o poder que governa a vida, o que levou Foucault a investigar diferentes dispositivos, que podem ser considerados conjuntos articulados de discursos e práticas inerentes a objetos e sujeitos, que provocam domínio do saber e do campo estratégico do poder, tal como o cárcere feminino.

Em oposição à arqueologia, método elaborado anteriormente, a genealogia Foucault passa a priorizar as práticas sobre as teorizações, saindo de uma posição passiva e de mera

contemplação de discursos, ao propor a genealogia como um modo de colocar em xeque certas práticas sociais numa perspectiva interna. Ainda num último momento, não há prioridade de parte teórica ou prática, mas da compreensão sobre o saber-poder e, simultaneamente, como isso se relaciona com a produção de subjetividade. Para ele, o pensamento está ligado a estar atento para problematizar uma lógica de poder preestabelecida, se tratando de uma abertura sem procura de causa ou sem um fim necessário a se atingir. (LE MOS; JUNIOR, 2009)

Com isso, se deve situar que por mais que a genealogia tenha sido primeiramente utilizada por Nietzsche, Foucault contribuiu situando duas características que sobre o conceito que inicia numa reflexão metafísica. O primeiro deles é que a genealogia é “disruptiva” daquele que a propõe e de um pressuposto ideológico de verdade. Assim, não deve se limitar a extrair uma suposta verdade daquilo que se conhece, num movimento que deve se estender ao questionamento daqueles que afirmam conhecer verdadeiramente. Desse modo, nesta pesquisa, deve-se propor uma crítica do próprio fundamento antropológico do saber jurídico e institucional, isto é, daqueles que se colocam como sujeitos do conhecimento normativo. Já a segunda característica é ser “dissociativa”, que não acredita nas essências e identidades eternas, e, a partir disso, busca apresentar os momentos como múltiplos, heterogêneos e com diferenças na sua história e origem. (FOUCAULT, 2019)

8 ASPECTOS ÉTICOS

A realização da presente pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Riscos: Desconforto ou sentimento de dever em relação à pesquisa. A tentativa de minimizar ou sanar isso passa por informar de forma explícita que a pesquisa é vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia UFPE e não a qualquer estabelecimento punitivo ou de fiscalização. Deve-se ressaltar, ainda, que não participar ou desistir não poderá acarretar em qualquer desvantagem ou punição. Outro risco é o oposto, é achar que a participação da pesquisa irá gerar outros benefícios como ganhos financeiros, o que deverá ser negado e esclarecido de forma explícita. Algo que diminuirá outros riscos é o bem informar sobre a própria pesquisa e sobre os aspectos éticos envolvidos. Há, ainda, o risco de vulnerabilidade emocional, que deverá ser minimizado ou sanado a partir da disponibilidade de atendimento psicológico pelo Serviço de Psicologia Aplicada da UFPE.

Benefícios: Como benefício direto, tem-se uma escuta atenta e acolhedora por uma profissional psicóloga, com respeito às vivências e ao que for dito de forma sigilosa e sem julgamento. Além disso, sabe-se que falar sobre si e sobre as vivências cotidianas auxiliam no processo de reflexão sobre o que é vivido numa interlocução entre passado, presente e futuro. Como benefícios indiretos, ocorre que os resultados da pesquisa podem ajudar o surgimento ou modificação de políticas públicas dentro do cárcere, bem como a ampliação do saber científico psicológico e interdisciplinar entre a Psicologia, o Direito, a Filosofia, entre outros. Para o Estado de Pernambuco, o benefício consiste em estar mais próximo da compreensão de um ambiente e de pessoas que por vezes são invisibilizadas e têm seus direitos violados. Para a sociedade, o benefício é o pensamento, respeito e fomento ao fazer valer dos direitos constitucionais e humanos nos mais diferentes espaços. É a ideia ampliada de cidadania.

Armazenamento dos dados coletados: A pesquisadora declara que os dados coletados, a exemplo de desenhos e pinturas produzidas, os áudios das gravações efetuadas e a transcrição dos momentos vivenciados, ficarão armazenados no computador da pesquisadora, sob responsabilidade de Natália Costa Porto, na Rua Afonso Celso, 246, apartamento 1404, no bairro da Tamarineira, Recife, Pernambuco, em que a senha de acesso é de exclusivo saber da pesquisadora. Isso ocorrerá pelo período mínimo de cinco anos.

9 RESULTADOS OBTIDOS

9.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Pode-se dizer que os estudos sobre o encarceramento feminino partem de uma interdisciplinaridade, no cruzamento entre estudos de Direito, Filosofia, Criminologia, Ciências sociais, Psicologia, entre outros saberes. Isso acontece pois o encarceramento é um processo que envolve tanto uma diversidade de normas explícitas (jurídicas) e implícitas (sociais) como um processo de controle da subjetividade. Com isso, é importante que se saiba quem são essas mulheres através de uma análise interseccional de gênero, raça e classe.

Historicamente, teorias da criminologia explicavam a baixa criminalidade feminina pelo que se atribuía a aspectos subjetivos de gênero, tais como a delicadeza, a passividade, o ser frágil e emotivo. Tendo essa análise como base, uma mulher que transgredia uma norma jurídica também era transgressora das normas sociais de gênero. A criminosa era julgada como ser desviante e com distúrbios, inclusive psicológicos. Seguindo esse ponto de partida, pode-se notar que as expectativas relacionadas ao feminino são em torno de atributos de mulher como ser “para o outro”, em sua maioria para o outro **masculino**, seja em seu estigma enquanto mãe, enquanto esposa ou enquanto filha. Nesse processo de relações de poder, a mulher se encontrava sempre em ambientes privados, resguardada para o processo de cuidar e servir, associada, assim, a um processo de incidência de poder e opressão. Com isso, a entrada de mulheres para a criminalidade também passa a representar sua saída para ambientes públicos e, assim, um questionamento e afronta à lógica de poder patriarcal de controle de corpos e subjetividades. (LIMA, PACHECO. 2017)

Eis que essa trajetória histórica diz respeito a uma parte das mulheres, mas não a todas. As mulheres negras no Brasil tiveram a sua trajetória relacionada com outras formas de opressão, seus corpos foram controlados, escravizados, abusados e aniquilados como premissa de sua existência no território brasileiro, seja em seu transporte do continente africano para o Brasil em navios com condições desumanas, seja nas senzalas ou lavouras brasileiras e nordestinas. Elas se encontravam em condições de “não ser” e de “não humano”, a opressão sofrida vindo de todos os lados. Pode-se citar algumas formas de opressão, tais como a incidência do poder por uma questão de aniquilação subjetiva através de opressões culturais, como ocorreu em relação ao cristianismo sob as religiosidades de matrizes africanas, a aniquilação da subjetividade das posições sociais que eram privadas de ocupar e se dedicar tal como a maternidade de filhos negros, o controle dos corpos nos estupros vivenciados, seja por homens negros ou brancos, o controle dos corpos como punição aos desrespeito às lógicas de

poder já estabelecidas e a exploração dos corpos para o trabalho ou para o lazer das pessoas brancas. Isso para se dizer de maneira pouco aprofundada e contextualizada historicamente como ocorre a chegada da mulher negra no Brasil e as vivências que as foram impostas com isso. (CARNEIRO, 2003)

Não se pode ignorar que esse passado tem reflexos diretos nas formas de viver das mulheres negras atualmente. Essas estão em ambientes públicos há muito tempo, trabalhando e também sendo escravizadas, por isso a ascensão social da mulher negra vem de outra forma. Hoje, essas mulheres se encontram em sua maioria em periferias, em estados mais pobres no país e desempenhando funções com menos remuneração financeira que outros grupos sociais, como homens negros e mulheres brancas. Essa limitação em relação às questões empregatícias se tem quando sabe-se que, de acordo com o Ipea 2009, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e que a renda média mensal das mulheres negras no Brasil é de R\$ 279,70, enquanto a de mulheres brancas é de R\$ 554,60. Além disso, a maternidade para as mulheres negras ocorre de forma diferente, muitas vezes elas têm que trabalhar para auxiliar financeiramente em casa ou são as únicas responsáveis pela renda familiar. Eis que em 2009, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estavam abaixo da linha de pobreza. (IPEA, 2009)

Com isso, pode-se supor que a transgressão da mulher negra vai além do descumprimento da norma jurídica, mas se tem uma busca pela saída da invisibilidade e por melhores condições de vida para si e sua família, especialmente no que diz respeito às questões que se relacionam com manutenção financeira. Isso se fundamenta a partir da herança colonial, que tornou tão acentuada quanto possível as relações de raça no Brasil. A desigualdade, então ao ser analisada por Cardoso (2018) destitui os corpos negros do *status* de “ser” e os representam como posse social da conveniência de corpos brancos. (CARDOSO, 2018)

Isso também se reflete na forma de fazer ciência, em que muitas produções, especialmente no século XIX, cultivam uma lógica de racismo científico. Tanto no contexto de observar que os pesquisadores que fazem ciência nesse momento são em sua maioria esmagadora brancos como por colocar a população negra na posição de objetos para os seus estudos que a excluem da posição de sujeitos sociais. (CARDOSO, 2018)

No que se refere às mulheres, muito se deu que essas eram vítimas de desigualdades de gênero, sem que se observe com uma maior criticidade que tal desigualdade se estabelece de forma diferente para ambos os corpos, ainda mais por ser o corpo da mulher negra, um corpo lido como subalterno e desumanizado. Reconhecer a diferença é necessário, porém, mais do que diferente, há uma assimetria de poder que afeta mulheres brancas e negras, inclusive na medida em que a similaridade de gênero passa a não significar similaridades na vivência do

gênero em sociedade. Um exemplo disso é a representação social da mulher ser ligada à fragilidade. Nesse caso, será que essa representação de fato se comunica com as vivências de mulheres negras? Sueli Carneiro afirma que não e ressalta que o trabalho está presente há séculos no cotidiano das mulheres negras, seja na Casa Grande, na lavoura, nas ruas ou com a prostituição. A autora afirma que as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. A fundamentação disso está na análise de que a vida da mulher negra é uma vida de “ser para” o outro, seja no contexto de realizar serviços desconfortáveis demais para mulheres brancas ou para ter seus corpos a serviço dos homens. (CARNEIRO, S.d)

Desse modo, é importante compreender como esse breve histórico de como os movimentos reproduziram e instituíram a produção de novos modos de oprimir dentro desses grupos. Um exemplo disso se dá na medida em que houve um silenciamento, ou omissão, em relação às formas de opressão que se relacionam ao racismo e ao sexismo, colocando as mulheres negras de forma a desfavorecer suas vozes e vivências em relação à sua feminilidade. Houve uma preconização que deixa implícito que a vivência da mulher de forma geral é a vivência da mulher branca, o que foi alvo de fortes questionamentos dentro dos movimentos Negro e Feminista. Tais questionamentos levaram as mulheres negras a desejarem ampliar seu espaço para poder destacar suas especificidades. Como por vezes, isso não foi reconhecido no movimento feminista, gerou-se conflitos e rupturas nas formas de articulação política e científica, especialmente por volta das décadas de 70 e 80. Assim, as mulheres negras também passam por mais uma luta para serem aceitas como membros da academia e terem seus estudos reconhecidos, especialmente os que trazem como categoria analítica a raça. (RODRIGUES, 2013)

Assim, eixos de subordinação tal qual a raça, a classe e o gênero devem ser analisados numa perspectiva relacional e precisam ser reconhecidos para que a mudança aconteça, seja na academia, seja na sociedade de forma geral. É preciso, ainda, ter cautela no que diz respeito a essa análise relacional de incorporação do dinamismo das relações de opressão para que não aconteça o que ocorre com certa frequência na academia. Ocorre que a análise da categoria raça passa a ser negligenciada quando se presume que seria o suficiente estabelecer como categoria analítica somente a classe, o gênero ou a região dos sujeitos de pesquisa. (CARDOSO, 2018)

Com isso, o presente estudo se propõe a olhar a opressão das mulheres encarceradas no Brasil reconhecendo as relações de opressão de gênero e de raça numa perspectiva feminista e antirracista, na medida em que reconhece o presente estudo como interseccional. Tal conceito de interseccionalidade tem se desenvolvido muito a partir das elaborações nos estudos de

feministas negras, que têm como preocupação central as experiências de subordinação, bem como as múltiplas vulnerabilidades que as mulheres negras são submetidas. Para a academia, esse conceito representa um compromisso com mudanças estruturais e, assim, busca trazer inovações epistemológicas e contribuições que dêem subsídio para uma maior equidade no reconhecimento da mulher negra como “ser”, bem como uma ampliação no olhar que reconhece diferentes vivências marcadas por variantes de relevância social e individual. (CARDOSO, 2018)

Em suma, a busca conceitual pela interseccionalidade advém do problema de buscar, inclusive academicamente, seja em termos de leitura de mundo ou através da produção de dados, as consequências de eixos articulados de dominação, através de um processo de opressão estrutural e dinâmica que subordina grupos sociais em detrimento e bom proveito de outros. Para que se faça mais claro, alguns sistemas discriminatórios que podem ser citados especificamente são o racismo, o machismo, sexismo ou patriarcalismo, a opressão de classe ou exploração socioeconômica, entre outros sistemas que criam ou reproduzem desigualdades que estruturam as posições de poder voltadas para o gênero, a raça, a etnia, a classe etc. (CARDOSO, 2018)

Assim, é válido pensar que, primeiramente, enquanto mulher há uma subjetividade articulada para cobranças sociais que direcionam a uma aceitação tácita do sistema patriarcal, esse lido por Campos (2010) como um inconsciente separatista e competitivo que traria uma lógica substitutiva a uma ideia de cuidado transgeracional vivo e em constante mudança, tal como a Terra. Esse poder de gerar a vida, no início dos tempos causa uma insaciável busca pelo controle dos corpos femininos para que o homem tivesse controle sobre a vida. Isso ao longo das sociedades ocidentais só foi se acentuando, partindo de um ponto de que o controle da mulher significaria o controle da vida, da prole e, futuramente, da família. Com isso, a objetificação desses corpos trazia vantagens para o sistema patriarcal, que acaba por se tornar ainda mais evidente nas sociedades capitalistas a partir da ideia de propriedade privada. (CAMPOS, 2010)

Com isso, é necessário reconhecer que, no Brasil, se vive em uma sociedade marcada pelo racismo e sexismo e que reproduz no cotidiano práticas opressivas especialmente em relação às mulheres negras. Tanto no sistema colonial escravista quanto no atual modelo de sociedade capitalista, essas mulheres vivem nas margens de sistemas de pobreza e com pouco ou nenhum acesso às necessidades básicas para a sobrevivência. Como consequência, há uma manutenção para a matriz de dominação, que já vem sendo exercida há séculos. (CARDOSO 2018)

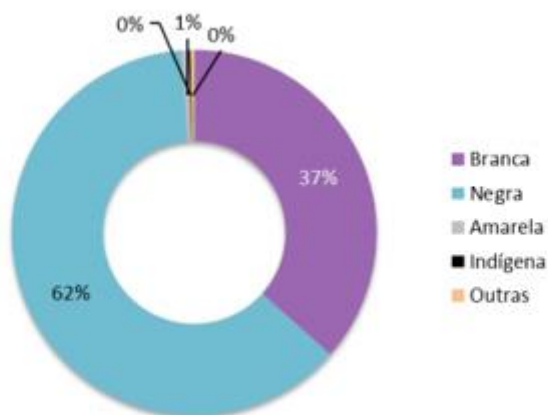
A partir disso, a atenção deve ser voltada não para uma busca de hierarquização de sofrimentos ou formas de opressão, mas para a compreensão de que há uma interconexão entre os institutos de raça, gênero, classe e regionalização, estando, portanto, imbricadas umas nas outras como uma lógica de manutenção de poder tradicional do processo colonial brasileiro. (CARDOSO 2018)

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira, procurando minimizar padrões históricos de exploração dominação e subordinação que se estruturam e determinam diferentes e desiguais posições sociais para mulheres racialmente subordinadas, em especial as negras. (CARNEIRO, S.d)

Algo também interessante a se mencionar, é que o controle dos corpos através de instituições com história de controle se repete aqui. A Colônia penal Feminina Bom Pastor tem em sua entrada mensagens que se referem ao cristianismo, sendo aquele lugar anteriormente gerido pela Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor (formada por religiosas), que foi a primeira responsável pela ordem e disciplina das presidiárias, o que ocorre no propósito de ensinar um ofício às mulheres da comunidade. No entanto, foi a partir de um acordo com o governo em 1943, época que as freiras aceitaram em seu espaço 20 presidiárias, que o local teria como ideia que as religiosas também ensinariam um ofício, reeducando-as segundo as normas cristãs-católicas. (FONSECA, 2009)

A partir da contextualização das relações de poder presentes na sociedade brasileira que se tentou provocar acima, caberá compreender que, através dessa perspectiva mencionada, será compreendido o encarceramento de mulheres no Brasil. Assim, o processo de racismo se reflete também no encarceramento, em que mais de 60% da população feminina encarcerada é negra (fig. 3).

Figura 3- Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2016)

A partir dos dados apresentados, cabe o questionamento sobre a possibilidade das condições de vida das mulheres negras no Brasil influenciarem diretamente em seu encarceramento, não apenas no cometimento de crimes, mas especialmente no processo de vigília de seus corpos, de maior fiscalização de seus comportamentos e de todo o processo de julgamento e punição. Ainda é válido ressaltar que essa particularidade se acentua ainda mais nas regiões Norte e Nordeste do país, número que pode aumentar para 97% no caso do estado do Acre, como pode-se ver na Figura 4:

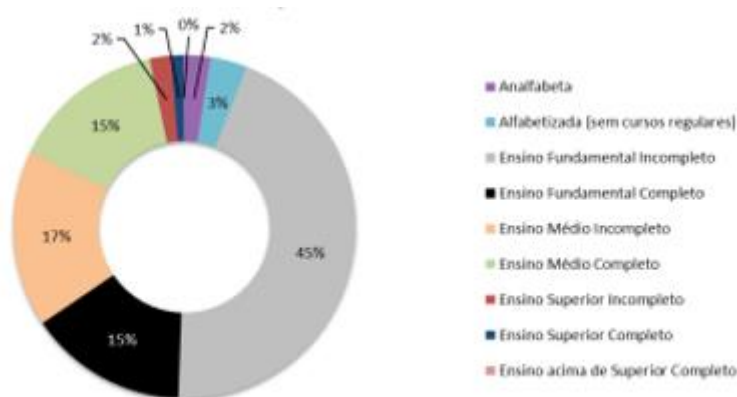
Figura 4- Porcentagem relativa à raça, cor ou etnia por UF.

UF	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Outras
AC	3%	97%	0%	0%	0%
AL	21%	79%	0%	0%	0%
AM	20%	79%	0%	0%	0%
AP	26%	74%	0%	0%	0%
BA	14%	86%	0%	0%	0%
CE	5%	94%	1%	0%	0%
DF	17%	79%	2%	0%	2%
ES	28%	70%	1%	0%	0%
GO	26%	73%	1%	0%	0%
MA	10%	90%	0%	0%	0%
MG	30%	68%	1%	0%	0%
MS	30%	69%	0%	1%	0%
MT	36%	64%	0%	0%	0%
PA	11%	89%	0%	0%	0%
PB	21%	79%	0%	0%	0%
PE	12%	88%	0%	0%	0%
PI	10%	90%	0%	0%	0%
PR	66%	33%	0%	0%	1%
RJ	32%	65%	0%	0%	3%
RN	37%	63%	0%	0%	0%
RO	20%	78%	2%	0%	0%
RR	18%	80%	0%	2%	0%
RS	67%	30%	1%	1%	1%
SC	62%	38%	0%	0%	0%
SE	12%	54%	34%	0%	0%
SP	44%	56%	0%	0%	0%
TO	5%	90%	0%	5%	0%
Brasil	37%	62%	1%	0%	0%

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2016)

A partir desses dados alarmantes sobre as desigualdades brasileiras e a proposta de um estudo interseccional ao que se propõe, sabe-se que a herança da escravidão brasileira é algo que é estrutural na sociedade atual e, em linhas gerais, tem-se que em 2019, de acordo com o IBGE, 75% da população que vive abaixo da linha da pobreza é negra. A situação de pobreza extrema priva a população negra de vivências de relevância para a transformação social e a ascensão econômica, tais como acesso à moradia, ao saneamento básico, à educação e à saúde de qualidade, o que reflete também nos índices de privação de liberdade de mulheres, conforme a Figura 5 demonstra:

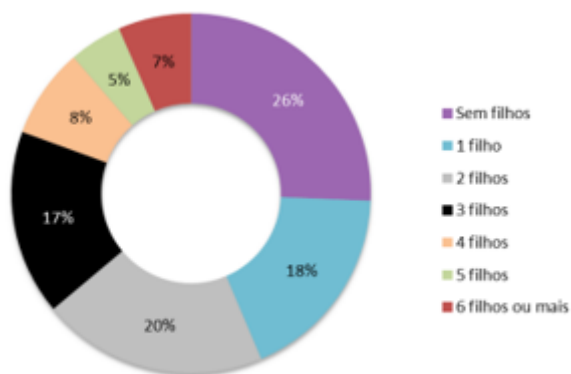
Figura 5- Escolaridade de mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2016)

Atualmente, a escolaridade no Brasil acaba por trazer um norte do que ocorre em termos de amplitude de oportunidade empregatícia, bem como as possibilidades de ascensão econômica. Entretanto, tais dados podem se comunicar com as limitações de empregos que as mulheres negras em especial enfrentam há anos, voltando-se para empregos domésticos de outras pessoas e, também, para profissões voltadas para a agropecuária. Eis que, complementando o olhar interseccional, a mulher frequentemente também ocupa uma função materna no contexto social e familiar. Essa função não é apenas designada com o “engravidar”, mas com o processo de responsabilização social pelo filho e a naturalização do abandono paterno, o que, nesse sentido, traz para a mãe a responsabilidade de provimento financeiro, além de afetivo, o que torna cabível trazer para a discussão também os dados das mulheres encarceradas que também são mães, assim como pode ser observado na Figura 6:

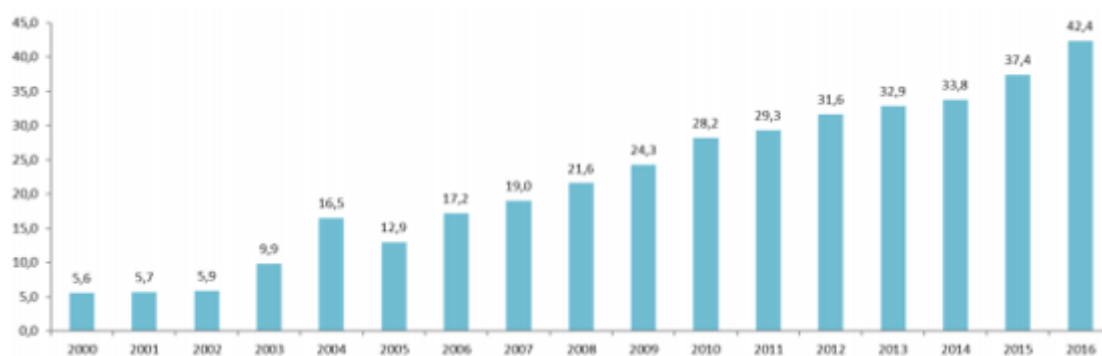
Figura 6- Número de filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2016)

A partir disso, nota-se que mais de 70% das mulheres encarceradas são, também, mães. Essa variável, assim como todo o contexto trazido, não são utilizados neste estudo para justificar qualquer ação voltada para a criminalidade, mas ajudam a mapear quem são as mulheres encarceradas no Brasil e, com isso, compreender os processos de incidência de poder e opressão por elas vivenciados dentro e fora do cárcere. Por fim, cabe ressaltar que é importante saber quem são essas mulheres, de onde elas vêm e o que ocorre no encarceramento até como meio de compreensão do cenário penal, que vem se estabelecendo com o aumento de 565% de população carcerária feminina nos últimos 15 anos, conforme dados advindos do Conselho Nacional de Justiça (fig. 7).

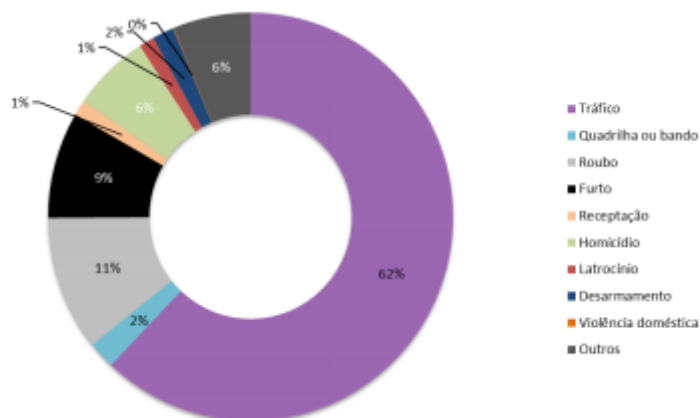
Figura 7- Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2016)

Os dados relacionados ao aumento da população carcerária são alarmantes, mas também é importante saber qual é a infração penal que leva a esse aprisionamento em massa e o seu motivo. Por fim, como último dado a ser trazido para o mapeamento das mulheres aprisionadas, tem-se o tipo penal cometido por elas o que se mostra relevante para análise pelos motivos que serão apontados na Figura 8:

Figura 8- Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal.



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias- Infopen (2016)

Nota-se que o tráfico de drogas é o crime mais cometido, com uma grande diferença dos demais, representando mais de 60% do encarceramento, o que passa a ser fruto de estudo de criminologistas para a compreensão de tal ocorrência. Miranda (2017) propõe uma correlação direta entre a seletividade penal em aprisionamento da mulher negra e a política nacional de drogas. Isso porque é atribuído pelo autor que o perfil de mulheres presas no Brasil é o de pessoa vulnerável, jovem, mãe, negra, com baixa escolaridade, solteiras e condenadas pelo cometimento de crimes relacionados à lei de drogas. Sendo assim, ele pontua que há vantagens para classes dominantes na criação de estereótipos a serem replicados no que diz respeito às agentes criminosas, que busca que haja uma seleção da criminalidade na medida em que se relaciona com o empobrecimento e com a negritude. Tal proposição de colocar em catálogo aquelas disponíveis para aprisionar permitiria uma colagem entre a imagem fabricada descrita e a representação social de criminosa, permitindo que pessoas que não se encaixem nessa imagem saiam ilesos do cometimento de crimes e se resguarde a ideia do cárcere para os já conhecidos como criminosos. (MIRANDA, 2017)

É necessário, ainda, ressaltar que os dados em análise bem como a trajetória criminológica se referem ao crime de tráfico de drogas e às condenações até 2016, o que tem sua fragilidade. Isso ainda se acentua depois da modificação no rol de crimes hediondos, que foi levada em conta duas reformas, a da Lei 8072/1990 e a **Lei 13964/2019** (o que ainda tem o período de *vacatio legis* desta lei, que provocou sua entrada em vigor no dia 23/01/2020) pelo “Pacote Anticrime”, que acaba por não reconhecer o tráfico de drogas como crime hediondo se a pessoa condenada for réu primário. É possível supor que tal modificação se reverta em uma taxa menor de encarceramento, porém, como as pesquisas relacionadas a isso

ainda serão desenvolvidas, a presente se alinhará ao que acontecia até a entrada em vigor da Lei 13964/2019. (BARBOSA, 2020)

Com isso, no que diz respeito à seletividade que se exerce no sistema penal brasileiro, deve-se observar que o processo de incriminar o usuário de drogas ou entorpecentes era algo recorrente para a lei de drogas, visto que o legislador repete palavras nucleares para se referir à ação da pessoa que consome os entorpecentes e à ação de quem a comercializa, o que deixa a cargo do intérprete a quem seria enquadrado como usuário ou traficante. Tal informação é percebida ao comparar o artigo 28 com o 33, sendo o primeiro referente ao consumo e o segundo, ao tráfico. No que diz respeito à pena, o usuário de drogas não recebe pena restritiva da liberdade, enquanto para os traficantes de drogas, há o cumprimento penal em regime fechado, com reclusão de cinco a quinze anos. (MIRANDA, 2017)

Retomando a análise interseccional, o primeiro questionamento é sobre quem se faz a vigilância e como o efeito da representação social da traficante acaba por encarcerar de forma seletiva as mulheres negras, enquadrando-as como traficantes em detrimento de outro público ser lido como usuário, sem que seja considerado, necessariamente, a quantidade de drogas que se porta, mas sim seu corpo social negro e muitas vezes, pobre. Assim, o fato do tráfico de drogas, ser o crime mais cometido pelas mulheres pode ser compreendido como um processo além de jurídico, mas também socioeconômico, tendo em vista que o verdadeiro lucro adquirido pela atividade de tráfico de entorpecentes é dissipado para homens, bem como a constatação de que o que se sobressai na maioria das vivências de tais mulheres é a cultura de pequenas traficantes que acabam entrando no nicho como uma forma de cuidado do outro (filhos, pais, maridos) e iniciam o tráfico como entrega da droga, como um “favor”, em troca de benefícios financeiros ou de segurança, alimentando a discussão de gênero, classe e raça no contexto do encarceramento seletivo e em massa observado. (MIRANDA, 2017)

É necessário, portanto, olhar essas mulheres com humanidade e partindo da premissa de que os seus cotidianos e vivências sociais dentro e fora do cárcere auxiliam na constituição das suas subjetividades e identidades. Com isso, Cúrsio (2016) reflete que se a identidade se produz a partir do outro, o que provoca a criação de pólos positivos e negativos, o processo de diferenciar passa a também compor um distanciamento daquele visto e compreendido como o negativo, funcionando como a ideia de quem se opõe, daquele que “não sou”. Logo, se compreende que tanto a identidade como a diferença não são inatas aos seres humanos ou advindas do nascer biológico, mas sim se constroem nas relações sociais e daí no surgimento do nascer social e identitário. Assim, compreende-se que as mulheres encarceradas, em sua maioria negras e pobres, participam de um processo de diferenciação e marginalização de suas

vivências, de forma a distanciá-las da ideia de humanidade e cidadania e aproximá-las da ideia de criminalidade e maldade. (CURSIO, 2016)

Ainda é compreendido que o processo cultural participa da formação identitária na medida em que a participação na sociedade exige adequações a costumes, normas e instituições daquele tempo e espaço. Tais institutos não são criados ou impostos espontaneamente, mas ocupam aquele espaço por um processo de dominação preestabelecido, a exemplo, no Brasil, da colonização. A ideia de oposição criada e mantida em relação a uma parcela da população realça a composição da sociedade disciplinar em que dociliza os corpos para maior controle não apenas objetivo, como a circulação das mulheres negras nas cidades, mas também subjetivo, com uma dizimação cultural que condena e oprime formas de exercer a liberdade de existir em sua cultura. (CURSIO, 2016)

Esses dispositivos também podem se comunicar através do conceito de biopoder foucaultiano, que compreende o fenômeno da morte em um cenário social e de dominação política. Pode-se compreender o biopoder como a tomada de controle sobre a vida, um processo de dominação em relação ou morrer e viver. Por mais que muitas vezes a morte seja falada sob uma perspectiva biológica, é interessante trazer para a reflexão sobre a morte subjetiva ou identitária, assim como sobre a morte social. Isso recebe, no caso do encarceramento das mulheres no Brasil, suporte do sistema jurídico e do exercício do poder de polícia, que fiscaliza seletivamente aqueles corpos que merecem ser punidos e quais identidades não devem viver em sociedade. Sendo assim, compreendendo que o aprisionamento não é apenas do corpo, mas das histórias e subjetividades que transgridem a norma social do patriarcado e da branquitude. (MBEMBE, 2015)

Com isso a análise de crime e criminalidade é feita de forma muito padronizada, seja pelos homens que iniciam o processo de legislar e julgar os crimes, seja porque o cárcere é um ambiente, por muito tempo, tido como masculino. Também pode-se notar que a função da pane e do encarceramento também se difere no que diz respeito a gênero. Enquanto o lugar correto para o qual teria que corrigi-lo era para o trabalho, o lugar que se pretende corrigir a mulher é para o lugar de privação do mundo público. Algo que demonstra que o crime da mulher refletia uma transgressão da lógica de dominação de seus corpos era que muitas delas eram presas por prostituição ou adultério. (CURY, MENEGAZ. 2017)

Assim, é importante entender que tal sistema tem consequências que devem ser observadas de forma atenta para melhor compreensão do que ocorre na medida que se encarcera quem se encarcera, assim melhor explicado por Cortina (2015):

um dos aspectos que fundamentam esta afirmação refere-se à lógica organizacional dos cárceres que reflete como esses estabelecimentos são geridos; através da perspectiva de controle masculina, dado o fenômeno da invisibilidade do aprisionamento feminino. Mesmo porque, o atual modelo prisional, fundado no século XIX, não foi criado e nem desenvolvido para aprisionar mulheres e sim homens. Isso se confirma pelo fato de que a estrutura prisional precisou, paulatinamente, passar por adaptações arquitetônicas para atender as especificidades femininas, como a criação de creches, até hoje inexistentes nas penitenciárias masculinas, reforçando o padrão cultural de que a tarefa de cuidar dos/as filhos/as ainda é quase que exclusivamente feminina. Além de critérios específicos para a seletividade da punição de mulheres, observa-se o tratamento diferenciado que elas recebem nos cárceres, o que lhes impõem uma dupla subordinação (CORTINA, 2015, p. 771)

Com isso, conclui-se que, para olhar quem são as mulheres encarceradas, é necessário ter uma visão interseccional que considere cada variável apresentada, a fim de compreendê-la em uma articulação com as relações de poder. A sociedade brasileira atual é permeada por mecanismos de opressão e domínio que são exercidos para a criação da imagem de inimigas sociais, facilitando maior controle sob aqueles que fogem das normas exigidas por um grupo dominante. Há efeitos tanto objetivos quanto subjetivos nas formas de vida das mulheres encarceradas, cabendo compreender a responsabilidade das instituições políticas, jurídicas e policiais para a promoção e manutenção desse exercício de poder.

9.2 ESTUDOS DE CASO

9.2.1 *Estudo de caso Neve*

O primeiro contato de todas as entrevistadas, inclusive Neve, se deu via telefone, em que se falou brevemente sobre a pesquisa e o motivo da ligação, que era o convite para participar da pesquisa. Nesse momento, a entrevistada informou com clareza o desejo de fazer parte, ao responder com “quero participar sim”. Dessa forma, foram marcados o dia e horário para a realização da entrevista. Chegando nesse momento, Neve parecia calma, mas com o humor já não tão animado. É possível supor que falar do assunto relativo ao encarceramento e ainda estando próxima a um bebê, seu filho nascido há poucas semanas, tenha afetado o percorrer da entrevista.

Além dos devidos cumprimentos, foi reiterado o questionamento sobre a vontade de participar da entrevista. Com a resposta em afirmativo, seguiu-se para o momento em que a informei sobre seus direitos e informei sobre a documentação que é necessária para o Conselho de Ética, ainda perguntando se ela autorizaria a gravação ou se preferia que eu fizesse anotações

em meu diário de bordo. No afirmativo relativo às gravações, inicia-se as transcrições (contidas no anexo 1).

Neve tem 23 anos, estudou até a quinta série, tem dois filhos, uma menina de sete anos e, naquele momento, um menino de 17 dias. Ao tempo do encarceramento, a entrevistada já tinha a filha. A participante se identifica como preta ou parda, mas não consegue dizer com precisão: “Sou preta, né? Parda, sei lá?”. Pode-se entender o processo de seletividade penal ao observar o perfil do que Neve representa: uma mulher negra, jovem, com escolaridade baixa, sendo esse o perfil padrão de mulheres encarceradas no Brasil. Como já estabelecia Foucault, “a lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe”. (FOUCAULT, 2019, p. 271)

Neve esteve em encarceramento duas vezes, a primeira sendo enquadrada no crime de tráfico de drogas, estando encarcerada durante aproximadamente um ano. Da segunda vez, o crime que foi enquadrada foi o de assalto ou roubo, em que esteve encarcerado por, aproximadamente, dois anos. O suposto crime cometido por Neve, especialmente o de roubo, pode ser relacionado com o fenômeno de aumento demográfico e supervalorização do capital, em que as transgressões passam a ter como matéria os bens em detrimento da vida ou dos direitos. Isso implica a compreensão do fenômeno social da ilegalidade e do cometimento de crimes como algo além de uma violação individual, mas contextualmente dentro da sociedade em que o sujeito existe e opera. (FOUCAULT, 2019)

Em relação ao encarceramento, Neve passou tanto pela Colônia Penal Feminina Bom Pastor quanto pela Colônia Penal Feminina de Buíque. Ela afirma que passou mais tempo na Colônia Penal Feminina Bom Pastor e depois seguiu para Buíque, onde esteve em regime semi-aberto. No primeiro local, ela fez uso da escola e trabalhou por curtos períodos de tempo. No primeiro caso, estudou na escola Olga Benário por menos de um mês. No caso do trabalho, a duração foi de um pouco mais de um mês. A participante ainda fez uso de berçário enquanto estava em Buíque, pois chegou ao cárcere grávida de quatro meses e ficou dez dias esperando para que decidissem para onde ela ia, sendo posteriormente enquadrada no berçário. Nesse tempo, ela define a sua experiência como mais calma, até por poder andar mais pela quadra. Em comparativo com as outras mulheres encarceradas, Neve julga que tinha mais “regalias”. O tempo da entrevistada no berçário foi dos quatro meses iniciais até o nascimento, que cita que teria se tratado de um menino, mas que “nasceu morto”. Nesse momento da entrevista é importante citar que a sua voz ficou trêmula e que ela pareceu utilizar frases ainda mais curtas, como se fosse doloroso entrar em contato com essa memória.

A preferência de Neve por Buíque em detrimento de Recife com a justificativa de ter mais disciplina pode ser compreendida na possibilidade de que tal mulher tenha vivido o processo de sujeição de forma diferente. Como foi possível visualizar na pesquisa bibliográfica, há um processo sistemático de invisibilidade das mulheres até mesmo anteriormente ao encarceramento. Dessa forma, o processo de docilização dos corpos, explicado por Foucault, incide em todas as mulheres, mas há uma criação da relação docilidade- utilidade, em que pode se supor que foi através da obediência às regras que Neve conseguiu o seu lugar como sujeito não somente no cárcere, mas também na sociedade, após uma série de desrespeitos e negligências estatais. (FOUCAULT, 2019)

Vale ressaltar, entretanto, que, para a instituição, as “disciplinas” são fórmulas operadas em diversas instituições de dominação em massa, favorecendo que opere na lógica da produção com menor esforço e mais renda. Assim, Foucault descreve a domesticidade dos corpos como “uma relação de dominação constante, global, maciça, ilimitada”. (FOUCAULT, 2019, p. 135)

Ao ser perguntada sobre o período de encarceramento, houve uma normalização de Neve a respeito do seu cotidiano, havendo, também, uma alternância de respostas entre ter sido algo ruim e, ao mesmo tempo, normal. Um exemplo disso ocorre no seguinte trecho: “é muito ruim. Mas é um dia a dia normal, só que você tá preso, mas é normal. As pessoas dizem né?! Pensa né?! Que é aí meu deus, aquele negócio. Mas também não é assim não, você sobrevive, vai levando”. Em seu dia a dia, ela diz que não fazia muitas coisas. Citou que abriam as celas três vezes ao dia, sendo uma de manhã, uma à tarde e uma às seis horas da noite, e que nesse momento ela saía, caminhava e conversava. Além disso, os horários fixos para as refeições eram fixos e nos fins de semana havia visitas, e que era visitada por sua mãe, que foi a pessoa que prestou apoio a ela no momento do encarceramento. Afirma, ainda, que o local que mais passava tempo era na quadra e que passou quatro meses dormindo no chão e depois passou a dormir na cama, que chamavam de “barraco” por lá.

É relevante relatar que, ao falar dos períodos em as grades estavam fechadas, existem dois espaços nomeados pelas mulheres encarceradas como “Favela” e “Boa Viagem”. Neve afirma que “Boa Viagem” era mais tranquilo em relação à confusão e que havia um número menor de mulheres em relação à “favela”, que ela descreveu como ambiente de muito “tumulto” e “zoada”. No cárcere de forma geral, a entrevistada falou sobre muitos conflitos, que na sua maioria tratam de compra e venda e comercialização dentro do cárcere. A maior parte das brigas ocorreriam entre as presas e teriam como mote as dívidas.

Ainda em relação aos conflitos, Neve diz preferir a forma de funcionar da Colônia Penal Feminina de Buíque em relação à Colônia Bom Pastor, afirmando que no primeiro caso existia

menos confusão devido a uma maior disciplina e por isso era mais tranquilo. Isso se trata de um marco importante para o presente trabalho, em que questionou as lógicas de poder institucionais, mas que, por ser um espaço em que a intensidade das emoções é maximizada, a norma passa a ocupar um lugar importante na regulação das relações interpessoais durante o encarceramento.

No que se refere aos vínculos emocionais, internos e externos ao cárcere, Neve menciona que chegou a fazer amizades dentro do cárcere, mas também fala que não há lembranças de momentos bons, citando que só desejava ir embora e que esse era um pensamento constante. Em relação aos vínculos externos ao cárcere, Neve fala mais de uma vez da sua mãe, sendo a única pessoa que ela mencionou como rede de apoio, especialmente durante o período que esteve privada de liberdade.

Em seu primeiro dia, no entanto, Neve afirma que ficou assustada e que a experiência foi muito ruim. Ainda afirmou que “tiram tudo de você”. Inicialmente, parecia que se tratava de coisas materiais, mas, a nível de discurso, isso pode ser questionado, incluindo, também, os processos subjetivos do cerceamento da liberdade e da identidade antes conhecida. Já no último dia da primeira vez que Neve esteve encarcerada, ela disse que saiu da Colônia Penal de Buíque e que, ao ser chamada, saiu correndo e foi embora. Já da segunda vez, ela estava em condicional, então foi mais prático pegar as coisas e ir embora. Em relação a como a entrevistada se sentiu ao sair do encarceramento, o sentimento parece ter sido de alívio: “muito livre né, um respiro, é como se tivesse nascido de novo A pessoa chega sai, olha as coisas e fica abestalhada. Dá nem para acreditar”.

Essa última utilização discursiva (“dá nem para acreditar”) não é à toa. A dificuldade de se perceber em liberdade é difícil, pois isso nunca foi uma realidade. A condenação se dá antes do encarceramento e, muitas vezes, se perpetua depois, com as duas mulheres que ficaram encarceradas na “Favela” desempregadas e com o estigma social de ex-presidiárias. A figura do “criminoso” é criada antes do crime, assim como explica Foucault: “o delinquente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto a sua vida o que mais o caracteriza”. (FOUCAULT, 2019, p. 245)

Além disso, a escuta sobre o primeiro e o último dia de encarceramento, assim como o processo de entrada e saída do estabelecimento penal, são importantes, pois configuram pontos de ruptura entre os cotidianos conhecidos e algo novo. Algo que parece ter determinado o caráter diretivo da entrevista foi Neve ter citado o quanto queria esquecer o período de encarceramento: “ah eu quero esquecer tudo, quero lembrar nada aqui. Lá é muito ruim, vish. A pessoa tá presa. Deus me livre”. Sendo assim, nota-se que os processos emocionais, mesmo

que em forma de memória, vêm à tona quando se refere a um período da vida que configura sofrimento na vida do sujeito, condicionando o seu discurso e as suas formas de expressão.

A nível interpretativo, é possível entender que Neve sofreu de uma invisibilidade por toda a sua vida e que é no cárcere, que possui mais ordem e disciplina como citado em relação ao de Buíque, que ela consegue achar um espaço para existir e sentir-se menos insegura ou invisibilizada, o que foi proposto por Foucault no seguinte trecho de sua obra *Microfísica do poder*:

pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse somente pelo meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, á maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo. (FOUCAULT, 2019, p. 238-239)

9.2.2 *Estudo de caso Sol*

O primeiro contato com Sol se deu através do telefone, para informá-la sobre a pesquisa e convidá-la para fazer parte, que prontamente mostrou interesse e, assim, a marcação para que a entrevista ocorresse foi realizada. Ainda na comunicação mencionada, Sol perguntou se poderia levar uma pessoa e então foi informada que sim, seria possível, mas que no momento da entrevista em si, seria interessante que houvesse uma interação sigilosa entre a entrevistadora e a participante da pesquisa.

No dia e horário da entrevista, Sol chega com uma mulher, que depois menciona que é a sua companheira, encaminhando-a para sentar em um banco mais afastado e se sentando no banco em que a entrevistadora já se encontrava. Cabe ainda mencionar que um marco significativo foi que a chegada de Sol foi acompanhada de um largo sorriso e de forte animação.

Sol tem 26 anos, estudou até a oitava série, na data da entrevista era mãe de três filhos, enquanto que na época do encarceramento ela possuía apenas dois filhos. Se identifica como parda ou preta como afirma: “eu me sinto parda. Ou preta, tanto faz, eu não tenho, graças a Deus, preconceito com nada”. Ela esteve encarcerada na Colônia Penal Feminina por um ano e sete meses, enquadrada no crime de assalto/roubo, não havendo reincidência do encarceramento. Das entrevistadas, ela foi a que teve um distanciamento maior entre o período de encarceramento e a data que ocorreu a entrevista, pois esteve encarcerada entre 2015 e 2016 e a entrevista ocorreu no ano de 2022.

Sol parece ser uma pessoa resiliente e, apesar de atribuir características negativas ao período de encarceramento e ressaltar várias vezes o quanto foi ruim para ela, afirma que viu pontos positivos significativos no período que esteve encarcerada. Como pode ser visto em falas como: “é... foi até um bom aprendizado para mim, né? Pra eu refletir mais um pouquinho a minha mente, entendesse?” e “foi uma experiência boa no trabalho”. Com isso, em relação

aos espaços ocupados no cárcere, pode-se dizer que Sol passou sete meses trabalhando como costureira e durante esse período ficava numa cela diferente. Ela ressalta que quando foi presa teve que fazer o desmame de sua filha, que na época tinha seis meses, e por isso não fez uso do berçário. Além disso, disse que não tinha “cabeça” para estudar, o que justifica o período curto de um mês em que fez uso da escola.

Para Foucault, o trabalho no cárcere funciona como mais uma estratégia reguladora. Sendo assim, pode-se analisar que o trabalho de Sol também segue a lógica de premiação, visto que houve uma mudança de cela e ela passa a ter a possibilidade de dormir em uma cama, o que não era possível antes do seu enquadramento enquanto “trabalhadora”, de tal forma que, interiormente ao estabelecimento, existe o ordenamento de *status* e estratégias de manipulação comportamental e talvez identitária. Em *Vigiar e Punir*, Foucault disserta:

a utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (FOUCAULT, 2019, p.236-237)

A partir disso, pode ser ressaltado a disparidade dos interesses institucionais produzidos para a manutenção das relações de poder, o quanto há uma mínima relevância do bem estar individual e do respeito pelas subjetividades, o que faz refletir da necessidade da ampliação do espaço das psicologias social, jurídica e clínica nos espaços penais.

Ainda olhando para as particularidades de Sol, algo que chama atenção é que ela perdeu o seu irmão por suicídio seis meses após ter sido encarcerada, ela afirma que esse período foi ainda mais complicado e que quase brigava com uma pessoa por estar muito abalada. Outra questão significativa é que Sol diz que passou mais de um ano esperando uma sentença do juiz dentro do cárcere e também que fazia uso de drogas. Segundo a entrevistada, toda noite ela fazia uso de maconha e em dias de festa afirma fazer uso de Copan. Assim, cabe ressaltar o sentido dado às drogas dentro do cárcere: “eu fumava poo, pra dormir à noite, passar logo os dias”. Quanto ao uso de comprimidos, comenta: “oxe, dava uma lombra massa visse?! Mas eu não faço isso mais não”.

Cabe, então, a análise de que o uso de entorpecentes para Sol foi algo específico do contexto do encarceramento, seja em seu cotidiano, como forma de aliviar a angústia dos dias que não passavam, ou em momentos de ruptura de rotina, em que se buscava uma alegria imediata em um contexto desfavorável a isso. Especialmente em eventos, Sol utiliza expressões no plural, significando o uso coletivo. Nesse sentido, pode-se refletir sobre o uso de entorpecentes dentro do cárcere e o acesso a eles como parte de uma estratégia de docilização

dos corpos. Se, como dito por Sol, “os dias passam mais rápido” ou vem consigo o alívio da “lombra massa”, aquela mulher passa a resistir somente através da sobrevivência, sem que seja possível elaborações ou um maior “se dar conta” do que é vivido e, por isso, são geradas menos revoltas e uma manipulação mais fácil dos corpos das mulheres encarceradas.

Nesse sentido, relacionando-se ao proposto por Foucault, “reina a noção de ‘docilidade’, que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (FOUCAULT, 2019, p. 134) Nesse caso, docilizar os corpos das mulheres encarceradas não favorece apenas o mecanismo de controle e incidência de poder, mas também o serviço do sistema econômico produtivo vigente, trazendo uma objetificação dos corpos a serem úteis para a leitura capitalista.

Com relação à sua chegada ao cárcere, Sol conta que passou pela delegacia antes de ir, que havia consumido álcool e que, depois que o efeito passou e ela acordou, ela se deu conta que estava presa, o que a fez chorar muito e afirma ter sido terrível. Em acolhimento, outras mulheres encarceradas realizaram orações. A entrevistadora perguntou sobre Sol ter uma religião e em resposta ela afirma crer em Deus e já ter sido evangélica, mas que aceita todas as orações. Muitas vezes, a fé em Deus dentro do estabelecimento penal parece de fato ajudar no processo de esperança e de relação com o vivenciado tanto dentro como fora do cárcere.

Ao ser perguntada sobre o seu cotidiano, a entrevistada afirma que procurava preencher o seu tempo para que passasse logo, disse que nunca ficava parada, olhava as coisas que aconteciam e muitas vezes se calava. Também disse que quando tinha som dançava, que “fazia um *love*”, assistia algo se estivesse passando, jogava dominó, *videogame* de mão que pegava emprestado e que a atividade que mais realizava era conversar, pois “distraía a mente”.

Sol afirma que tudo lá é dinheiro e que se tem ou se deixa de ter coisas em função disso, dando como exemplo que em finais de semana se tem visita e que dia de sábado era aberto o dia todo e, com isso, algumas mulheres faziam escova, o que custava R\$ 50. O horário de almoço dura uma hora e depois já é preciso voltar para a cela. Queixou-se, ainda, da comida, que afirma que além de não ser temperada, já comeu macarrão azedo e que houve uma vez que se achou uma barata dentro do alimento, o que, inclusive, gerou vômitos na entrevistada, que ainda afirmou que atendimento médico demora muito.

Com isso, é válido ressaltar que o cárcere por definição busca punir com restrição de liberdade e tem a vigilância como característica de funcionamento. Entretanto, é importante notar que os direitos humanos estão sendo violados quando não há direito ao acesso à saúde e ao saneamento, além de serem aspectos que afetam psicologicamente a noção de construção da

identidade do ser humano nesse espaço. Como pode ser observado no seguinte trecho dito por Sol: “fala com a pessoa parece que a pessoa é bicho”.

Ainda contribuindo para essa violação, Sol cita que haviam dois corredores em que um se chamava “Favela” e o outro “Boa Viagem”. Ela diz que ficou na “Favela” e que ficavam 11 meninas na menor cela, enquanto na maior ficavam cerca de 70. No caso da cela de Sol, ela descreve a distribuição da seguinte forma: “tinha duas camas, de pedra mesmo, aí tem em cima e tem embaixo, tem um paredão assim, que cabia uma menina que era magrinha assim, e eu dormia no chão com as meninas”. Afirma que não há rodízio e que a hipótese de ir para a cama é só se a pessoa “for de bonde”, expressão usada para se referir à transferência ou à soltura.

Como é possível notar, nem a alimentação estragada, nem a falta de cama para todas, nem a superlotação são critérios para que se cumpra melhor a pena ou que interfiram na penalidade de privação de liberdade, pois eles são excessos. Excessos não aleatórios que fazem parte de uma “vingança do soberano” ou “vingança do povo” pela transgressão efetuada como forma de nomear tal punição como “defesa da sociedade”. De tal forma que, ao tornar as punições imprevisíveis em seus excessos, torna o malfeitor digno de ser temido não apenas por aquilo que ele controla, mas especialmente por aquilo que se omite a controlar. (FOUCAULT, 2019)

Ainda sobre o cotidiano de Sol, ela fala da importância da limpeza e que tudo tinha que ser muito limpo, havendo rodízio para definir quem é a responsável por limpar a cela. Citou que lá tem muitos casais e que se envolveu com duas pessoas durante o período que esteve encarcerada e que quase brigou com a “ex” de uma das pessoas com quem esteve. Ressaltou, ainda, que muitos conflitos se originam dos relacionamentos e de ciúmes. Afirma que, durante uma época, ela emprestava dinheiro cobrando juros, lavava para quem trabalhava e ganhava dinheiro.

Quando ela passa a trabalhar numa fábrica de enxovais como costureira, ocorre uma mudança significativa na rotina da entrevistada, pois ela mudou de cela para uma frequentada apenas pelas trabalhadoras, que operavam na cozinha ou na fábrica, passando a ter uma cama. Além disso, mencionou que o número de conflitos é bem menor, que tem bastante higiene e que o tempo passava mais rápido.

Sol constituiu muitos relacionamentos dentro do cárcere. O primeiro relacionamento amoroso foi enquanto ela ainda não trabalhava, diferente do segundo, que parece ter sido muito significativo. Ela fala que provocou uma mudança grande em sua vida para pior, que usava muito o dinheiro dela e que deixou uma dívida para essa pessoa quando saiu, mas cita que sentiu saudade dela. Disse que aconselhou a essa parceira quando soube que ela ia sair dizendo: “vá e

não olhe nem para trás” e que, quando as pessoas saíam, era comum da dívida ser cobrada por outra pessoa que era próxima e que ela tinha que andar com um “xuxu” para se proteger, que se trata de um objeto pontiagudo pequeno usado como arma para furar ou cortar.

Nota-se que, especialmente durante essa entrevista, uma série de termos, sentidos próprios e de uma nova linguagem são direcionados às palavras, sendo válido ressaltar que a produção de sentido ocorre a todo momento e que é um fenômeno da interação humana que se exprime especialmente através da linguagem. Expressões como “xuxu”, “boia” (alimento dado no cárcere), “rodar no drone” (ser pega no flagra), “ir de bonde ou pegar o bonde”, “cocó” (machucar, furar ou cortar a outra), “Boa Viagem”, “Favela” etc, surgem a partir da experiência de viver o cotidiano do cárcere, constituindo um fenômeno também identitário através da linguagem.

Ainda no que se refere aos relacionamentos, teve bom convívio com as colegas de cela. Ela afirma que partilhavam as comidas que eram levadas de fora no domingo e que tinha duas pessoas que ela realmente considerava amigas. Porém afirma que, quando saiu, deixou tudo aquilo para trás e que hoje tem dificuldade de passar perto por sentir medo. Já em relação aos relacionamentos fora do cárcere, Sol tinha como rede de apoio dois amigos e a sua mãe, que fazia visitas durante o tempo de encarceramento e que sempre acreditou em sua inocência. Os amigos também a ajudaram financeiramente.

Em termos de conflitos gerais, a entrevistada afirma que os maiores motivos eram dívidas e, secundariamente, relacionamentos, mas que se conteve muito por sentir medo de ser transferida. Afirmou que “já estava acostumada com as meninas” e não queria ir e que a briga mais próxima dela se envolver foi ao defender uma idosa que estava sendo xingada e chutada na cela à frente da dela. Daí, é possível perceber o sentimento de pertencimento de grupo e de identidade que a entrevistada exala ao dizer “a gente tá aqui nessas celas poo, a gente tá tudo no mesmo barco, tu não precisa ficar humilhando a mulher não, ‘po’” e “já basta os ‘policial’ que fica humilhando a gente ‘po’, a gente aqui devia ser tudo unida e tu vem com essas presepada”.

Com essas falas, é possível notar que o poder não é apenas de incidência corporal e subjetiva, mas essencialmente grupal. As relações de Sol foram definidas por aqueles que dominam e também humilham e a elas, que resistem e, por isso, não deveriam se fazer ainda mais mal. Com isso, também se faz notar que diversas formas de poder circundam o cárcere. A primeira, e que utiliza como mecanismo a repressão, trata-se do poder institucional. Secundariamente, há a divisão entre “Favela” e “Boa Viagem”, o que ressalta o poder do capital. Por fim, em terceiro lugar, há a relação de poder entre as pares, que podem se utilizar, também,

de mecanismos de opressão, violência e resistência. Todas as formas de poder não ocorrem separadamente, mas articuladas, de forma a dificultar ainda mais a vida no cárcere. (FOUCAULT, 2019)

Até então, se tratou dos aspectos do cotidiano que tinham mais frequência. Porém, há situações que são rupturas do cotidiano e que causaram sofrimento a Sol, a primeira delas se tratando de rebeliões. A entrevistada afirma que vivenciou três durante o cárcere e só fazia se esconder, pois tinha muito medo e achava que ia morrer. A outra situação foi um suicídio que ocorreu durante uma festa que ocorria, em que a pessoa tinha 18 anos e teve forte impacto avistar o corpo passando, além de remeter ao suicídio do irmão de Sol. Ela diz que chorou, passou um tempo sem comer e falava para Deus o quanto não queria ficar no cárcere.

Foi possível notar, ainda, que ocorreram mudanças significativas em processos subjetivos e identitários. Sol cita que aprendeu a desgostar de usar calcinha, que via o sol e ficava com muita vontade de ir à praia, que sentia-se humilhada pelas pessoas que trabalhavam lá, que sentia que falavam com ela “feito bicho”, entre outras falas que apontam em uma direção de sofrimento por processos de opressão ou de abandono do que se era.

Disse que em seu último dia foi chamada enquanto costurava e foi pega de surpresa. Afirmou que saiu correndo e que tinha muita pressa, que “só queria ir embora”. Também mencionou que sentiu tanta agonia que não tomou banho, deixou uma dívida de 100 reais, depois foi levada para realizar uma assinatura e lá encontrou com a sua mãe e sua ex-sogra.

Ao falar sobre a saída do cárcere, ela fala que era “forte”, emagrecendo muito no período de encarceramento e recuperou o peso em sua saída. Com isso, cabe a associação aos processos psicossomáticos de relação entre corpo e mente, cabendo supor que tal emagrecimento parte, também, de um mal-estar psicológico como gerador desse sintoma. Ela diz ter sido um período em que era difícil ter esperança que sairia um dia e cita muita tristeza.

Em certo ponto, Sol afirma que passou a ter medo de sair do cárcere, pois estava acostumada com a realidade do local. Ao se falar em “realidades”, pode-se ressaltar o quanto o período de encarceramento passa a ser percebido, vivenciado e possui sentidos próprios. A pluralidade e dualidade que se estabelece entre o sair e o entrar, entre o estar fora ou dentro parece determinar panoramas de mundo diferentes e, por isso, também cabe o retrato do sofrimento e do questionamento em que lugar cabe o “eu” que transgredir. Ressalta-se, portanto, que a presente pesquisa só destaca a importância da ciência psicológica e dos profissionais de saúde mental estarem cada vez mais dentro dos cárceres cuidando desse sujeito, que mesmo preso, está vivo e é cidadão.

Ainda é necessário dizer que a saída do cárcere não significa deixá-lo para trás. Sol afirma que tem um dinheiro para resgatar pelo tempo trabalhado e não volta, pois tem medo de passar perto do local e que tem medo de barulhos como buzinas e sirenes. Cabe, então, ressaltar que a mudança do cotidiano encarcerado não significa liberdade. O “eu” que sai do cárcere tenta encontrar um “eu” de antes do encarceramento e ele não mais existe, parecendo ser um processo de reaprender a viver e ser um mundo sem as barreiras, pelo menos físicas, do cárcere.

9.2.3 Estudo de caso Flor

O primeiro contato com Flor também foi através do telefone, ao realizar o convite para participar da pesquisa, que ela prontamente demonstrou interesse. Sendo assim, a marcação do encontro foi realizada. É válido dizer que assim que nos encontramos, Flor parecia inquieta, o que ficou evidente ao expressar o quanto ela precisava ser ouvida. Disse que seria necessário paciência da minha parte e que não sabia até onde conseguiria falar. Dessa forma, ficou evidente que o resgate de tais memórias foi um processo significativo e que o manejo de escuta e de que a entrevista fosse menos diretiva foi necessário.

Flor tem 40 anos, é estudante de graduação, trabalha e tem uma filha. Foi condenada por violência doméstica pela lei Maria da Penha, mas a pena inicialmente seria paga em regime aberto, portanto, não seria necessário o encarceramento. Acontece que Flor afirma não saber que havia sido condenada, porém, por seu nome ter aparecido três vezes no Diário Oficial, ocorreu o encarceramento. Flor esteve na Colônia Penal durante 13 dias.

Para falar sobre o primeiro dia de Flor encarcerada, é importante falar sobre o processo para que isso ocorresse. De acordo com Flor, ela estava a caminho da faculdade para se matricular e lá se deparou com três policiais, que afirmaram a necessidade da sua ida à delegacia. Quando ele mostrou o mandado de prisão, ela entrou no carro da polícia, mas afirmou que não tocaram nela. Ao chegar na delegacia, não houve possibilidade de acordo ou fiança e uma advogada que já era conhecida dos próprios policiais foi contratada. Disse, ainda, que houve uma policial da qual realmente sentiu que estava lamentando por não poder fazer nada em relação ao acordo, trazendo o sentimento para a entrevistada que, ali, eles só podiam executar. O sentido atribuído por Flor à situação vivenciada foi que aquilo representava a contribuição para um sistema machista, pois, de acordo com ela, grandes traficantes pagam a fiança e ficam em regime aberto e que ela, por uma situação com a mãe, teve que ser encarcerada.

Ao chegar na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, Flor afirma que chorava muito, que sentia uma dor muito grande, não conseguia acreditar e que pensava que a sua vida havia

acabado, além de lembrar do seu trabalho e da sua filha. Nesse primeiro dia, chegou faminta, recebeu um pão e disse que foi o único dia que comeu direito. Ela dormiu apenas com um lençol, oferecido por uma senhora que estava lá há cinco anos. Em sua cela haviam cinco pessoas e uma das colegas disse “aqui ninguém fez nada”. Com isso, Flor afirma que passou a ser um marco de culpa, de que se estava ali é porque algo justificava. Esse é um dos efeitos psicológicos da incidência do poder discursivo no encarceramento: a pena da culpa transcende o corpo, mantendo-se a nível também de representação e modificando a percepção de si e de quem está ao redor, numa lógica de enquadre na identidade de delinquente. (FOUCAULT, 2019)

Flor afirma que passou 13 dias sofridos, mas faz um paralelo. Diz que, mesmo sofridos, foram sofridos com dinheiro, porque haviam mulheres que sofriam mais por não terem esse recurso. Descreveu que há uma parte que ficam somente as mulheres que não tem dinheiro, nomeando este lugar como “Favela”, e que a entrevistada ficou no local conhecido como “Boa Viagem”. Em sua cela, havia uma assaltante de banco que era como uma “mãe” de todas. Afirma que o que a fez ficar em “Boa Viagem” foi a questão unicamente financeira e que tudo lá é pago. Além disso, afirmou que dentro do cárcere há tráfico de drogas, prostituição e, inclusive, um salão de beleza, porém que a maior parte dessa dinâmica não é benéfica para as próprias mulheres e sim para instituição.

Em seu cotidiano, ela passava a maior parte do tempo dentro da cela, saindo duas vezes, sendo uma na hora do almoço e outra às 17 horas. Disse que todos os dias uma das pessoas fica responsável por realizar a limpeza da cela e que, apesar de fazer frio, o chão ser úmido e ter bichinhos, a limpeza é algo que é feito diariamente. Ressaltou, entretanto, que os produtos para limpeza, como água sanitária, também necessitavam ser comprados e a preocupação do impacto disso em tempo de pandemia da COVID-19. Com isso, se ressalta a consequência de como, mesmo numa instituição fechada, a dinâmica capitalista se instaura afetando diretamente a forma de vivenciar o encarceramento, inclusive afetando algo básico como saúde e saneamento, que já deviam ser garantidos por serem direitos humanos.

Disse que cada dia lá muita coisa é vivenciada e que muito se muda de um dia para o outro. Além disso, afirmou que tudo o que se faz ou se deixa de fazer em comparação com a rotina anterior ao encarceramento tem um impacto muito grande. Nos primeiros dois dias não haviam mudas de roupa e nem calcinhas e que, apenas no terceiro dia, passou a ter roupas e um colchão, que foram levados pelo ex-companheiro de Flor. Como a entrevistada afirma: “quando a gente tá lá, tudo é muito grande, tudo faz muito sentido”, o que passa a ser algo importante para a pesquisa, pois há uma modificação na forma de atribuir sentido à vida e ao cotidiano e,

consequentemente, os processos psicológicos de identidade e de ser sujeito também passam por mudanças.

Sobre questões referentes à dignidade, Flor ainda se queixa sobre a alimentação, que diz que parecia uma lavagem para porcos, que já achou barata e que já viu pombos defecando. Nesse momento, a entrevistada fez mais um paralelo com as prisões masculinas, afirmando que tem frigobar e outras comodidades e que no cárcere feminino é tudo proibido. Mesmo havendo ligações de celulares sendo vendidas, Flor afirma que, caso vejam, a pessoa com o celular é levada para uma solitária.

Ainda no que se refere ao machismo dentro do cárcere, Flor afirma que a maior parte dos agentes são homens e que esses são responsáveis pela fiscalização, ou não, dos comércios que ocorrem dentro do cárcere, por vezes retirando o lucro. A entrevistada associa que elas já sofrem tanto e ainda não podem utilizar os recursos para condições melhores ou para mandar para as famílias. Sendo assim, numa perspectiva foucaultiana, as opressões ocorrem em conjunto, mas por várias áreas em que se há o controle e a vigilância, o discurso é cerceado, os espaços são limitados, os corpos vigiados e, nesse caso, por haver meios de produção e comércio dentro do cárcere, os mesmos são apropriados pelos agentes da instituição reguladora. Isso é sistematizado por Foucault quando propõe que “o agente de punição deve exercer um poder total, que nenhum terceiro pode vir a perturbar; o indivíduo a corrigir deve estar inteiramente envolvido no poder que exerce sobre ele”. (FOUCAULT, 2019 p.128)

Outro aspecto que chamou atenção na vivência de Flor foi o uso de drogas psiquiátricas. O uso de Rivotril seria massivo e, na interpretação da entrevistada, seria para aliviar a dor que é estar no cárcere, ainda questionando se o diagnóstico é feito de uma forma responsável ou se há uma super medicalização das mulheres encarceradas. Nesse momento, cabe estabelecer que, na medida que a instituição é responsável ou conivente com a super medicalização, isso passa a ser visto como um processo de docilização dos corpos das mulheres, sendo um mecanismo de controle que torna a instituição ainda mais repressiva, pois, além de ser retirada a liberdade de ir e vir, se tira a liberdade de reagir às desumanizações e às repressões aplicadas pela própria instituição, sendo uma ação ou omissão violenta fisicamente, moralmente e psiquicamente. Como aponta em uma de suas falas: “é degradante ver uma pessoa cheia de Rivotril lá sentada, babando, sem tomar banho, as celas lotadas”.

Ainda em relação à dignidade, Flor ressalta que, para as mulheres, o encarceramento tem um fator que torna ainda mais difícil a experiência: o abandono. Afirmou que, enquanto já viu filas e filas em penitenciárias masculinas, as visitas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor

eram bem enxutas e, mesmo assim, quando ocorrem visitas, geralmente são feitas por outras mulheres, especialmente mães.

No que se refere aos espaços de circulação, afirma que existem alas diferentes quando se trata de berçário, escola e trabalho, existindo celas específicas para quem trabalha e que, por não ter frequentado esses espaços, não sabe falar sobre eles. Para Flor, o que há mais em comum dos 14 dias que passou encarcerada é o quanto cada um dos dias era único, representando esperança. Haviam horários para recolher lixo, ocorrendo às cinco horas da manhã, para limpeza e para receber advogados. Ainda assim, a entrevistada afirma que a sua percepção sobre o tempo seria como se o mesmo estivesse em câmera lenta, que tudo parecia muito demorado. Assim, nota-se o quanto que a produção de sentido no ambiente carcerário afeta a percepção de mundo e de vida para as mulheres em seus cotidianos.

Em termos de momentos de rupturas desses cotidianos, o dia que mais marcou Flor foi ter passado o seu aniversário encarcerada, que ocorreu dois dias antes de sua saída. Nele, ela afirma que se sentiu humana de novo, pois havia bolo, comemoração e sentiu como se fosse um resgate de sua dignidade. Para ela, se tratou de um evento significativo, pois percebeu aquilo como um “divisor de águas”, olhando o passado com histórico de violência doméstica, para o presente e a dificuldade de estar ali e para o futuro e que passou a ter muita vontade de fazer mudanças e ajudar mulheres.

O “resgate de dignidade” tem surgido apenas em um momento tão pontual como esse destaca que diversos tipos de violação e punição foram exercidos, a ponto de superar qualquer indicação jurídica. Essa perspectiva não aleatória da prisão é explicada por Foucault: “castigos secretos e não codificados pela legislação, um poder de punir que se exerce na sombra de acordo com critérios e instrumentos que escapam ao controle”. (FOUCAULT, 2019, p. 128)

Com isso, percebe-se que o processo de estar encarcerada não modifica os sentidos produzidos sobre o cotidiano ou sobre a vida apenas durante o encarceramento, mas modifica, também, em outros tempos como passado e futuro, despertando memórias e olhando-as de outra forma e realizando planos e desejos para um futuro diferente. É válido destacar que, no caso de Flor, o elemento da esperança ainda foi possível, mas que esses processos de significação podem, inclusive, ter efeitos opostos na medida que podem desencorajar as mulheres de não acreditarem da possibilidade de viver uma vida diferente do que a que conhecem no cárcere.

Com relação aos vínculos, o que era mais significativo para Flor era o com sua filha, que não morava na mesma cidade que ela. Disse que sentiu muita vergonha em falar com a filha, em procurá-la e que, ao sair, só pensava que queria vê-la e passar um tempo com ela. Já em vínculos interiores ao cárcere, Flor disse que tudo lá é muito intenso, que acabou

vinculando-se a essa mulher um pouco mais velha que era como se fosse a “mãe” dela e das pessoas de sua cela e que com essa pessoa ela sentia proteção e cuidado. Via que lá tinha muitos vínculos amorosos e atribuiu isso à carência e à solidão, mas, no caso dela, não houve essa forma de troca.

Ainda no que se refere a vínculos no interior, foi possível notar que, mesmo não citando outras pessoas, havia um sentimento grupal muito forte, de ver alguém chegando e lamentar pela pessoa, de ver alguém saindo e celebrar com aquela mulher. Como afirma no seguinte trecho: “você cria um carinho que está todo mundo no mesmo barco, ‘tá’ todo mundo no mesmo sofrimento, cada uma distintamente, mas como se tivesse todo mundo ali, se explodisse ia morrer todo mundo mesmo né?!”.

Mesmo com vínculos e sentimentos grupais, é possível dizer que existem muitos conflitos. Flor atribui afirmar que, no cárcere, parece que todas estão “à flor da pele”, que não é como se estivesse “normal”, fazendo com que as mulheres não se aguentem e passem a agir com agressão no que a entrevistada delimita como “limiar de tolerância”. Ela afirmou que os motivos dos conflitos são variados, mas que os mais comuns são por dívidas e por casais homoafetivos.

Ressaltou, ainda, que “tudo” pode ser motivo e conta que não chegou a vivenciar conflitos com agressões, mas que houve desentendimento com uma pessoa que questionou o motivo de ela estar com a mesma roupa, já que passou cerca de três dias sem mudas de roupa, a quem Flor respondeu dizendo que a mulher cuidasse de sua vida, afirmando que aquilo ali já era tão difícil para elas e que estavam no mesmo barco. Sendo assim, tudo lá pode ser motivo de intolerância, o que se acentua dependendo do uso de drogas ou medicações e que qualquer coisa se torna armas, sendo citados especialmente canetas e lâminas de barbear.

Em seu último dia, já havia expectativa, pois, no dia anterior o seu alvará já tinha saído. Então, aproximadamente às 07:30 da manhã, a chamaram e a sensação que Flor afirma ter sentido é de muita alegria, que era um grito de comemoração. Nesse momento, a entrevistada se emocionou ao falar sobre a sua saída, dizendo que só conseguia falar com Deus e pensar repetidas vezes que estava livre e a primeira coisa que fez foi falar com a filha.

Ficou claro que Flor passou por vários processos de sofrimento dentro do cárcere. Ela afirmou ter questionado a sua identidade, que em muitos momentos abriu mão da sua humanidade para não lembrar da falta que fazia um banho bem tomado, as suas roupas, a sua comida, a sua família, afirmando que se “vira bicho” por sobrevivência. Disse, ainda, que isso é algo geral, pois as mulheres realmente se abandonam pois não há mais motivação. Também falou que se puniu, pois achava que, se estava lá, é porque era uma “criminosa” e que ainda

estava em luto pela morte de seu pai quando foi encarcerada e que isso só ressaltava a falta que ele fazia, pois era sua referência de amor.

Na entrevista, Flor, além de ter sido a que teve a escolaridade mais alta, foi a única que teve acesso à ajuda psicológica após o cárcere, juntando, também, o seu autoconhecimento e com o acesso à literatura sobre o machismo e outros sistemas de opressão. Isso se refletiu na atribuição de sentido que ela fez a cada dia e momento passado no cárcere, assim como as reflexões sobre os sofrimentos passados. Foucault, entretanto, explica a interferência do cárcere no sofrimento também de vivências individuais no cárcere, como pode se visto no trecho:

pelo fato também de que a solidão realiza uma espécie de autorregulação da pena, e permite uma como que individualização espontânea do castigo: quanto mais o condenado é capaz de refletir, mais ele foi culpado de cometer o seu crime; mas mais também o remorso será vivo e a solidão dolorosa. (FOUCAULT, 2019, p. 229)

Com isso, fica claro que, não apenas se pode falar sobre privação de liberdade, mas de um processo de desumanização, violência psicológica, ações e omissões contra a saúde pública, de ignorar aquela mulher enquanto cidadã e sujeito de direitos. O cárcere, nesse sentido, passa a ser ter uma noção além de território, em que as identidades parecem ser propositalmente oprimidas para que o controle seja mais fácil de ser aplicado. Assim, essa pesquisa se propõe a ressaltar que o “durante”, não apenas o antes e o depois do encarceramento, importa. Há vida e cidadania enquanto se está encarcerado, a pena é a privação de liberdade e isso por si só já tem o efeito punitivo. Políticas públicas durante o período de encarceramento são necessárias para que se garanta os direitos humanos e para que não se adentre ainda mais na cultura da violência, já que as opressões e repressões não se iniciam no cárcere e não terminam com a saída dele.

Ao sair do cárcere, Flor afirma que deseja ajudar mulheres através do seu trabalho, mas ressalta a dificuldade que é sair do estabelecimento penal e buscar por formas de trabalho por conta do estigma e que há um medo em se descobrir. Ela diz que está com o currículo pronto, mas que tem medo de mandar para determinado lugar e saberem que ela está cumprindo pena. Além disso, a entrevistada tem medo da justiça, de ser reconhecida por mulheres que estavam no cárcere e que teve medo de sair de casa e que ainda não está curada desses medos, mas que vem recebendo apoio, especialmente de uma instituição para pessoas vítimas de violência, que faz terapia e procura se fortalecer a cada dia. O trecho abaixo traz por si os efeitos do encarceramento que não se encerra com a saída do cárcere:

jajá vai fazer um ano, eu conversando com você claro que passa um filme de tudo, mas assim, cara eu sobrevivi. Eu sobrevivi. (ri aliviada) porque por muitas vezes lá e pensava, se eu morrer agora tudo bem, eu não tenho mais nada para viver, a gente

sai com um vazio de sentido assim, para mim não fazia mais sentido muita coisa, fiquei com muito medo, vergonha. (Flor)

Há, ainda, um aspecto importante a ser destacado: o encontro com a entrevistadora, que por si já teve um sentido próprio. Aparentemente, ele vem com a esperança de que algo possa ser feito para melhorar as condições de vida durante o encarceramento e de que haja alguma função no depoimento de Flor, e, também, no de Sol e Neve. É, também, um desejo que essa pesquisa possa servir de base para políticas públicas que, de fato, escutem quem vive esse processo, considerando que a punição não pode se sobrepor a humanidade. Questionando, ainda, se, nessas condições de violência psíquica, a condenação não leva as mulheres para uma pena de morte simbólica e, como se pôde ver no depoimento de Sol relativo ao suicídio, pena de morte de fato. Como disse Flor, “porque a violência, Natália, só acaba quando a gente oferece condições dignas”.

Por fim, abaixo se encontra um testemunho que também perpassa um manifesto que parece refletir o Panopticon de Foucault, uma instituição que reprime e ainda se denomina como parte de uma suposta “Justiça”:

porque o único intuito da nossa justiça é punir, é fazer pagar, não tem nenhum processo de ressocialização, de escuta, de entender quais foram as necessidades particulares, uma coisa é você dar dignidade para uma pessoa, outra coisa é você tirar isso dela, você tira o que há de mais precioso da pessoa, o amor próprio, o amor a vida. E aí quando você bota ela num lugar que não favorece, que trata ela como bicho, que usa o corpo dela para explorar, desigualmente como se fosse afastar da sociedade e tratar isso como escoria a gente vê isso em tudo, na comida, na própria estrutura, mulher... Só Deus, a minha fé era que aquilo ia passar, toda noite eu rezava que aquilo ia passar. (Flor)

9.3 ANÁLISE TRANSVERSAL DOS DADOS

É possível notar que o sistema de justiça e o Estado impõem a norma social, jurídica e econômica de forma verticalizada, trazendo para toda a população a referência de “verdade” de forma que se dificulta o acesso às normas jurídicas através de uma linguagem técnica exclusiva para quem faz parte daquele sistema normativo. Isso por si só já exclui a maior parte das mulheres encarceradas do acesso à justiça, visto que a forma “correta” de se agir não passa a ser um comportamento em si, mas a submissão às instituições estatais.

Assim, estando fora do sistema, se encontram em outro, sendo esse o da não “verdade”, local das omissões das instituições, da visualização do eu não submisso como inimigo do Estado, da não circulação do discurso, da fiscalização e ameaça constantes e onde outros tipos

de poder imperam. Isso é possível entender é possível entender na obra *Microfísica do Poder* (2019) de Michael Foucault:

a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem. “Regime” da verdade (...) Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder- o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder-, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade.” (FOUCAULT, 2019, p. 54)

É nesse sentido, que o autor menciona que o papel das prisões sempre se propôs a ser transformativo e corretivo, mas que desde que se deram conta (em 1820) de que a transformação não estava indo pelo caminho desejado pela elite e que o objetivo se transformou, agora sendo tornar útil a delinquência dentro ou fora do cárcere. Quando isso não é possível, o delinquente se torna dispensável e não teria a necessidade de existir. Para isso, as mulheres produtivas ganham “regalias”, que nas normas estão como direitos para todas. Já as rebeldes, ganham punições ou anestésias através de medicações. Dessa forma, não é a primazia do respeito a norma que se faz presente, mas a primazia do serviço e utilidade das instituições. (FOUCAULT, 2019)

As participantes da pesquisa têm similaridades e divergências não consideradas quanto às suas vidas anteriores ao encarceramento e também após ele. Nenhuma delas tinha ensino superior completo ou algum trabalho estável no período anterior ao cárcere. Além disso, todas eram mães de, no mínimo, uma pessoa. Ao sair do cárcere, todas se queixam de uma repulsa ou medo de retornar ao cárcere, evidenciando um prejuízo à saúde mental após a saída do estabelecimento penal. Assim como também se queixam da dificuldade de retornar ao mercado de trabalho, o que, como apontou Foucault, tem certa previsibilidade seguindo a ordem das intuições. Como aponta: “A partir do momento que alguém entrava na prisão, acionava-se um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinquente”. (FOUCAULT, 2019, p. 219) O que não foi o caso, até então, de Sol e Flor, porém a busca por emprego ou por recursos financeiros ainda é uma constante em aberto e o medo de serem julgadas e condenadas por ter passado pela prisão é um fator permanente.

No que diz respeito às singularidades, pode-se dizer que o grupo é bem diverso. O primeiro destaque é quanto a faixa etária. Enquanto Neve e Sol têm entre 20 e 30 anos, Flor tem entre 40 e 50. Enquanto Sol e Neve não foram para o ensino médio, Flor tinha o ensino superior incompleto. Enquanto Sol e Neve passaram mais de um ano encarceradas, Flor passou 13 dias. Como já ficou evidente, existe algo em comum entre essas mulheres, uma sororidade

de viverem em condições em que a dignidade é posta em xeque. Porém, as subjetividades e as identidades são únicas. Sol conta com muita resiliência, Neve com força e seriedade e Flor com autoconsciência, o que levou a cada uma a ter uma experiência singular no cotidiano carcerário.

No que diz respeito às produções de sentido remetendo às recordações do período de encarceramento, os pontos que todas têm em comum é que sofreram durante o período que estiveram no cárcere e não querem voltar para lá nunca mais. Porém, os sentidos atribuídos, as épocas e as atividades desempenhadas foram particulares a cada vivência.

Neve teve um filho durante o encarceramento que “nasceu morto” (como ela descreve), Flor completou 40 anos enquanto estava no cárcere e Sol trabalhou durante o período que esteve encarcerada. Isso são apenas algumas divergências que apontam para a importância dos estudos de caso. Analisar cada sentido produzido e cada identidade é olhar o que há de humano em um local onde há tanta invisibilidade.

Em relação aos crimes atribuídos, eles foram também diferentes. Flor foi enquadrada em violência doméstica, mas, inicialmente, a sua pena não era em regime fechado, porém como foi atribuída durante o julgamento a revelia (não respondendo ou não aparecendo em audiências, se há a confissão tácita pelo crime que estaria sendo julgado) e não a acharam para cumprir pena, foi emitida a ordem de prisão. No caso de Sol, ela foi presa por roubo e afirma ser inocente, pois teria sido praticado por seu ex-companheiro que fugiu. Já Neve é a única reincidente, sendo presa pela primeira vez por tráfico de drogas e da segunda, roubo, além de não ter afirmado ou negado a autoria dos crimes. Todavia, a leitura social do criminoso não visa as similaridades das situações sociais, de invisibilidade e omissão do Estado, mas a individualização da responsabilidade pela transgressão. Indo comumente pela explicação simplista, incompleta e, por isso, equivocada, de que o que as leva a transgredir é uma questão de caráter, de defeito na psique, de maldade ou falta de educação doméstica. (FOUCAULT, 2019)

Em questões relativas ao poder da instituição dentro do cárcere, Neve passou por dois estabelecimentos e afirmou que mais disciplina é melhor e traz mais tranquilidade. Já Sol desejava ver mais vezes o sol, pois isso a remetia a coisas boas para ela, havendo um apego maior à liberdade. Flor, por sua vez, vê o encarceramento como parte de um sistema machista e que representa a força do patriarcado, sentindo-se oprimida e afirmando sentir que era tratada “como bicho”.

Quanto ao ambiente carcerário, Flor ficou na área denominada “Boa Viagem”, dormiu no chão os primeiros dias, o descrevendo como “frio e úmido” e, após esse período, dormiu em colchão, havendo quatro pessoas em sua cela. Neve ficou na área denominada “Favela”, passou

quatro meses no chão e depois conseguiu uma cama. Sol ficou também na área denominada “Favela”, dormiu no chão, no entanto estava sem trabalhar, em uma cela descrita como pequena que abrigava 11 mulheres, mas, depois que começou a trabalhar, mudou-se para a cela “das trabalhadoras” e conseguiu uma cama. Dessa forma, a dignidade mínima é negociada através das lógicas de produção, algo que se inicia antes do cárcere, se prospera após o mesmo, mas também não se exime durante o encarceramento. Isso aponta que não há, de fato, a transgressão a uma “lei central”, mas que as formas de (des)organização política giram em torno de aparelhos específicos para o lucro, refletindo que o destino dos que as margens da produção ficam, a punição merece. (FOUCAULT, 2019)

Quanto à rotina e ao tempo no cárcere, todas descreviam que acordavam cedo e que havia revezamento para a limpeza das celas, havendo momentos específicos para alimentação e para ficar na quadra. Neve afirma que o cotidiano era “normal”, só que estava presa, e que tentava fazer o tempo passar. Porém, ela também descreve que foi muito ruim e que dá vontade de esquecer. No caso de Sol, ela afirma que o tempo passava muito devagar quando não trabalhava e que fazia uso de maconha para relaxar. Flor também descreveu que cada dia lá representa muita coisa e é muito intenso. Cada momento favorece a mudança na forma de como a mulher vê a si mesma, geralmente sentindo-se menos digna de aspectos básicos como higiene e enquadrando-se na identidade de “criminosa”, abandonando a personalidade e o autocuidado.

É importante ressaltar que no dia a dia no cárcere, pensar na disposição de espaço e no controle do tempo leva à compreensão de que a função institucional dessa forma de organização é a disciplina e a incidência do poder sobre as mulheres. Dessa forma, os aspectos individuais fazem parte do processo de subjetivação e produção de sentido inerente aos sujeitos, até mesmo na forma de resistir, mas que, mais uma vez, tal disposição é feita para ignorar as singularidades, como propusera Foucault em “Vigiar e Punir” (2019):

as disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturas, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias: marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.” (FOUCAULT, 2019. p. 145)

No que se refere aos conflitos que ocorreram no cárcere, todas mencionam que eram muito frequentes e que isso dificultava a convivência cotidiana. Flor atribui a algo mais geral, explicitando que parece que todas já estão no limite e que “qualquer coisa” pode ser motivo de um conflito. Neve e Sol mencionam como principal causa a mercantilização dentro do

estabelecimento penal, pois a geração de dívidas é considerada um motivo para a prática de violência física e, até mesmo, homicídio.

Ao serem perguntadas sobre o que mais as incomodavam no dia a dia, a resposta mais comum era a alimentação. Todas criticaram e relataram experiências de comidas sem tempero, azedas, estragadas ou até com baratas. Logo após a alimentação, a segunda queixa é referente ao acesso à saúde, que são poucos profissionais envolvidos, havendo dificuldade de acesso e, quando há algo mais grave e há a necessidade de levar para hospitais, o processo é longo ou demorado. Além disso, mencionam a superlotação, pois Sol cita uma cela maior que contava com 70 mulheres. Ademais, Neve menciona como problema haver muita confusão e pouca disciplina.

Por fim, a saída do cárcere foi um marco significativo para todas, que afirmam sensações de liberdade, de alívio e de felicidade. Porém, a maioria delas também cita que o dia a dia após o encarceramento é permeado por medos e traumas. Algo que é importante de se analisar é a importância da rede de apoio, especialmente a família, quando as mulheres saem do cárcere. Flor afirma que a primeira coisa que queria fazer era ver a filha e passar um tempo com ela. Neve, na época da entrevista, havia sido mãe novamente há menos de um mês e parece ser uma área significativa de sua vida. Sol sempre destacou a importância da sua mãe durante e após o encarceramento, voltando para a sua comunidade, reencontrando amigos e vivendo lutos por quem havia falecido.

Com isso, foi possível compreender que a vivência carcerária foi considerada um marco em suas vidas para todas. Durante o período que estiveram encarceradas, passaram por sofrimentos compartilhados e por situações singulares que também acarretaram em tempos de tristeza, raiva, medo, ansiedade e angústia. Isso que não é algo aleatório ou pontual: o papel dos defeitos sociais e da omissão do Estado, sem o provimento das necessidades fundamentais, leva a um apagamento do eu e das aspirações e sonhos das mulheres, pois colam a ela a identidade de “criminosa”, que mesmo após a saída do cárcere, leva tempo e implicação para que possa renovar as suas perspectivas identitárias. É válida a reflexão que a identidade antes do crime já é invisibilizada e reprimida pelo Estado, podendo, então, pensar que, para a maioria, mulheres, negras e pobres, a saída do cárcere representa a volta a ser o que não se é. Ou seja, o apagamento das aspirações se inicia antes até mesmo do crime e no encarceramento se fixam. (FOUCALT, 2019)

Porém, algo comum a todas, é que elas vêm tentando desenvolver estratégias para lidar com os medos e traumas em liberdade, tendo como elemento principal o fortalecimento da rede de apoio, ampliando os relacionamentos interpessoais. Neve está cuidando da sua filha recém

nascida, Sol está feliz em seu atual e primeiro relacionamento homoafetivo e Flor está empenhada em cuidar da sua saúde mental, em estar em contato com sua filha, concluir a sua faculdade e focar no seu trabalho e no impacto que ele pode ter para outras mulheres.

10 CONCLUSÃO

A partir do apresentado, foi possível concluir que o cotidiano das mulheres que foram encarceradas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor era, de fato, influenciado por elementos internos ao cárcere e externos a ele. No caso, no que se refere aos internos, foram citados especialmente as relações, tanto em aspectos de melhoria de bem estar com vínculos de amizade, como de conflitos interpessoais, como momentos de instabilidade e mal estar. Além disso, internamente as atividades desempenhadas na sua diversidade afetaram em como cada mulher compreendeu o tempo e o espaço do cárcere. Por fim, é importante citar as questões socioeconômicas internas ao encarceramento que promoveram acessos diferentes a objetos e serviços no cotidiano das mulheres mencionadas.

No que se refere a aspectos externos ao cárcere, o fator comum a todas as entrevistadas é o pensar sobre relações afetivas com pessoas que estavam fora do cárcere, sejam elas com mães, filhas, amigos etc. Além disso, foi citada a saudade do sol e da praia, ou seja, de lugares ou momentos em que a privação de liberdade não permite que sejam vivenciados.

Há, ainda, o destaque para algo significativo da pesquisa. Por ela ter sido feita sobre o momento do encarceramento, mas com as mulheres já em liberdade, algo marcante para as mulheres é a aversão e medo do espaço carcerário e algumas citando o quanto estar em caso ou em liberdade é bom para elas. Tal dado da pesquisa pode ser mencionado mesmo que não estivesse originalmente nos objetivos ou hipóteses do estudo, trazendo à tona que o espaço e tempo em que as entrevistas são efetuadas também modifica as produções de sentido sobre o cárcere enquanto local e sobre a ideia de liberdade.

A partir das entrevistas de Neve, Sol e Flor foi possível compreender que a percepção delas sobre o tempo no cárcere foram diferentes de como os vivenciam na atualidade. Havia um desejo que parece coletivo de que o tempo passasse rápido, possivelmente ligado às emoções de medo, tristeza, raiva e frustração que aparecem frequentemente no cotidiano carcerário. O que acaba tendo um efeito contrário, pois parecem sentir que o tempo passa devagar. Outra relação possível de ser feita é entre rotinas que tem mais “espaços vazios”, ou seja, que contam com menos atividades, terem sido descritas como as que são mais difíceis de

sentir o tempo passar. Alguns trechos de entrevistas, como a de Sol ao falar que “ficava triste pelos cantos, aí eu comecei a trabalhar, o tempo foi passando” e de Flor, ao afirmar que “é assim, uma expectativa, cada dia, as horas não passam, é tudo muito em câmera lenta as coisas, lá tem uma rotina” configuram esta percepção temporal.

Algo importante a ser citado é que, na entrevista de Flor, ela cita o uso de Rivotril para aliviar a dor e aguentar passar o tempo lá. Então, é possível dizer que tal percepção de como o tempo passa dentro do cárcere afeta os sentidos que são produzidos em decorrência disso, processos emocionais e mudanças comportamentais no cotidiano. É o que se pode notar no seguinte trecho da entrevista de Sol:

no dia a dia eu fumava maconha, era mais em festa (se refere ao uso da medicação Copan). Toda noite eu fumava, mas de dia não porque eu tava trabalhando. Mas era um negócio bem pequenininho dez reais, aí eu fumava 'por', pra dormir a noite, passar logo os dias. (Sol)

Em relação aos sentidos produzidos no que se refere ao espaço carcerário, cabe como primeiro ponto destacar o local que as mulheres afirmaram que passavam mais tempo, que são as celas. Elas são descritas como apertadas e superlotadas, sendo as alas mais livres e com menos mulheres, a que é conhecida como “Boa Viagem”, contendo a partir de quatro pessoas por cela e na ala conhecida como “Favela”, a variação sendo entre 11 a 70 mulheres por celas. O chão das celas ainda é descrito como úmido e frio e muitas delas precisam dormir no chão. Mais uma vez, a questão da dignidade é violada enquanto direito e que é um fator importante de sofrimento psicológico prejudicando ou até impedindo qualquer experiência renovadora da vivência carcerária. (LIMA *et al*, 2013)

Nesse sentido, há que se diga que para efeitos de produção de sentido, as celas parecem ser como quartos compartilhados, fazendo parte de um microuniverso, o que facilita o estreitamento de relações interpessoais. A divisão do trabalho, no caso da limpeza que é feita diariamente, é um espaço que se busca por zelo, higiene e ordem. Dentro das celas, as atividades que são feitas que mais foram citadas são: dormir, conversar, jogar, limpar e, em casos pontuais, assistir. Além disso, são os espaços onde há a escuta e a circulação do discurso sem uma hierarquia institucional tão evidente. (BUTLER, 1997)

Entretanto, deve-se ver como as celas aparecem em relação ao cárcere, sua distribuição e os sentidos atribuídos pelo processo de distribuição macroespacial. Através do que foi dito nas entrevistas, há duas alas divididas por corredores, a chamada de “Boa Viagem”, que é menos barulhenta, menos superlotada, em alguns lugares tem cerâmica e a proporção de camas por mulheres é maior. Essa ala é para mulheres que têm renda dentro do cárcere (e possivelmente fora), para pagar por coisas dentro dele. Já a área chamada de “Favela” é a mais

superlotada, havendo o exemplo de uma cela maior que as normais constarem com 70 mulheres, onde se queixam de ser mais barulhento, ter mais gente e ter mais confusão. Esse espaço é onde ficam as mulheres com a renda mais baixa. (BARCINSK, CÚNICO, 2014)

Com isso, pode-se refletir sobre as implicações do sistema capitalista no interior ao cárcere. E dito que tudo se pode comprar, como ligações telefônicas, comidas, serviços de hidratação capilar, drogas etc. É necessário, antes de dar continuidade, explicitar a contradição do sistema penal, que leva a mulher para o cárcere em sua massiva maioria por tráfico de drogas e no interior carcerário tal atividade é executada, apontando um Estado que consegue privar a mulher de liberdade, de condições dignas, de saneamento, de saúde, mas não consegue privá-las do cometimento do crime em si. (BARCINSK, 2012)

Há, ainda, que se destacar que a desigualdade social que ocorre fora do cárcere se reflete dentro dele, através especialmente da espacialidade, mas também da vivência em si. Flor, que estava em “Boa Viagem”, passou dois dias dormindo no chão. Já Neve e Sol, que estavam na “Favela”, passaram respectivamente quatro meses e Sol mais de seis meses. Lembrando, entretanto, que o bom sono é necessário para a prevenção de doenças e para a diminuição do estresse e, por isso, o fortalecimento da saúde mental. Sendo assim, ter camas, colchões, sacos de dormir ou algo minimamente confortável, faz parte do que deveria ser oferecido.

Com isso, é possível notar que as relações de gênero, raça e classe estão associadas umas às outras e aos acessos obtidos ou não durante o cotidiano do cárcere. No espaço descrito como “Favela”, há a concentração de mulheres que não possuem tanto capital e também ocorre da maioria delas serem negras, o que é algo que se reproduz fora do próprio encarceramento até sua chegada. Como percebido na revisão bibliográfica, muitas transgressões que levam ao cárcere além do cunho da transgressão da norma jurídica também consideram o gênero, a raça e a classe de tais mulheres, ressaltando a já mencionada seletividade penal e carcerária.

Ainda no que se refere ao espaço do cárcere, há celas especiais para as mulheres que trabalham na fábrica ou na cozinha. Nelas, geralmente se tem regalias, como a cama. Sol, que esteve lá, afirma que é mais calmo e conta com menos conflitos. Há, também, a escola Olga Benário, que foi frequentada por Neve e Sol por um curto período de tempo, sendo cerca de um mês, ambas afirmaram “não ter paciência” para estudar, sendo válido salientar que as aulas ocorriam no turno da noite.

Neve teve uma particularidade em questões espaciais no que se refere ao cárcere, pois chegou a passar pelos dois estabelecimentos penais femininos de Pernambuco: a Colônia Penal Feminina Bom Pastor e a Colônia Penal Feminina de Buíque. Afirmando preferir a de Buíque em relação a de Recife por ter menos conflitos entre as mulheres encarceradas, justamente

porque em Buíque não teria a compra e venda de bens e serviços. Neve fez uso do berçário durante um curto período de tempo e teve o impacto de perder o filho, que ela afirma que “nasceu morto”, passando pelo processo de estar grávida e pelo luto dentro do cárcere. Entretanto, Neve pareceu não querer se aprofundar, cabendo a suposição de que há um sofrimento grande em já se falar do encarceramento, o que se acentua e também traz à tona a questão do luto. Tal questão pode sugerir as reflexões de como muitas vezes é necessário pela forma como o poder é exercido que a disciplina pode ser vista como único meio de contenção da violência. (FOUCAULT, 1970)

Um local que se comenta como o local em que ocorriam as interações com o maior número de mulheres, onde se tomava sol e se realizava as celebrações, é o pátio. O acesso era limitado a horários e situações específicas, mas Neve e Sol afirmam gostar desse espaço dentro do cárcere.

Por fim, nos fins de semana eram realizadas as visitas, sendo um momento muito esperado e rico em sentido para as três mulheres entrevistadas. Neve e Sol receberam visita das mães, que foram a sua rede de apoio enquanto estavam encarceradas. Esse momento passa a ser muito importante em termos de percepção do tempo, pois há uma quebra entre os dias da semana e os fins de semana. A limpeza se mantém na rigidez de quem seria o dia executar a atividade, o que é algo que se sentia, mas que era entendido como importante. Nesse momento, também se destacava a vivência comunitária em que as mães costumavam levar comidas e, quando iam embora, as mulheres repartiam as comidas trazidas como em um piquenique. Flor reflete isso como um “sopro de dignidade”.

Como pôde ser percebido, as relações de poder são intrínsecas às relações humanas e também à criação e ao manejo das instituições, de tal forma que na análise dos dados se nota o quão manipulador e repressivo se faz o poder institucional, violando os corpos e as subjetividades das mulheres que vivenciam seus cotidianos dentro do cárcere. Algo que se inicia com o sistema jurídico e policial, mas que no cárcere se intensifica e deixa marcas até mesmo após o contexto de “liberdade”.

10.1 RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Na questão raça e classe, elas aparecem juntas ao se referir a uma experiência carcerária ainda mais precária, as alas “Favela” e “Boa Viagem” são marcadas por essa delimitação. No caso das entrevistadas, em que, das três, duas se consideravam negras (pretas ou pardas), estavam localizadas na “Favela”. Isso pode ser considerado até para pensar em políticas

públicas em saúde e o papel da Psicologia na promoção da saúde às populações que estão ainda mais vulneráveis dentro e fora do cárcere. Cabe, então, concluir que as desigualdades, que já são constituídas pelo sistema capitalista para a população negras, são reproduzidas e repetidas dentro do cárcere, com celas mais superlotadas, menos acesso a camas e ventiladores, a serviços comercializados dentro do estabelecimento penal, entre outras privações. (CARDOSO, 2018)

Como fator de classe, é possível falar, também, da saída do encarceramento e o desemprego que se estabelece. Até mesmo mulheres que tenham escolaridade de nível superior incompleto se queixam do estigma por trás e do medo de serem descobertas como "ex-presidiárias", isso podendo causar demissões ou em não contratações. Isso é ainda mais difícil quando falamos de mulheres com ensino básico incompleto, que querem trabalhar e buscam por isso e têm fortes dificuldades. Sendo assim, tal fator pode ser contribuinte para a reincidência do crime e, por isso, para o retorno e muitas vezes permanência no cárcere.

Vale ainda ressaltar como a sexualidade feminina aparece no cárcere. Mesmo que dentre as três entrevistadas, apenas uma delas teve relacionamentos homoafetivos dentro do cárcere, foi amplamente dito que isso é algo frequente dentro do processo de encarceramento. Diferente de prisões e penitenciárias masculinas, que se fala em estupros ou busca por parceiros exclusivamente para o ato sexual, no caso da Colônia Penal Feminina Bom Pastor, que se trata de um estabelecimento penal feminino, há o envolvimento afetivo em relações monogâmicas homoafetivas, sem que necessariamente haja uma mudança na forma como elas se identificam no que se refere às suas sexualidades. Com isso, muitos dos conflitos envolvem ciúmes, traição ou inconformismo relacionados a términos de relacionamento.

Entretanto, há quem justifique tais relacionamentos adicionando que, além de uma expressão da sexualidade, é uma manifestação da carência afetiva tida por constantes abandonos das pessoas externas ao cárcere, assim como que as condições de isolamento favorecem o estreitamento das relações interpessoais entre as mulheres de convívio cotidiano. Cabendo, então, levar em consideração que as condições psicossociais afetam as percepções humanas sobre suas relações, inclusive dentro das vivências de sua sexualidade.

No que se refere à questão de gênero vivenciada dentro do cárcere, cabe uma série de especificidades. A primeira delas que causa sofrimento é que as visitas são feitas comumente por outras mulheres, especialmente mães, a queixa de poucas visitas e a ausência de homens entre os visitantes é algo que chama atenção. Das três entrevistadas, todas contam como principal rede de apoio fora do cárcere uma mulher, sendo, no caso de Neve e Sol, suas mães, e no caso de Flor, sua filha. Dessa forma, se acentua a discussão de abandono de mulheres

encarceradas e a influência disso para a percepção delas de como vivenciam o encarceramento e até para pensar o processo de reincidência.

Há, ainda, a discussão dos principais crimes cometidos por mulheres que são encarceradas em Pernambuco e no Brasil, que, em sua maioria, tem cunho financeiro e se estabelecem com a contribuição das condições socioeconômicas do país e, mais especificamente, da vida das mulheres em questão. Os crimes mais comuns são tráfico de drogas e furto ou roubo. Flor atribui o sentido de que a mulher, muitas vezes, tem filhos, vivenciam o abandono paterno e do Estado e, então, tenta achar alternativas para o sustento da família e podendo levá-la ao cometimento de tais crimes. O que se entende é que, até pela discrepância de escolaridade, em que há menos de 5% de mulheres encarceradas contam com ensino superior, pode-se concluir a influência que a desigualdade social e aspectos socioeconômicos podem ter para entender a população encarcerada. (MIRANDA, 2017)

Na temática de gênero, tem-se que as mulheres muitas vezes são também mães e a vivência da maternidade é uma particularidade vivenciada dentro e fora do cárcere. As três mulheres entrevistadas eram mães e trazem isso como elemento significativo. Uma delas, inclusive, finalizou a gravidez no cárcere e teve um filho que, como ela mesma afirmou, “nasceu morto”. O sofrimento dessa perda é algo particular das mulheres e deve haver um olhar mais atento dentro do cárcere, especialmente no que se refere à saúde mental. Em termos espaciais, somente os estabelecimentos penais femininos têm o espaço do berçário, o que situa o gênero dentro do espaço-tempo. Inclusive porque o convívio com os bebês tem tempo delimitado judicialmente com a justificativa de que quem deve ser punido é a mãe que comete o crime e não o bebê. (CARDOSO, 2018)

A afirmativa de uma das mulheres de que há mais agentes penitenciários homens do que mulheres dentro da Colônia Penal Feminina do Recife também chama atenção, porque já há uma relação de disparidade em relação à força física em potenciais situações que podem decorrer disso, tais como a prostituição, além da questão simbólica de perpetuação de sistemas de opressão de gênero.

Por fim, há diversos impactos do gênero na produção de sentido no cotidiano carcerário, a marcação de maior higiene na limpeza das celas, a existência de um salão de beleza dentro do cárcere e a importância dada pelas mulheres em lavar e hidratar o cabelo, o afeto como elemento constituinte em relações amorosas e de amizade, as visitas e as comidas das mães como marcos de restauração de dignidade, entre outras vivências que permeiam a especificidade de cada uma.

10.2 RELAÇÕES DE PODER E ENCARCERAMENTO

Fica claro que as discussões de poder começaram desde o primeiro tópico desta análise de dados, visto que não é possível falar sobre privação de liberdade, sobre prisão e aprisionamento e sobre gênero, raça e classe sem falar de relações de poder, repressões e opressões. Ocorre que, para dar seguimento a esse tópico, caberá, para efeitos de organização, falar sobre o poder dentro das relações em três momentos: os que se estabelecem entre as próprias mulheres encarceradas, o poder da instituição sobre as mulheres e o poder do Estado sobre os direitos dessas cidadãs que vivem e são colocadas às margens de uma sociedade já desigual.

Como já foi visto inicialmente, há a desigualdade financeira e de condições dentro do cárcere, o que já se pode inferir que mulheres com mais recursos financeiros têm maior poder em relação às mulheres sem essa condição. Porém, além disso, há mulheres que oferecem o serviço de empréstimo a juros altos, há quem comercialize serviços, inclusive de ligações telefônicas, há mulheres que vendem bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, entre outras atividades que não apenas favorecem ganhos financeiros, mas que o serviço ou o objeto em questão é desejado. Essas mulheres obtêm o controle de organizações e comandam grupos dentro do cárcere e, em caso de dívidas ou desentendimentos com outros grupos, há a prática da violência, podendo gerar, inclusive, a morte, já sendo sinalizado que as lógicas de poder em grupos sociais são operantes e que sempre irá existir, até mesmo para processos de diferenciação identitária e fortalecimento do eu em grupos específicos. Justamente por isso, ficou claro durante as entrevistas que, mesmo aquelas que se envolveram em conflitos, tinham um sentimento grupal de ficarem felizes pela liberdade de uma, ou lamentar a chegada de outras, entre outras situações. (CHERNICHARO, BOITEUX, 2013)

Com isso, haveria a necessidade de interferência da instituição, seja para privar a comercialização, seja para conter a violência, garantindo segurança para todas as mulheres, já que muitas contam com o “xuxu” (objeto cortante) e que, em situações de conflito, podem levar a violência física e até mesmo a morte.

Em relação ao sistema de poder que se estabelece entre a instituição carcerária e as mulheres, pode-se dizer que, de forma geral, o espaço já traz por si uma série de repressões, tal como o modelo descrito por Foucault. As grades, os muros, a falta de camas, as divisões entre “Favela” e “Boa Viagem”, o chão úmido e frio durante a noite, a existência de solitárias como estratégia de punição, entre outras. Para além disso, a vigilância, os “baculejos”, os agentes penitenciários homens, a limitação na possibilidade de estudo e de trabalho, a existência de

drogas lícitas e ilícitas, a superlotação e a falta de higiene na alimentação, todos esses elementos afetam diretamente a forma de vivenciar o cumprimento da pena e a privação da liberdade e com estudo, planejamento, verba e interesse, muitos desses elementos poderiam ser modificados para maior preservação da dignidade dessas pessoas. (FOUCAULT, 2019)

Cabe ressaltar que, na Constituição Brasileira de 1988, há direitos reservados aos cidadãos brasileiros e que o encarceramento só deve suprimir um desses direitos, que é o da privação da liberdade. Sendo assim, não deve existir uma subcidadania e, muito menos, a subalternidade da humanidade da pessoa que é condenada pelo cometimento de um crime. O erro existindo, se há a consequência legal para tal, porém, cabe a responsabilização do Estado em relação às opressões da dignidade humana efetuados no cárcere, assim como a privação de acesso à saúde e à educação. Ressalta-se, ainda, que o sistema da forma que é pode ter favorecido ao suicídio que o ocorreu, dessa forma privando-as até mesmo o direito à vida. (BRASIL)

Fica claro que as ações e omissões do Estado têm consequência direta sob a saúde mental das mulheres encarceradas, o uso excessivo de medicações psiquiátricas, o sofrimento relatado, a crença e cristalização numa identidade de “criminosa”, o auto abandono, o uso de drogas, os medos, entre outros aspectos, prejudicam o bem estar psicológico dessas pessoas. Há, ainda, o que se falar de saúde pública no geral, já que em época de pandemia da Covid-19 é mencionado que produtos de limpeza eram vendidos em vez de fornecidos, ainda mais em um local que se ocorre o adoecimento a transmissão viral é ainda mais rápida e, se isso ocorre sem a vacinação, com grande potencial letal. Com isso, conclui-se que o Estado é um grande responsabilizador. Com dados de 2018, no Brasil, o Estado responsabilizou 42 mil mulheres pelo cometimento de crimes. Em contraposição, parece não se responsabilizar pela garantia de seus direitos de cidadãs, ainda que encarceradas. (INFOPEN)

11 DISCUSSÃO

É possível perceber que o estudo tem como principais pontos de relevância para a área temática a identificação da divisão de grupos sociais a partir do capital, com a noção de “Favela” e “Boa Viagem”, delimitando que a repressão estatal através da estratificação social pela pobreza também se manifesta dentro cárcere. Tal dado refuta fortemente a máxima que se tenta pregar no sistema de justiça de que “todos são iguais perante a lei”. Além disso, há o sentimento grupal mencionado, como se entre elas de alguma forma as condições de sofrimento as vinculam a se sentirem como pares umas das outras, mesmo que a todo momento sejam lembradas de suas diferenças pelo convívio compulsório com diversas mulheres em um contexto de superlotação. Por fim, há o desinteresse institucional pelas singularidades, que, para a Psicologia Clínica ou Social, faria muita diferença que houvesse maior presença no cárcere, saindo meramente do importante viés do psicólogo para o psicodiagnóstico para pensar outras formas de cuidado e de escuta.

Com o presente trabalho, é possível propor que os sentidos atribuídos ao cotidiano de mulheres encarceradas, ao mesmo tempo que são únicos e plurais, constituem elementos comuns, sendo eles a importância de relações interiores e exteriores ao encarceramento, sofrimento em relação a estar presa, queixas relativas ao saneamento e à alimentação e a identidade grupal. Em relação à singularidade, foi possível notar que as participantes passaram períodos diferentes no estabelecimento penal, frequentaram espaços distintos, praticaram diferentes atividades, tinham em seu cotidiano acesso a atividades diferentes, a depender dos recursos financeiros, tinham idades diferentes e, claro, tinham suas subjetividades, experiências, relações e atribuições de sentido próprias.

Nota-se que a relação de gênero já é um marcador para a pesquisa, influenciando, inclusive, o fator do encarceramento, quais os tipos penais que são cometidos, as diversas responsabilidades negadas pela masculinidade, as induções e outros processos de incidência de poder próprios das relações de gênero. Para além disso, classe e raça é algo que apareceu na pesquisa não apenas como marcador de ser levada ao encarceramento, mas também nas vivências discriminatórias no cotidiano prisional, especialmente na divisão espacial e simbólica de “Favela” e “Boa Viagem”.

Foi possível identificar que, em relação à questão espacial em si, o grande marcador de incômodo para as entrevistadas tratou-se da superlotação, do chão úmido, das poucas camas disponibilizadas, ou seja, das celas em si. Não houveram muitas manifestações de insatisfação em relação ao ambiente do berçário, da escola ou da fábrica e nem do pátio. Entretanto, cabe

destacar a importância em termos dos impactos que as problemáticas relativas às celas tinham também em relação ao cotidiano das mulheres, especialmente porque, para a maioria delas, é o local em que se passa mais tempo por dia durante o encarceramento.

Em relação à incidência de poder institucional, isso apareceu com mais ênfase em uma entrevista em específico, com queixas sobre o sistema de justiça no geral em instituições que além do cárcere abarcam também o judiciário. Tais críticas giraram em torno de contextos sociais, de relações de poder patriarcais e capitalistas, de uma rigidez que só pune e não auxilia na “ressocialização” (as aspas contidas são para ressaltar que o tempo de encarceramento não há uma suspensão da socialização, mas outra forma de funcionamento da mesma). Um dado que surpreendeu foi que, em outra entrevista que surge a temática do poder disciplinar da instituição carcerária, a entrevistada que esteve em dois espaços penais femininos pernambucanos mostra mais interesse por aquele que julgou mais disciplinado. Isso pode ser compreendido pela justificativa da entrevistada que também afirmou que lá não havia comércio e havia menos “confusão”.

Com isso, pode-se refletir sobre duas hipóteses geradas a partir do novo dado. A primeira delas é que há no estabelecimento penal mencionado nesta pesquisa uma exploração em relação às mulheres encarceradas, que não se trata de pouca disciplina, mas utilizar de um sistema de comercialização para benefícios institucionais ou individuais. Outra hipótese a ser levantada é que há um grupo de mulheres que estão dispostas a sacrificar ainda mais sua liberdade para se sentirem seguras no próprio ambiente prisional. Tais hipóteses, mesmo que não excludentes, são aspectos importantes a serem levantados em decorrência dessa pesquisa.

Outro aspecto importante é que muitos dos dados levantados parecem problemas crônicos do encarceramento feminino na Colônia Penal Feminina do Recife. O primeiro a ser levantado é o uso de drogas, sejam elas medicamentosas, lícitas ou ilícitas, e o possível prejuízo da saúde dessas mulheres. O recorrer para essas drogas podem representar uma tentativa de fuga de uma realidade de um sofrimento psíquico que já não mais se consegue aguentar, cabendo, nesse caso, uma ampliação da equipe psicossocial para melhor atendimento de saúde com invenções que venham da escuta das necessidades dessas mulheres. Deve-se lembrar, também, do suicídio mencionado em uma das entrevistas.

O segundo aspecto trata da alimentação e da higiene. No caso da alimentação, verificar o que pode ser feito para não servir alimentos estragados ou contaminados com animais, pois é direito dessas cidadãs terem dignidade e saúde. Para o mesmo efeito, preservar, ainda mais em épocas pandêmicas, material de limpeza e higiene de forma gratuita para a prevenção de adoecimentos e até mesmo mortes.

Poderia ainda seguir nessa lista de questões a se atentar, porém, o que esta pesquisa propõe, é que seja possível escutar as pessoas que vivem o encarceramento, para que hajam, de fato, propostas que mudem seus cotidianos, sejam essas mudanças de mera gestão institucional de cada estabelecimento penal, ou com políticas públicas federais ou estaduais específicas para este grupo que é tão invisibilizado.

Com isso, se ressalta que no tempo que as mulheres passam encarceradas não há uma suspensão de sua sociabilidade, de sua identidade ou de sua subjetividade. Então, cabe pensá-las enquanto sujeitos durante o processo de encarceramento, para que, assim, seja possível o cumprimento da pena com dignidade.

Foi ainda possível notar os limites do trabalho, primeiramente pois investiga o cotidiano de mulheres encarceradas de forma não concomitante à sua vivência, trazendo dados menos precisos sobre o cotidiano carcerário e as emoções que o permeiam durante o encarceramento. Por outro lado, se conseguiu ter dados sobre as produções de sentido sobre o cárcere após as saídas das mulheres dele, algo que ampliou a potência da pesquisa. Outro limite a ser citado é o número de participantes, reconhecendo que uma pesquisa que levasse em conta um número maior de mulheres seria interessante para pensar o assunto com mais profundidade e complexidade. Porém, também se reconhece que a presente pesquisa qualitativa e com três mulheres conseguiu dar o devido destaque à importância de considerar as especificidades de cada uma em suas vivências durante o tempo de encarceramento.

Fica, portanto, as portas abertas para aumentar ainda mais a visibilidade do campo de estudo com mulheres encarceradas e maior articulação entre áreas temáticas, a exemplo do Direito, da Sociologia, da Psicologia, da Medicina, entre outros, conseguindo ampliar as relações de cuidado com as cidadãs que passam pelo processo de encarceramento.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Pedro. SANTOS, Jorge. **Memória para acontecimentos emocionais: Contributos da psicologia cognitiva experimental.** *Revista Portuguesa de Psicossomática*, vol. 2. p. 21-33. Porto. 2000.
- BARBOSA, Adriano. **Comentários à Lei 8.072/990 à luz do “Pacote Anticrime” da Lei 13964/2019.** Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/comentarios-a-lei-8-072-990-a-luz-do-pacote-anticrime-da-lei-13964-2019>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BARCINSKI, Mariana. CÚNICO, Sabrina. **Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional.** *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*. Rio Grande do Sul. 2014.
- BARCINSKI, Mariana. **Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina.** *Contextos Clínicos*. Porto Alegre. 2012.
- BOAS, Bruno Villas. **IBGE: Dos 13,5 milhões vivendo em extrema pobreza, 75% são pretos ou pardos.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/13/ibge-dos-135-milhoes-vivendo-em-extrema-pobreza-75percent-sao-pretos-ou-pardos.ghtml>. 2019. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BOITEUX, Luciana. **Encarceramento Feminino e Seletividade Penal.** *Rede justiça criminal: Discriminação de gênero no sistema penal*. 9. ed. São Paulo, 2016.
- BOITEUX, Luciana. CHERNICHARO, Luciana. **Encarceramento feminino, seletividade penal e tráfico de drogas em uma perspectiva feminista crítica.** ABC Paulista. S.d. Disponível em: http://www.neip.info/upd_blob/0001/1566.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988, 05 de outubro de 1988.** Planalto.
- BRASIL. **Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990.** Planalto.
- BRASIL. **Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019.** Planalto.
- BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2ª edição**, v. 2, p. 79, 2017.
- BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad.** Madrid: Editorial Sintesis, 1997.
- BRAZ, José. CURSIO, Fernanda. FARIAS, Francisco. **A memória na prisão: entre e massificação e a resistência.** *Revista internacional interdisciplinar INTERthesis*. v.13, p.01-20. Florianópolis. 2016.
- BRIGIDO, Edimar Inocencio. **Michel Foucault: Uma Análise do Poder.** *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. Curitiba. 2013.
- CAMPOS, Andrea Almeida. **As Bruxas retornam... Cacem as Bruxas! (um argumento para o controle histórico da sexualidade feminina).** *Revista Espaço Acadêmico*. 2010.

CARDOSO, Claudia Pons. EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS E O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 25, p. 317-328, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/618>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. *Latitudes Latinas*. 2018.

CHERNICHARO, Luciana. **Encarceramento feminino, seletividade penal e tráfico de drogas em uma perspectiva feminista crítica**. ABC Paulista. S.d.

CHERNICHARO, Luciana. **Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil**. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: http://www.neip.info/upd_blob/0001/1566.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil. 2015**. Disponível em: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/252411149/populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. **Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia Feminista**. *Estudos Feministas*. Florianópolis. 2015.

CURCIO, Fernanda Santos. **Mulher, Tráfico de Drogas e Memória: entre a submissão e a resistência**. P.17-39. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss385.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CURY, Jessica Santiago. MENEGAZ, Mariana Lima. **Mulher e o cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social**. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis. 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

FIORELLI, José Osmar. FIORELLI, Maria Rosa. MALHADAS JUNIOR, Marcos Júlio. **Psicologia aplicada ao direito**. 4ed. Ltr Editora, 2015.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197–223, 2001.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias. **Mulheres aprisionadas: representando o sistema prisional**. Universidade Federal do Espírito Santo. 2004. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_450_.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris: Edições Loyola, 1970.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as forma jurídicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GUEDES, M. A. **Intervenções Psicossociais no Sistema Carcerário Feminino**. *Psicologia ciência e profissão*. P. 558-569. 2006.

INFOPEN. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias INFOPEM Mulheres**. 2ed. Brasília. 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

INFOPEN. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias INFOPEM Mulheres**. Brasília. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf/view>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INFOPEN. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias INFOPEM Mulheres**. Brasília. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2016.pdf/view>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IPEA. **Pobreza e mulheres nos 20 anos após Beijing**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_a_pobreza_e_mulheres_nos_20_anos_apos_beijing.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEMONS, Flavia Cristina Silveira. JUNIOR. Hélio Rebello Cardoso. **A genealogia em Foucault: uma trajetória**. *Revista psicologia e sociedade*. 2009.

LIMA, Fernanda da Silva. MIRANDA, Apoitia. O Encarceramento feminino e a política Nacional de drogas: seletividade e a mulher negra presa. **Seminário Nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/16940>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LIMA, G. M. B. PEREIRA, A. F. AMARANTE, P. D. C. DIAS, M. D. FERREIRA, M. O. **Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência**. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro. v. 37. n. 98. P. 446-456. 2013

LIMA, Luana Rodrigues. PACHECO, Rosely. O encarceramento de mulheres sob a perspectiva da criminologia feminista. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*. Mato Grosso do Sul. 2017

MACIEL, S. F. D. **Retratos dos dias: a produção de sentidos na vida cotidiana de crianças**. (Tese de doutorado Universidade Federal de Pernambuco, 2012) 215. 234. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11299>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MAGALHÃES, Luiz Felipe. **Tráfico de drogas: pena pode ser cumprida em regime menos gravoso.** Revista consultor jurídico. 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. Revista Direito e Sociedade. São Paulo. 2018.

MAFRA, Verônica Cecília Alves da Silva. **Entre saberes e poderes: a representação de psicólogos sobre a psicologia no judiciário.** 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8129>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. 2018. **"Genealogia - Michel Foucault". In: Enciclopédia de Antropologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica.** 5. ed. Pinheiros. Editora Saraiva, 2019.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil.** Fazendo o gênero 10 desafios atuais dos feminismos. Florianópolis. 2013. Disponível em: <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RODRIGUES, Viviane Isabela. Hechler, Angela. HENRICH, Giovana. KRAEMER, Luciane. **Gênero e privação de liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão.** Revista de Iniciação Científica da ULBRA. P. 83-89. 2012

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **Nietzsche, a genealogia e a história.** Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos. Guarapuava. 2006.

SMOLKA, Ana Luiza. **A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural.** Revista Educação & Sociedade. P. 166-193. 2000.

VARGAS, José María. **Manual de psicologia de la memoria.** Editorial síntesis. Madrid. 2010.

ANEXO A - ORÇAMENTO**ORÇAMENTO**

Material	Quantidade	Valor
Impressão de dissertação	2	R\$50,00
Gravador (se possível uso de celular da pesquisadora)	1	R\$00,00
Computador (uso do computador de uso da pesquisadora)	1	R\$00,00
Transporte para o local (ida e volta)	3	R\$20,00
Total	-----	R\$70,00

OBS: O orçamento será de inteira responsabilidade do pesquisador principal sob apoio através da Bolsa da Fundação de Amparo a Ciência do estado de Pernambuco.

[illegible]

ANEXO C - GRADE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 Apresentação:
 - 1.a nome
 - 1.b idade
 - 1.c nível de escolaridade e profissão
 - 1.d corpo e saúde
 - 1.e raça, etnia, identidades e pertencimentos culturais
- 2 Situação familiar:
 - 2.a Filhos ou agregados
 - 2.b marido ou companheiro (a)
 - 2.c situação conjugal atual
- 3 Estadia na Colônia Penal Feminina do Recife
 - 3.a Duração
 - 3.b Motivo
 - 3.c Sentimentos
 - 3.d Primeiro dia
 - 3.e Último dia
- 4 Cotidiano no encarceramento
 - 4.a Atividades
 - 4.b Lugares
 - 4.c Relações
 - 4.d Preferencias
 - 4.e Sentimentos

ANEXO D - TRANSCRIÇÕES

Transcrições Neve

Entrevistadora: Enfim pra gente começar aqui, você já disse seu nome mas ele não vai ser divulgado, agora vou perguntar mais alguns dados, tá certo?!

Entrevistadora: Mas agora eu queria saber qual é a sua idade, se você tem filhos e se sim quantos?

Neve: Tenho 23 anos. Tenho 2 filhos. uma menina de 07 anos e um de 17 dias.

Entrevistadora: Certo e na época que você foi presa você tinha filhos?

Neve: uma menina já

Entrevistadora: E quanto tempo você passou lá?

Neve: Na verdade, eu fui presa duas vezes, né? Aí da primeira vez quase um ano e da segunda quase dois.

Entrevistadora: Certo, e qual foi o crime que eles disseram que você foi presa da primeira vez da segunda?

Neve: Da primeira vez foi tráfico e da segunda foi assalto

Entrevistadora: Queria saber também como é que você se identifica em relação a cor se Branca preta parda amarela?

Neve: Sou preta né? Parda, sei lá?

Entrevistadora: Certo e quanto sua escolaridade você chegou a terminar o Ensino Fundamental, ensino médio?

Neve: Não, parei na quinta série.

Entrevistadora: Na quinta, não é isso?!

Neve: É

Entrevistadora: Tá certo

Entrevistadora: E aí, agora eu vou perguntando mais realmente sobre o seu tempo lá, tá certo de como foi para você?

Neve: Tá certo.

Entrevistadora: Quando você esteve lá como era seu cotidiano, como era seu dia a dia?

Neve: Normal, só que presa. Acordava, dormia, comia.

Entrevistadora: Você fazia uso da escola que tem lá dentro?

Neve: Sim, eu estudei muito pouco. Trabalhei também mas bem pouco tempo.

Entrevistadora: Você se lembra mais ou menos quanto tempo você estudou? E trabalhou?

Neve: Pouco tempo eu acho que nem um mês nem um mês, eu estudei. Trabalhei eu trabalhei, mais um mês.

Entrevistadora: Certo 1 mês de trabalho?! Ok. Você esteve grávida ou fez isso o uso do berçário enquanto tava lá? e como era seu tempo lá, né? Nesse espaço diferente?

Neve: Sim, quando eu entrei lá eu estava grávida de 4 meses. Aí fiquei 10 dias para seleção e aí fui pra o berçário. Aí era normal, mais calmo. Podia andar pela quadra. Tinha mais regalia que as outras presa.

Entrevistadora: Você ficava lá? você chegou a ficar no berçário depois que teve sua filha?

Neve: Na verdade era um menino, mas nasceu morto. Aí eu fiquei lá um tempo e voltei depois. No caso, foi em Buíque.

Entrevistadora: Sei, você esteve em Buíque mas você esteve lá e também esteve na Colônia Penal feminina daqui?

Neve: Nos dois. Fiquei mais tempo no daqui, no bom Pastor né?! Mas aí depois fui para Buíque que tem o semi-aberto.

Como foi para você?

Neve: Ai, foi muito ruim.

Entrevistadora: Entendi, e você lembra do seu primeiro dia da primeira vez que você foi presa? Como foi para você?

Neve: Ah eu lembro, terrível, né? Assustador. é horrível tiram tudo de você, suas coisas, aí você é presa e é horrível. Aí quando a gente chega a agente passa 10 dias na espera, aí ou vai pro presídio ou vai para o berçário. Eu fui para o berçário.

Entrevistadora: E como foi para você estar lá? No dia a dia?

Neve: Olha, é muito ruim. Mas é um dia a dia normal, só que você tá preso, mas é normal. As pessoas diz né?! Pensa né?! Que é aí meu deus, aquele negócio. Mas também não é assim não, você sobrevive, vai levando.

Entrevistadora: Sei...

Entrevistadora: Certo e você conseguia saber mais ou menos como era assim de manhã de tarde de noite? O que você fazia? Tinha atividades?

Neve: Eu ficava na quadra quando tava solto, aí conversava e só. Não fazia muita coisa não. Aí no caso abre três vezes ao dia de manhã de tarde e 6 horas. Tinha as hora da refeição e as hora da quadra. No sábado e domingo tem visita.

Entrevistadora: Você recebeu visitas?

Neve: Recebi sim

Entrevistadora: De quem?

Neve: Da minha mãe

Entrevistadora: Sei e no caso você se lembra do seu último dia lá?

Neve: Lembro sim, eu tava no simi aberto né, em Buíque?! me avisaram que eu ia sair aí eu corri, aí me deram as minhas coisas e eu fui embora. Me chamaram e disseram que iam entregar todos os meus documentos, aí eu fui e fiquei esperando. Na segunda vez, que eu tava de condicional, me avisaram que eu ia saí e eu fiquei só esperando.

Entrevistadora: E tu notou uma diferença muito grande do bom pastor pra lá?

Neve: Muito grande

Entrevistadora: É qual foi o menos mal ou melhor para você?

Neve: Assim, melhor pra mim foi Buíque.

Entrevistadora: Por quê?

Neve: Porque tem mais disciplina.

Entrevistadora: Interessante, tu podes me falar um pouquinho mais sobre isso de falta de disciplina, de disciplina?

Neve: Poque lá o povo não fica vendendo as coisas, não tem confusão, de confusão só entre as presa mesmo de cela. Agora o bom pastor não né é diferente porque é cadeia aberta.

Entrevistadora: E aí tinha mais confusão?

Neve: Tinha mais confusão, no Bom Pastor, sim.

Entrevistadora: E qual era assim o maior motivo das confusões que tinha num bom pastor?

Neve: Compra e venda, né?! Lá pode vender as coisas né?! Aí dá muita confusão.

Entrevistadora: E também tinha briga assim, com o pessoal sem ser as presas. Ou não é mais entre as presas?

Neve: As presas.

Entrevistadora: E vamos lá eu queria saber como é que você percebia o espaço lá no Bom Pastor. Qual era os espaços que você mais estava o que você mais gostava, ou odiava?

Neve: Na cadeia né? Eu odiava. Mas de estar mais assim, eu estava mais na quadra.

Entrevistadora: Sim, sim, eu quando fiz essas entrevistas surgiu uma questão e vou te perguntar sobre isso, você me fala se quiser. Fui fazer uma entrevista e surgiu uma questão das pessoas me falarem sobre ter a favela e boa viagem. E, tu pode me falar um pouco mais sobre isso, como é, onde é que você ficava e como era o outro lado?

Neve: Então, tem né?! Agora só quando tá todo mundo trancado, mas a favela era mais agitada do que boa viagem. Lá é corredor e o que divide são grades.

Entrevistadora: Agitada como? De confusão?

Neve: Não, de ter tumulto, zoadas mesmo, muita gente. Na favela tem muita gente.

Entrevistadora: Ah entendi, tu dormia aonde?

Neve: No início eu dormia no chão, passei uns 4 meses dormindo no chão. Mas depois fui dormir numa cama, barraco que eles chamam lá.

Entrevistadora: sei

Entrevistadora: Tô dando uma pausa lendo aqui, visse? Para eu ver se eu não tô esquecendo nada,

Tu formaste algum vínculo afetivo dentro lá dentro?

Neve: Sim, a pessoa faz muitas amizades.

Entrevistadora: sei

Entrevistadora: Você fez muitas amizades você se envolveu em algum conflito enquanto tava lá dentro?

Neve: Não. Nenhum, não fui para o castigo uma vez.

Entrevistadora: Havia momentos ou havia alguma pessoa, algum lugar onde você se sentisse bem?

Neve: Nenhum lá é muito ruim. Só queria ir embora, só pensava em ir embora, ir embora, ir embora.

Entrevistadora: E você tinha vínculo afetivo fora do cárcere? Digo, pode ser família, amigo, parceiro, parceira?

Neve: Como assim?

Entrevistadora: Aqui fora, na época que você foi presa, você tinha vínculo com a sua família, com amigos, com algum relacionamento amoroso?

Neve: Tinha minha mãe né?!

Entrevistadora: Sim, então, você recebeu o apoio da sua mãe ou não? Quando você tava lá recebeu né?

Neve: Recebi muito apoio da minha mãe.

Entrevistadora: Ótimo e eu também queria saber aqui contigo, se nesses comércios se você participava, como era porque também foi algo que eu escutei na em outras entrevistas, aí eu que também queria entender um pouco mais sobre os comércios, né? O que que comercializava mais lá?

Neve: Tudo né?! Roupas, coisa de cabelo, cigarro, comida, tudo que você pensar

Entrevistadora: E te perguntando também, só sobre uma outra coisa também, outro tema que surgiu lá foi que assim, as pessoas às vezes elas mesmo que aqui foram ficassem com rapaz aqui, lá dentro às vezes ficavam entre si e isso chegou a acontecer com você?

Neve: não

Entrevistadora: não né? E também mais uma última coisa também em relação a esse tempo lá aí se você tem algum enfim se você tem ainda depois que você saiu alguma lembrança que você gostaria de lembrar ou de esquecer?

Neve: Ah eu quero esquecer tudo, quero lembrar nada aqui. Lá é muito ruim, vish. A pessoa ta presa. Deus me livre.

Entrevistadora: É, e aí, olha, essa pergunta ela não tava inicialmente na entrevista, mas como eu também escutei bastante de algumas pessoas de que houve certas dificuldades de quando se sai lá no primeiro dia quando você chegou assim que você saiu de lá e chegou né? Saiu da prisão, né? Como é que você se sentiu?

Neve: Muito livre né, um respiro, é como se tivesse nascido de novo A pessoa chega sai, olha as coisas e fica abestalhada. Dá nem para acreditar.

Entrevistadora: Né, olha e aí, eu queria fazer uma pergunta mais aberta mais livre para você ficar né? Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre esse tempo que você passou lá e como foi ou de como era seu cotidiano, de algum evento que foi importante para você que marcou positivo ou negativamente ou qualquer coisa, enfim nesse tempo lá?

Neve: Não.

Entrevistadora: Não né pronto? Obrigada, então. Então eu tô agora encerrando. Nossa a gravação porque eu disse que ia começar a fazer né perguntar.

Transcrição entrevista Sol

Entrevistadora: E agora a gente tá gravando. Mas pode falar, eu vou te fazer algumas perguntas e aí você vai respondendo o que você se sentir à vontade, se você em alguma pergunta não se sentir a vontade para responder você me sinaliza certo? Pode ser? pronto. Isso aqui é só para ter um guia, teu o nome a gente já anotou, né?

Tua idade?

Sol: 26 anos

Entrevistadora: Você tem filhos no momento? Ou você teve filhos anteriormente quando passou lá?

Sol: quando eu passei um ano e sete mês lá, aí eu tinha duas meninas só aí quando eu saí, eu engravidei do menino aí no caso, agora eu tenho três.

Entrevistadora: É, e aí assim hoje, também, como é que você se identifica nessa questão de cor, de raça: preta, parda, branca, amarela...?

Sol: É... eu me sinto parda. Ou preta, tanto faz, eu não tenho, graças a Deus, preconceito com nada.

Entrevistadora: Escolaridade, tu sabe quando parou, tipo assim, fundamental ensino médio, faculdade, se foi antes disso?

Sol: Eu parei pronto... na oitava série, é... fundamental né?

Entrevistadora: Aham. E aí tu falou que foi 1 ano e 7 meses né? foi de até quando? consegue se lembrar mais ou menos?

Sol: Foi 2015 ou foi 2016, porque eu passei eu lembro quando eu saí ia fazer ia completar 2017. Eu passei ano novo lá dentro. É que faz tanto tempo, já, mais de 3 anos já. Eu eu saí tava assinando, né? e meu período de eu estar lá não era para estar esse tempo todinho de 1 ano e sete, entendeu? Era a primeira vez, né? E a última graças a Deus. Aí passei um ano e sete todo mundo ficou achando estranho porque minha mãe também foi atrás né?! para querer tirar, 6 meses 7 meses assim, é o que o povo passa né? Eu cáí no período, completou 1 mês que eu tava lá dentro, aí coisou essa lei de audiência de Custódia. Eu não cheguei a pegar entendeu? Aí se eu tivesse pegado já tinha saído, entendeu? aí o governo, né? Sei lá o estado, tem isso. Pois é, lá dentro... Eh... foi até um bom aprendizado para mim, né? Pra eu refletir mais um pouquinho a minha mente, entendesse? Maí, quando eu me soltei, eu fiquei muito assustada, visse?! Oí, era e também do meu irmão, né? 6 meses que eu tava lá dentro e ele morreu, o meu irmão, né? Se matou, tomou o veneno, aí ficou mais complicado para mim. Aí eu ia brigar com a menina lá, a menina da minha cela disse “não vai não porque ela sabe que vai ter audiência aí ela quer um pezinho para brigar contigo elas já tá acostumada a tá lá dentro” aí eu: “tá certo” Aí eu

peguei e fui aí o juiz mandou eu esperar, aí essa espera foi um ano, um ano e um mês. Mas eu trabalhei lá dentro, a pessoa trabalha lá... agora foi até bom porque é... como é que eu posso dizer? Foi uma experiência boa no trabalho, porque eu fui costureira, né? Acho que é costureira, mas eu fiquei só 7 meses. Aí eu fiquei já quase já me acostumando, todo mundo saindo e eu nada. Eu cheguei lá era forte, eu saí era um palito. Aí eu ficava “Meu Deus, eu não vou sair não é?” Aí eu ficava triste pelos cantos, aí eu comecei a trabalhar, o tempo foi passando, aí quando eu menos esperava, me chamaram. Eu nem tomei banho para tu ter uma ideia?! Hahah Eu fiquei agoniada, mas eu já tava com medo desse negócio de sair, porque eu já estava me acostumando lá dentro. Ai tem aquelas motos né? Que as vezes tem na casa do vizinho, que faz tipo um barulho né? Uma bozina

Entrevistadora: Uma sirene?

Sol: É isso mesmo, eu ficava logo com medo, assustada.

Sol: Vi muitas meninas fazendo cocó para as outras, entendesse?!

Uma colega minha mesmo que a gente era assim lá dentro ela foi e furou a menina por conta de 30 reais, eu disse a ela “não faz isso não”, ela é do interior aí a filha dela tava doente e essa outra menina só enrolando, e lá tem celular, pra ficar se comunicando, aí eu e a mulher dela, tava conversando com ela mas ela não quis saber não minha filha, foi só eu dar as costas um tempinho que a menina chegou e me disse “tua colega tá furando a outra lá dentro”, minha filha, foi tanto sangue, aí botaram ela de bonde e separou, aí pronto, ela foi pra o interior, o presidio de não sei aonde e separou da mulher dela, aí um tempo depois a mulher dela foi de bonde também. Aí eu disse “Meu Deus, eu quero ir de bonde não” porque eu já tava acostumada né, com as meninas. Porque lá dentro tem o favela, porque é bem grande né, aí tem um corredor, aí um se chama favela e o outro boa viagem. Boa viagem porque tem cerâmica sabe?! Na favela lá parece que é favela mesmo do outro lado.

Entrevistadora: Me fala um pouquinho como é o ambiente da favela e de Boa viagem? Você teve num dos dois ou nos dois?

Sol: Já tive. Tem uma cela que é enorme, tem umas 70 mulher assim, essa é a maior que tem. Aí representa ser duas né, nessa cela. Porque a que eu tava, a cela era bem pequenininha e era 11 menina. Tinha duas camas, de pedra mesmo, aí tem em cima e tem embaixo, tem um paredão assim, que cabia uma menina que era magrinha assim, e eu dormia no chão com as meninas. Todo dia lá, tem uma lista né, das meninas, todo dia cada uma delas faz uma faxina, eu ficava arretada quando tinha dia que mainha ia pra lá e era minha vez de encher os baldes, era mais de 15 balde, aí eu “perai mainha, vou só encher os baldes ali”, aí as horas iam passando, antes entrava lá dentro mesmo, aí minha mãe ia. Mas parece que agora não tá podendo mais não,

porque parece, eu ouvi né, que entrava homem lá dentro, mais aí teve muita confusão lá porque parece que uma mulher tava pegando o marido da outra, aí foram no pau, no cacete e aí impediram, aí impediram todo mundo, mãe, mulher, tudo. Aí pronto, aí eu mesma fazia meus corre pelo celular, sabe?! Quando eu tava na rua eu era virada no penteio, sabe?! Aí eu tinha meus contato tudinho, teve uns dois amigo que me ajudaram muito, ele mim dava as coisa, infelizmente um deles era casado, aí eu encontrava ele e ele me procurava não eram nem para fazer nada sabe?! Eu era tipo uma companhia para ele. Quando eu me soltei ele foi lá em casa, aí eu marquei com ele para sair, aí no dia eu tinha ido fazer outras coisas e não fui, aí depois eu fiquei sabendo que bateu um infarto nele e ele morreu, quem me disse foi a prima dele, aí eu disse “meu deus, que bote em um bom lugar”. E o outro era perto de casa, porque onde eu moro, perto assim, tem um sítio grande, foi briga de família assim, o povo com olho grande, aí ele foi lá e se matou, tocou fogo nele mesmo. Os filho dele agora quer tomar as coisa que era dele. Lá tem os policiais revistam a cela, tem um nome mas eu esqueci, lembrei, eles dão baculejo. As menina foi tudo pro castigo lá, eles tem acesso a botar droga pra dentro, as menina mermo Queriam que eu fosse coisar lá fora pra poder botar, aí eu “eu mesmo não, que eu não quero, vá você que eu tenho amor a minha vida, eu já quero sair daqui, oxe!”. Aí lá o povo toma cachaça com os cumê, eu mesmo um dia tomeu uma dosezinha de whisky bem pequenininha, 50 reias, um celular desse deve ser uns 2 mil reias, um daquele de botão é 600. Agora tem que se ligar porque tem isso de favela e boa viagem, uma vez pegaram o celular dessa minha colega que te falei que foi de bonde foi tanto pau menina, e aí eu chutei o celular porque fiquei com medo né, se eles viram, pela câmara ou alguma coisa, se viram vão vim mandar me buscar, me chamar e eu com medo nem sai pra pegar a boia, o cumê. Isso eles fazem pra dar o bote na hora certa. Eles achavam essas coisas, droga, maconha, bebida. Eu mesmo usava comprimido. Quando tinha as festa era massa. Fim de ano mesmo, natal, essas coisas, deixa até meia noite e é massa, isso se elas merecerem né, porque se não merecer não deixa. Mas se não deixasse a gente fazia na cela mesmo. Os policial foram tão esperto que fizeram um face, e eles conheciam as presas, aí foi fazer chamada de noite e um policial que tinha adicionado ela no face, aí, oxe, ela rodou no drone. Sabe o que é rodou no drone?

Entrevistadora: Não

Sol: Haha Desculpa

Entrevistadora: Nada, mas me conta, o que é?

Sol: É pegar, é que pegaram ela no flagra. Aí chamaram ela e já disseram “cadê o celular?” ela disse “eu tenho não” aí ele “então quem é essa daqui?” isso ela no Face, aí deram o baculejo lá e acharam tanto celular, minha filha, tanto celular, tem menina lá que coloca o celular na vagina,

pra tu ter uma ideia, essa minha colega mesmo botava, eu não tinha coragem não. Quando ia visita também tinha isso, um dia acharam um saco de maconha na de uma. Ela ficou lá mesmo, não foi nem pra delegacia.

Entrevistadora: Mas me conta uma coisa, como foi? Foi um crime comprovado, uma suspeita de crime, tu já tinhas sido julgada, ainda não? Isso quando tu foi pra lá.

Sol: Eu era casada, aí meu ex marido fica no meu pé, aí eu traia ele com outro. Eu trai o meu marido com o pai da miha filha. Ai eu namorava um coroa. Ai esse meu marido, ex marido (ao que pareceu ela se referia ao coroa, pai da filha dela), que agora eu estou casada com ela (aponta para a esposa que está sentada a uma certa distância), aí ele disse “bora ali, bora pra casa”. Isso nesse dia eu tinha acordado de 6h da manhã e comecei a beber, beber, beber, aí eu peguei e fui e disse que tava com dor de cabeça e ele foi embora, chegou meu ex marido, e eu querendo beber né, aí naquela época tinha o marco zero depois do galo, aí a gente foi pro marco zero, aí o coroa disse “num sai, filha, num sai” e eu fui, aí eu bebi, bebi, não lembro se no dia eu tinha usado maconha ou não, mas isso tudo sem comer, aí eu fui com esse ex marido, aí deu 2h da manhã e eu disse “quero ir embora” só que essa hora não tem ônibus mais e a gente tava sem dinheiro para voltar para casa. Aí eu fui e fiquei deitada naqueles banco da parada que tem em frente aos correios, aí eu acordei com ele me chamando dizendo, vamo simhora, o carro ta aqui, isso ele tinha chamado um taxi.

Entrevistadora: Ele quem?

Sol: O meu ex marido. E o outro estava em casa. Ai eu fui a viagem inteira dormindo. Isso ele tava comendo um espetinho, não sei, ai ele me cutucou e disse “oa, chegou”, aí eu “ta certo”. Ele pegou no pescoço do cara e disse “isso é um assalto”, com o espetinho. Aí eu desci do carro e saí andando, num zig zague danado, lembro até hoje, ele veio correndo e passou puxando meu braço dizendo para eu correr e eu disse que não ia, aí fiz “oxe, tu fez o que hein que ta querendo correr?” ai ele “bora, bora”, aí chegou num lugar que tinha dois cominhos, um agente ia pra casa e o outro a gente ia pro motel, aí eu chamei ele para o caminho de casa mas ele queria ir para o do motel, ai a gente pegou a pista lá e tinha 3 viatura da policia e o taxista, ele deu uma carreira e me deixou lá e eu fiquei la, parada, não tinha nem perna para correr. Aí o taxista, poo, viu que eu tava bêbada, poxa, ele viu que eu não participei, mas como eu tava perto né, aí “participei”. Aí o taxista fez “ela também pegou” aí eu “você sabe muicho bem que eu não peguei nada que eu tava beba, que eu não assaltei você, que não fiz nada”. Aí o policial fez “diga a verdade” e eu dizendo que não tinha pegadao, aí o taxista pegando no meu braço, me arranhou um pouquinho até, aí eu disse que ia anotar a placa para falar na delegacia que ele tava fazendo coisa comigo, aí o policial falou para eu entrar no carro e eu disse que não ia, porque

eu não tinha feito nada, aí ele me deu um chute que eu entrei num instante e fui até a delegacia chorando. Aí chegou lá, e colocaram eu e ele (o ex marido) na mesma cela, eu tava com um ódio. Aí depois mudaram e colocaram com duas mulheres que ia para outro presídio, eu para o outro, até aí não tinha caído minha ficha ainda, aí levaram ele primeiro e depois me levaram, aí eu tava de blusa preta e disseram que não podia aí eu botei uma outra por cima e entrei, aí no lugar lá eu queria dormir, mas a sorte foi que eu conhecia outra menina lá que morava numa favela do lado da minha, aí eu cai com o artigo 157, assalto a mão armada, aí ela disse “vem para minha cela, a cela x”, me deu roupa, pasta de dente, tudo, aí eu passei 10 dias lá. Aí a policial lá disse que eu ia para a cela 07 aí eu pedi pra ir para a 14, aí falou toda grossa comigo, fala com a pessoa parece que a pessoa é bicho, aí meu marido me ligou e eu tava lá, aí eu mandei ele para a casa do cacete e aí depois de 6 meses teve a audiência. Aí chegou na audiência, escutaram ele primeiro, o coroa que eu te falei, pagou mil reais para o advogado para ver se me tirava no dia da audiência mas não conseguiu não. Aí a gente chorava tanto. Aí dei meu nome para começar a trabalhar lá dentro, esperei um ano, depois trabalhei 7 meses, e foi uma experiência boa, o trabalho, porque eu to querendo arrumar trabalho aqui fora, de costureira né? Que lá eu tava fazendo para a narciso enxovais, que tem a fabrica lá né? Eu tenho que ir lá porque eles tiram metade do dinheiro, pecúnia que fala né? Aí você pode pegar, mas eu não fui ainda porque eu não tenho vontade nem de passar na porta, eu não queria voltar lá não. Mas eu tô precisando do dinheiro, então eu vou né?!

Entrevistadora: Esse primeiro ano que tu passou lá, como era tua rotina? Teu dia a dia?

Sol: A gente sai para almoçar, tem uma hora né, aí volta para a cela, conversa, joga dominó, assiste alguma coisa. Dia de sábado é aberto o dia todinho aí aproveita para ajeitar cabelo, lavar roupa, meu cabelo por aqui para fazer escova era muito caro poo, 50 reais. Aí eu já ficava com uma menina lá, aí depois deixei, fiquei com outra, quase briguei com a ex da outra. Lá tem muitos casais. Aí tem um casal que uma delas é chaveira, aí eu pegava com uma o dinheiro emprestado e lá é 100 por 200. Aí eu cheguei numa época minha que quando eu deixei fulana, eu emprestava dinheiro mas não era esse juros todo, nesse período de um ano que eu não tava trabalhando eu emprestava dinheiro, eu tinha dinheiro, eu lavava roupa das menina que trabalhava, aí eu tinha minhas coisinhas tudo direitinho. Aí depois que eu conheci a segunda, aí minha filha, eu já tava trabalhando, aí minha vida virou de cabeça para baixo, tem mulher que levanta a pessoa mas tem mulher que destrói. Aí as meninas da minha cela até que falavam para mim “a menina em vez de te levantar ta botando tu lá para baixo, mulé” mas eu gostava né?! Ai, era dinheiro em cima de dinheiro. Fazia 4 anos que ela tava lá aí eu dizia que ela ia sair né aí ela dizia que ia me ajudar e não sei o que, aí ela saiu e deixou uma dívida de 300 reais

para mim. Ela disse que ia embora mas ia mandar o dinheiro para mim, me deu um ódio dessa menina. Mas eu dizia a ela “ vá e não olhe nem para trás” ela foi, deixou o número dela de contato, eu liguei para a mãe dela, para a irmã dela, tudo, só que ela não queria mais falar comigo, aí eu não insisti. Ai depois ela ligou para a menina pedindo para falar comigo e eu já não quis mais. Mas teve coisa ainda por conta do carregador, porque veio uma menina falar comigo dizendo que ela tinha ido embora e me perguntando do negocio do carregador, eu disse que foi ela que quebrou e que eu não ia pagar nada não. Aí na época eu não confiei e eu tava andando com xuxu, sabe o que é né?

Entrevistadora: É tipo um objeto afiado é?

Sol: Isso, só que lá a gente chama de xuxu, é pequenininho mas eu não confiava entendeu? Eu já vi muita coisa. A sorte é que a menina do carregador foi de bonde visse? Ai ela disse que ia me encontrar lá. Ai eu “ vai não viu, que eu vou é para casa” . Paguei o dinheiro que eu tava trabalhando e pedi para a pessoa que ela devia para esperar um pouquinho porque eu ganhava pouco por mês né. E a divida foi aumentando, aumentando, aumentando, poque quando a pessoa gosta tira até de onde não tem.

Entrevistadora: Tu falou que tomava comprimido, era que tipo de comprimido? Era em festa ou no dia a dia?

Sol: No dia a dia eu fumava maconha, era mais em festa. Toda noite eu fumava, mas de dia não porque eu tava trabalhando. Mas era um negocio bem pequenininho 10 reais, ai eu fumava poo, pra dormir a noite, passar logo os dias. Os comprimidos que eu tomava era copan, era remédio de doido mesmo. A gente botava dentro do guaraná, balançava e tomava devagarzinho, oxe dava uma lombra massa visse?! Mas eu não faço isso mais não. Lá não foi bom mas também não foi ruim. Mas eu também não quero mais visse, nem contato eu quero, as meninas se eu tiver que me esbarrar eu me esbarro, já me esbarrei com várias, na cidade e tudinho. Agora lá, as celas que a gente morava era tudo de frente uma para a outra visse?! Ai uma coroa, chegou e eu vi, era uma senhora já, mas lá não tem isso de idoso e não sei o que não, mas eu ia ceder meu lugar se fosse comigo, mas tudo bem, só que ai a menina ficava chutando ela e ficava dizendo “ essa vea e num sei o que” ai eu só vendo aquilo naquela cela, isso foi me enchendo, eu fui ficando nervosa, aí eu me levantei e gritei para a menina “ ei, tu é idiota ou o que? A gente ta aqui nessas celas poo, a gente ta tudo no mesmo barco, tu não precisa ficar humilhando a mulher não poo, podia ser tua mãe porra” ela mandando eu calar a boca ai eu disse “ eu vou calar minha boca é amanhã quando abrir as cela, já basta os policial que fica humilhando a gente poo, a gente aqui devia ser tudo unida e tu vem com essas presepada, tem o coração de pedra tu, tem que morrer na cadeia mesmo” Falei um bocado de coisa e a senhora chorando,

mas lá na minha cela todo mundo divide as coisa sabe, dia de domingo era bom porque a gente comia comida de fora, comida de mãe, uma delicia, ai a gente pegava, botava as comida de todo mundo no chão e todo mundo trocava, não pegava nem a bóia menina, essa parte era bom demais. Teve uma vez que tinha chegado um bocado de policial assim porque a imprensa tava lá fora, porque teve um negocio lá, eu esqueci o nome, que o policial atirou com tiro de borracha, as presa colocando fogo la dentro, uma menina quase que morria la. Todo mundo saiu da cela e ela dormindo, ai depois trancou as cela para o povo não pegar as coisas da outra e ela lá dentro, doidinha, e eu tava trabalhando, ai Dona Paula que ensinava a gente a costurar e foi uma agonia, as menina jogando pedra nos policial e era tiro de borracha, e eu escondida que eu não sou besta, mas nesse dia eu achava que ia morrer. Rebelião o nome, lembrei, eu peguei 3 lá dentro, uma a menina se matou enforcada, durante uma festa, acho que ela não aguentou a pressão. Eu fiquei muito triste, nova, 18 anos. Só vi o corpo passando e eu dizendo “ meu deus, quero ficar aqui mais não”, eu não comia, quase que fiquei com depressão. Porque também teve a questão do meu irmão.

Entrevistadora: Tu disse que tinha 2 ex marido, tinha o coroa também, tu me disse que lá dentro tu se envolveu com duas mulheres e aqui fora tu está com ela. Tu começou a se envolver com mulher lá dentro ou aqui fora?

Sol: Eu já me envolvia fora só que era nas entoca mas ai eu ficava com homem ai aqui fora eu conheci ela e todo mundo sabe, ela ficou com ciúme, viu tua foto e aí ela quis vir.

Entrevistadora: Haha, entendi. Tu falou que trabalhou mas e estudar? Tu estudou? Porque lá tem uma escola né?

Sol: Eu cheguei a usar a escola mas não estudei muito não, não tinha cabeça.

Entrevistadora: Quanto tempo isso?

Sol: Acho que um mês só

Entrevistadora: Aí tu não gostou, é isso? A escola era de manhã?

Sol: Isso, a escola era de noite.

Entrevistadora: Aí os trabalhos eram de manhã e a escola a noite né? Quando tu não estava na escola tu fazia o que?

Sol: Era, era isso. Eu assistia, também tinha aqueles videogames quadradinhos ai a menina tinha e eu jogava, conversava para distrair a mente.

Entrevistadora: E de tarde? Era outras coisas ou essas que tais falado?

Sol: Eu nunca ficava parada né, eu andava, via coisa errada e ficava calada né porque eu não ia me arriscar, via coisa certa, falava, quando tava acompanhada fazia um love, dançava, tinha um

sonzinho lá, podia entrar, ventilador podia entrar, só branco, preto não se fosse comida tinha que ser nos negócios transparentes, aí era isso.

Entrevistadora: Tu não estava grávida quando tu foi para lá, certo? E nem teu filho era tão pequeno para usar o berçário né?

Sol: Eu não usei berçário mas quando eu fui presa minha menina tinha 6 meses. Ela teve que desmamar. Mas eu já vi gente grávida lá né, teve gente que não nem tempo de ir para o médico, teve uma menina que pariu e usou lá o berçário. Usa até um período e depois coisa.

Entrevistadora: Tu te lembra do teu primeiro dia lá?

Sol: Lembro, foi terrível, porque como eu te disse eu tava beba aí eu acordei lá já e aí foi que caiu a ficha de que eu tava presa mesmo entendesse? Aí eu comecei a chorar, as meninas fizeram oração.

Entrevistadora: Tu tinha alguma religião antes de ir para lá?

Sol: Eu era de qualquer um, eu acredito em deus e acabosse. Eu já fui evangélica também. Muitas pessoas lá, tem religião, aí vai gente de toda religião lá orar e fazer as coisas. Criaram até uma lenda, que tem um negão lá e que já escutaram bater a grade de madrugada, aí o pessoal fala essas lendas lá porque quando fica apagada fica bem assustador sabe?! E lá as meninas chamam muito nome pesado, dos piores nomes. Tinha gente que tinha negocio de macumba.

Entrevistadora: Aí no primeiro dia, tu tava falando, que o pessoal tava fazendo oração...

Sol: É foi para proteger né, aí fui na cela da minha prima, que não era né, fui em adaptando né, fiquei com medo porque não sabia como era, depois fui relevando, vendo as coisas, ficando ligada e foi isso.

Entrevistadora: E teu último dia, tu se lembra?

Sol: Lembro, no dia que eu tava sentada costurando pensando na vida, eu gostei de costurar, aí me chamaram, aí eu fui lá e disseram para eu preparar as coisas para ir para casa aí eu fiquei muito feliz lá, eu até fiquei devendo para uma menina, acredita?! 100 reais. Foi tanta coisa na minha vida quando eu sai que nem lembrei de pagar nada, eu dei umas cortina que eu fazia para as menina lá, nem tomei banho porque eu queria muito ir embora, só que aí na agonia nem adiantou porque algumas foram se arrumar. Aí em levaram para um lugar onde assina, minha ex sogra e minha mãe tava lá já, foi tão bom, vi minha menina, dei beijo nela, aí onde eu morava morava com o coroa né, quando ele me viu ficou feliz não, ficou foi triste, por me ver magrinha, assim, aí eu disse a ele que depois eu recuperava, ele passou um tempinho triste mas depois ficou de boa.

Entrevistadora: O espaço lá, tu consegue descrever como era lá?

Sol: Eu vou te dar um exemplo visse, era desse pau pra cá, tinha um banheiro, um quadrado, era a menor que tinha e dormia 11 mulheres, um casal em cima, duas embaixo, uma de lado, uma num como se fosse balcão e o resto no chão. Ai tipo, que fosse de bonde, ai quem tava na vez no chão sobe para a cama, se passar 10 anos, não importa, lá tudo tem que ser limpo, todo mundo organiza.

Entrevistadora: E relação sexual, como era?

Sol: Cobria com os panos e faz lá o negócio. Como se fosse um barraquinho. Tem uma menina lá que o peito era bem durinho e ela andava sem nada de sutiã pelos cantos. Aí começou a namorar e botou o top. Lá a pessoa bota cueca box e top. Ai eu aprendi a desgostar de calcinha. Só usa na hora h e depois tira. Aí tinha briga, cassete visse?!

Entrevistadora: Pelo que tu tais me falando o que mais tinha era briga né, conflito?

Sol: Tinha muita briga mesmo

Entrevistadora: Qual o maior motivo de briga?

Sol: Dívida, ameaça de pegar a outra ou até furar. Mas chegando a esse eles mandam de bonde poo.

Entrevistadora :Se tivesse algo que tu dissesse que podia melhorar lá dentro, o que seria?

Eu não sei hoje em dia como tá lá, entendesse?! Mas da minha época eu queria que melhorasse a comida. Teve uma vez que eu fui comer uma comida e veio uma barata dentro. A galinha não é temperada direito, o macarrão teve uma vez que tava azedo. Ai nesse dia eu vomitei tanto. Negócio de médico, porque demora.

Entrevistadora: Como era para tu os vínculos afetivos que tu tinha fora, se tinha saudade, ou se teve algum ponto que entrou no automático.?

Sol: Era assim, quando chegava na quinta eu lembrava, de sexta para sábado eu ficava agoniada. É porque eu sempre bebi, entendesse?! Ontem mesmo eu bebi. Porque antes chegava sábado eu ia para a paia, ia para o shopping, ia para casa das meninas, bebia e tal e aí eu lembrava e sentia saudade disso, sabe?! Eu via o sol e ficava com uma vontade de ir para a praia. As meninas que briga fica 10 dias no castigo lá, aí elas precisa receber banho de sol para não ficar pálida, ai tranca as outras para elas poderem tomar banho de sol. Ai eu não entendo as pessoa que cria briga porque a pessoa já ta lá dentro e tudo que a pessoa faz lá dentro eles anota para o juiz ver.

Entrevistadora: E tu criou vínculos la dentro? Tu falou dos dois relacionamentos né, tinha amizade também, como era?

Sol: Teve um período que eu era próxima antes de eu ir trabalhar, mas quando eu fui trabalhar, eu mudei de cela e fui para a cela das trabalhadoras aí, fiquei la. São separadas lá, quem trabalha ou na cozinha ou lá na fábrica, ai são outras celas.

Entrevistadora: E é melhor?

Sol:É, é melhor, porque lá eu dormia na cama, não tem muita arenga, entendesse?!

Entrevistadora: Eu acho que é isso, tem alguma coisa a mais que tu queira falar especialmente sobre o teu dia a dia?

Sol: Lá tem que ter muito higiene porque cada dia lá alguém tem que fazer. Tem que ser limpo. Tem que cuidar das coisas. Tem gente que não tem dinheiro para fazer nem 1 minuto de ligação, porque lá é pago né, tudo é pago.

Entrevistadora: A equipe que trabalhava lá, tu tinha alguma interação?

Sol: Tem muito não, porque é tudo falso.

Quando eu sai tive saudade da mulé que tinha lá, não foi ruim não assim. Mas quando eu sai eu tive medo, mas foi ruim não, eu fui levando e deu certo.

Entrevistadora: Obrigada viu

Sol: Nada!

Transcrição entrevista Flor

Flor: Eu passei 13 dias lá. Dia 06 eu recebi voz de prisão e passei 13 dias. Eu passei meu aniversário lá. Isso foi muito significativo.

Entrevistadora: Vamos no flow, você disse que foi muito significativo para você, como?

Flor: Vamos lá, do começo. Eu recebi a voz de prisão eu tava indo para a faculdade e sem saber o que estava acontecendo. Eu vou falar porque eu fui parar lá, porque me deram voz de prisão. Eu tive alguns desentendimentos com a minha mãe dentro de casa, ela tirando a mim e a minha filha, tirando água, tirando lugares de casa que a gente pudesse circular. Eu e minha filha estávamos vivendo em um quarto, a gente comprava água mesmo sem poder, estava sem cozinha, porque ela fechava a cozinha, a gente sem fogão, sem geladeira. Foi um momento muito difícil e aí num momento com ela, eu dizendo “você não pode fazer isso, isso é tortura” ela é uma pessoa que precisa de tratamento, é muito agressiva, então eu tive uma infância que permeava por violência doméstica, muitas pisas de cinturão, bem difícil, a gente durante um tempo teve muita convivência permeada por violência, qualquer coisa ela vinha me agredir, não que eu tenha sido uma pessoa fácil, eu fui mãe aos 19 anos, ela tinha uma idealização minha dos estudos e isso caiu por terra e quando eu me separei que eu voltei para casa ela disse que não ia me aceitar, bem, aconteceu várias coisas, nesse tempo de convivência dentro da casa, da casa que foi construída pelo meu pai, eu achava que tinha direito de morar na casa, mas ela nunca me ofereceu esse direito, ela nunca me deu esse direito de viver dignamente lá com a minha filha, e minha filha vivenciando isso. Aí teve um momento que eu não aguentei mais vivenciar isso e resolvi expor a situação, com xingamentos mútuos entre eu e ela, só que ela foi, fez a denuncia e eu também fiz, só que eu não dei continuidade, porque era minha mãe e eu acreditava que depois que eu saí da casa, porque teve medida protetiva né, então eu tive que sair, e aí eu não fui para as audiências mais. Deixa eu te esclarecer, a gente chama isso de revelia, quando o juiz chama a comparecer e a pessoa não vai e você automaticamente assume a culpa. Espero que ela tenha consciência, abdique, eu não estou mais na casa dela. Só que ela deu continuidade ao processo, aí eu fui condenada, fui condenada a 1 ano em regime aberto, meu nome foi publicado 3 vezes no diário oficial como fugitiva porque eu não sabia o que estava acontecendo, eu não tinha ideia que eu tinha sido condenada, que eu estava sendo procurada, eu não tinha condições de pagar advogado para ficar ali no pé e muita gente se perde por isso, porque muita gente fica vítima até da falta de informação. Quando aconteceu isso, que meu nome foi publicado 3 vezes, que acho que teve até recompensa, aí eles foram na casa da minha mãe para me procurar. Aí minha mãe tinha dito a minha filha que eles foram lá me procurar, porque não tinham me achado no meu endereço, mas é que eu me mudei, aí não

tinham meu endereço, aí eu esperei que isso não desse em nada, que a justiça entendesse que isso foi um momento difícil de filha e mãe e pronto. Só que aí como a juíza se pronunciou varias vezes e eu não fui é como se a justiça entendesse que eu estava fugindo, e aí pronto, colocaram alguém para procurar. Aí eu recebi uma ligação de que eu tinha um documento a receber, foram 3 policiais civis, eu indo pagar minha faculdade para fazer minha matrícula, aí me pararam, me deram voz de prisão, mas não tocaram em mim disseram “olhe, você precisa ir para a delegacia” aí eu “como assim?” aí ele mostrou o documento que tinha mandado de prisão, aí eu entrei no carro da policia civil, chegando na delegacia eu não tive direito a nada, a acordo, a fiança, a audiência de custodia, tudo isso que o homem tem, é muito diferente da mulher, vamos só pontuar aí. Aí quando eu fui para a delegacia eu perguntei “eu tenho direito a advogado?” porque se eu tivesse dito, eu não vou não a delegacia, quem vai é meu advogado, mas desde o momento que eu fui eu percebi que tinha ali uma recompensa por ter me achado porque em nenhum momento a advogada conseguiu fazer nenhum acordo, para eu não precisar ir para o cárcere, aí eu acho que teve esse negocio de recompensa, a advogada eu contratei lá que era conhecida de um policial, infelizmente tem isso, a policia civil e militar tem isso, só teve uma mulher que eu notei que ficou “poxa, não posso fazer nada por você porque você já é procurada” é como se eles tivessem que executar. Aí eu fiquei me perguntando porque que eu não tive direito a negociar nada na delegacia, a audiência de custodia que tantas pessoas tem, e eu estudante, que trabalho, que faço minhas coisas e tava simplesmente sem saber, eu fui parada no cárcere. O que é que eu vou falar sobre isso? Vou falar que é injusto, que nossa justiça infelizmente só contribui para um sistema de patriarcado, machista. Porque tem homem que mata, que são traficantes e que marcam uma audiência de custódia e fica em regime aberto, paga fiança e não precisa ficar aí, entendeu? Então assim, quando eles dizem que tinham que me levar, porque a delegacia ia fechar e tinham que me levar antes de dar seis horas, que mandam eu entregar as minhas coisas para a minha advogada... E aí eu fiz, meu deus do céu e tirei minhas coisas de valor e entreguei para a minha advogada, quando eu cheguei lá e eu ainda tava sem acreditar, eu chorava muito, eu tinha... Acabou, acabou tudo, acabou a vida né? O trabalho como é que eu ia fazer, foram 13 dias e foram 13 dias sofridos, sofridos com dinheiro, porque sofre mais quem não tem dinheiro. Então vamo lá, eu cheguei lá, eu cheguei lá e tava faminta, me deram um pão, foi o único dia que eu comi direito, o único dia. Graças a deus as meninas que me receberam, as agentes, disseram “você não vai logo para perto das meninas”, porque assim, tem uma parte que fica as que não tem recurso nenhum, que se chama “favela”, e a parte “boa viagem”, é louco, mas é real, aí eu fiquei na parte “boa viagem” e aí eu fiquei

numa cela que tinha uma assaltante de banco e traficante de fúsil, ela é tipo “a mãe” e com outras 3 mulheres

Entrevistadora: Desculpa interromper, mas você disse que ficou em boa viagem, o que determinou isso foi a questão financeira?

Flor: Sim, foi a questão financeira, totalmente. Tanto é que tudo lá é pago, se você quer uma comida, se você quer lavar o cabelo, o salão de beleza lá, o salão de beleza é agenciado pelos agentes, as mulheres trabalham para os agentes e se pagam para os agentes e elas não ganham nada, só condições melhores, rola tráfico lá, prostituição, tudo que você imaginar, violência, mulheres agredindo mulheres no limiar da tolerância. Então assim, é tão difícil, viver ali que elas não se aguentam. Aí tá lá, no primeiro dia dorme sem nada, uma senhora que estava lá, ela fazia 5 anos que estava lá, o processo parado em Brasília, me ofereceu um lençol para eu pelo menos me cobrir, porque faz frio lá, o chão é úmido, a parede é úmida, tem bichinho, mas tem limpeza, nessa cela todo dia uma ficava encarregada de fazer a limpeza, nas outras eu não sei. Quando a gente tá lá, tudo é muito grande, tudo faz muito sentido, então no primeiro e no segundo dia, no terceiro dia é que eu tive roupa, meu ex companheiro levou roupa, colchão, até então eu não tinha nem calcinha, foi quando eu fui na assistente social. Porque para você receber alguma coisa é só dia de fim de semana, dos seus familiares. Ou pelo seu advogado que pode ir qualquer dia. Ai veja que coisa louca, a minha advogada foi no segundo dia, mas quando eu contratei ela na delegacia ela disse “você não passa um dia”, aí eu fiquei “se eu não vou passar um dia, porque que eu tenho que ir, tente negociar aqui, eu condenada a um ano de regime aberto, não tem necessidade de eu retroceder e ir para o fechado, por que isso?” aí eu vim muito contrariada, muito choro, muita dor, aí a colega de cela disse “aqui ninguém fez nada” como se dissesse que se eu estava ali é porque eu tinha feito alguma coisa, e desde então isso passou a ser uma verdade para mim, comecei ao longo dos dias a me punir, se eu estava ali é porque eu fiz alguma coisa, e é isso que é determinante porque a mulher tá ali as vezes por uma besteira, algo que é fácil de resolver mas na nossa justiça machista e patriarcal, gostaria de voltar a dizer, não se olha o lado humano, a vulnerabilidade, a família, a defesa de sua casa, o homem é que tem que estar dominando a violência, e a “proteção”, aí o homem pode estar ali praticando a violência mas quem está falando é ele e eu tenho que aguentar, se algum dia eu me rebelar contra ele, a justiça tá ali pronta. É tão difícil falar sobre isso, porque olha, agora eu tenho medida protetiva contra o meu ex, você sabe quanto tempo demorou para sair essa medida protetiva? Quase 15 dias, 15 dias de medo, 15 dias sem poder me rebelar contra ele, 15 dias que se ele quisesse me matar... Você entende? Eu já tinha sofrido com a justiça antes. Hoje eu falando com a minha terapeuta, ela disse “tenha medo, porque como você está na cautelar ainda,

qualquer coisa que acontecer ele vai justificar que você fez e você sabe que a justiça não vai te olhar com bons olhos porque vai alegar que você vai estar produzindo algo de lá atrás” você entendeu? Porque ele me ameaçou de morte duas vezes e eu ficava “meu deus e se ele chegar aqui, o que é que eu vou fazer? Eu não vou poder fazer nada, não vou poder me defender, empurrar dele, nada” porque a justiça ia olhar o processo ia ver que eu assumi a culpa no negocio da minha mãe, ia me taxar de agressiva, porque eu não sou réu primário e pronto.

Aí voltando lá, eu tava acreditando que eu era isso, e a gente sofre, tem xingamento, a comida é uma comida que parece uma lavagem, tinha barata, nos 3 primeiros dias que eu não tava com dinheiro lá eu tive que comer a comida e é horrível, é barata, é pombo fazendo coco, é desumano. Tanto que você vai no masculino tem frigobar, micro ondas, e lá no feminino é tudo proibido, tá?! O celular ela vai para uma cela solitária, suja, sem direito a nada. Os homens tem muito mais regalias dentro do presídio, tem visitas intimas, coisas que as mulheres não tem e quando tem, é num lugar lá que é sujo, nojento, a cantina de lá também passa pelo controle dos agentes, e tudo lá é o dobro, é muito caro, quem domina os presídios femininos em Pernambuco são os agentes. E os recursos, podiam ser destinados as mulheres que precisam ali fazer um dinheirinho para mandar para casa, tem filho que precisa para mandar. Aí veja como é o sistema que não ajuda, por exemplo, eu tava trancada com uma mulher que era traficante de fuzil, a outra que era assaltante de banco, a outra que não sei o que, tentativa de homicídio, aí eu ficava “meu deus, por que eu to aqui”, é né, o que tem para hoje. Eu ficava escutando as histórias delas e muitas vezes eu ficava confusa, com a minha identidade, com quem eu sou. Logo depois, meu pai morreu em dezembro né, aí ainda tava vivenciando o luto, de todas as coisas possíveis, de abandono, porque meu pai era a representação de amor aí chegou isso e eu pensei “pronto, acabou com a mulher, acabou com meu trabalho, acabou com tudo” e aí você vai percebendo ali que você acaba se desumanizando, que você acaba se tornando um bixo por sobrevivência, se elas tem algo já guardado lá fica inflamando, eu vou te falar, eu hoje tenho muito medo da justiça, hoje para mim a justiça é uma justiça hipócrita, que tem juízes que vendem as sentenças, vende alvará, quem paga mais, se for homem melhor ainda, conta poder aquisitivo, você entende? Quantas mulheres não tem recurso nenhum e vão permanecer ali, porque a nossa justiça o defensor público ele passa e deixa ela lá, deixa sofrer, deixa “pagar”, porque o único intuito da nossa justiça é punir, é fazer pagar, não tem nenhum processo de ressocialização, de escuta, de entender quais foram as necessidades particulares, uma coisa é você dar dignidade para uma pessoa, outra coisa é você tirar isso dela, você tira o que há de mais preciso da pessoa, o amor próprio, o amor a vida. E aí quando você bota ela num lugar que não favorece, que trata ela como bicho, que usa o corpo dela para explorar, desigualmente como se fosse afastar da

sociedade e tratar isso como escoria a gente ve isso em tudo, na comida, na própria estrutura, mulher... Só deus, a minha fé era que aquilo ia passar, toda noite eu rezava que aquilo ia passar, as vezes a gente pensa que aquilo é o fim mas ai os dias vão passando, a partir do terceiro dia eu tinha um colchão, e ai assim, não tem roupa pra trocar, lá eles dão produto de higiene, dipirona e eles dão, mas assim, elas lá são na base do Rivotril, elas tomam Rivotril direto para ficarem chapadas, entendeu?

Enfim, é a forma que elas encontram para aliviar a dor. As vezes a própria histeria, que na sociedade de hoje pode se mostrar de várias formas né?! E não se vê a linha de tempo dessa mulher. Acho que não tem cuidado no diagnostico acho que as vezes é para causar dependência química mesmo ali, para deixar elas mais calmas, para que elas não se rebelem, para facilitar a exploração, então é tudo muito cruel, não é algo para a dignidade dela é como se desse o remédio para confortar, para não sentir tanto mas nesse não se sentir tanto você deixa de se ver, e nisso de aceitando tudo, acaba aceitando a questão da falta de dignidade, de violência, de tudo. Ai pronto, foram esses dias bem punks, bem difíceis e eu perguntando para a minha advogada “mas rapaz, essa prisão é cautelar, por que ta demorando tanto?” Ela dizendo que tinha coisa no ministério público e tal, da decisão e depois ir ainda no juiz, e essa pessoa que administra o bom pastor já tem a fama de ser muito severo com as mulheres, de não dar alvará fácil, ficar massacrando para responder, mesmo se o parecer do ministério público der ok, e ele é o juiz que cuida daqui, não sei se eu posso falar isso, mas... Espero não falar meu nome para não comprometer. Um dia antes de sair meu alvará foi meu aniversário, eu pedi um bolo, as meninas cantaram parabéns, mas aquilo foi muito significativo, quando eu percebi que aquilo era um divisor de águas, que eu completar 40 anos, ai eu pensei em tudo o que eu tinha feito até aquele momento, nas coisas com a minha mãe, de todas as violências que eu já tinha vivenciado na vida, eu poderia ressignificar aquilo dali, eu saí com uma vontade enorme de fazer mudança ali, de ajudar outras mulheres, tanto é que assim hoje eu estou tentando viabilizar uma oficina para mulheres, para quebrar esse ciclo de violência, para ensinar o que eu faço que são brinquedos educativos, para que elas possam sair da violência porque quando eu estava na casa da minha mãe a minha dificuldade era ter dinheiro para sair e pagar um aluguel. As vezes o ciclo da violência está para além do que a mulher possa desejar. Eu acredito que ela não quer roubar, não quer matar, eu acredito que as vezes se faz isso por defesa e as vezes se faz isso até para proteger os próprios filhos. Essa senhora que estava comigo tem 3 filhos, o que levou a ela a traficar? Será que não foi o marido que sugere, as vezes esse comportamento é para garantir o sustento da família. Então quando eu escutei dessa senhora que no início ela roubou uma caixa de caneta para vender no sinal e ter o que dar para alimentar os filhos eu fiquei “meu

deus”, e ela tava lá esquecida esperando o defensor público fazer algo por ela, arriscando perder os filhos para adoção, então as vezes a justiça em si ajuda a alimentar a violência. Até a sociedade civil, a academia, as omissões que as pessoas vão lá e não fazem nada, ir lá e aquilo não afetar. Eu agora estou terminando o curso de psicologia, mas não por estar terminando o curso, mas é de humanidade, é degradante ver uma pessoa cheia de Rivotril lá sentada, babando, sem tomar banho, as celas lotadas, rivalidade para ter espaço, tudo até celular tem lá, mas você paga. Eu usei até para falar com a minha filha lá porque a minha filha estava em João Pessoa sem entender o que é que estava acontecendo, sofrendo, com vergonha, ela ficou sem acreditar e poucas são as visitas para as mulheres, as famílias abandonam, enquanto você vê filas e filas nos presídios masculinos, no feminino é muito difícil, tem muito abandono, os pais não vão lá, não levam os filhos, porque nossa sociedade pune e rotula e deixa você a margem. A mulher realmente é aquela levar a cruz, tudo por mínimo que seja vira grande e eu entendo que isso tem a ver com uma política opressora que as vezes é feita na sua casa, no seu trabalho, quando se aceita um assédio, se naturaliza aquele tipo de atitude e tudo se reproduz. Eu hoje me sinto mais fortalecida porque eu tenho o centro Clarisse Lispector como uma rede de proteção, se não tivesse eu provavelmente não estaria conversando com você aqui, (chora) eu não sei se eu teria conseguido superar, porque depois que eu sai eu ficava tendo sonhos, eu achava que qualquer coisa eu ia voltar para lá, eu ficava sem sair de casa, eu tinha medo de carro branco, eu ficava com medo de falar alguma coisa, que me pudesse levar para aquele inferno e eu fico pensando se em 13 dias eu sofri tanto impacto psicológico, imagina mulheres que estão lá a anos, você entende? Que sociedade é essa, que governo é esse que fala em ressocialização das mulheres, qual é o lugar para elas? Não tem, uma das coisas que a gente percebe é que muitas são reincidentes, isso porque eu escutei as outras meninas falando “eita mulher, tu voltou” então como é isso? porque é algo muito sério tirar a liberdade de alguém e qualquer coisa é um “volta para lá”, mas assim pensando pela questão de dignidade, tu passa 2 anos lá, sai constando tu como ex presidiária, tua família nem te quer mais em casa, isso é uma hipótese mas vai que isso acontece e tua única opção era voltar para o que tu fazia. Porque nem a sociedade ajuda porque se saísse e tivesse emprego, era outra coisa. Quando eu fui lá assinar, tem um pessoal que tenta fazer isso mas é algo muito difícil e se você tiver qualificação, então não é algo que se tem também, a pessoa sai acabada de sofrimento, você passa a não entender seu lugar na sociedade e achar que “sou bandida mesmo” e é como se tivesse toda uma logística de quando não se segue o padrão que se passa por um momento desse e você vai ser condenada para o resto da sua vida pela sua família e pela sociedade. Eu tenho uma empresa de brinquedos e estou com trauma em decorrência disso, certo? Eu to com um currículo para mandar para uma grande

clínica no Recife, e eu tenho medo que ela vá olhar nos dados e ela veja. Minha terapeuta disse que ela não tem como ver isso, mas caso ela vá investigar, que veja que tem isso, que eu estou cumprindo pena. Durante 5 anos meu nome vai estar publicado então que dignidade é essa? Então se eu não fosse tão determinada a conseguir aquilo que eu quero... Pronto, quando você entrou em contato comigo eu pensei “Pronto, é a oportunidade de eu falar para que a gente consiga entender aquilo, o que é que se oferece para essa mulher” Porque a violência, Natália, só acaba quando a gente oferece condições dignas. Quando tem a opressão de mulheres em vez de educação, porque tem que se ficar dentro da cela, você só sai para comer e volta para a cela, se vê tráfico, manipulação de medicamentos, exploração de mulheres, não se pensa as estratégias que possam se utilizar para aquilo não se repetir, que ela lá fora conseguisse destravar desse sistema e não ser mais uma, por isso que hoje em dia se ver tantas mulheres no crime, e o número vem aumentando e é por esse sistema que elas estão cada vez mais enfurecidas, um crime feito por mulheres é muito mais carregado de emoção, de afeto, então você entender que uma mulher que apanhou a vida toda do marido e mata ele a facadas elas podia dar uma facada e matar mas se dão várias facadas, por que aquela lá cortou o marido, parecem muito que se tem um acumulo de ódio, então a gente precisa entender como funciona e acolher essa mulher, esse sentimento, você entendeu? A punição da mulher não vem desse tempo, ela carrega as cruzes da sociedade a muito tempo, não se pode ter autonomia, não se pode ser dona do seu próprio corpo, qualquer coisa é ela que provocou, é como se o homem tivesse sempre em resposta. É como ele que chegou para a minha filha e disse “é porque a sua mãe não me serviu” como se eu tivesse a obrigação, é como se a mulher tivesse ali para servir, isso em todas as áreas, até lá quando as mulheres trabalhavam, lavavam o cabelo umas das outras, mas o dinheiro não ia para elas então não tinha a valorização do trabalho. É como se fosse um sistema para silenciar-las porque a mulher calada é melhor que a mulher que fala.

Entrevistadora: Agora eu vou fazer perguntas mais específicas de como foi teu cotidiano lá, teu dia a dia durante esses 13 dias, tá? E você pode falar livremente. A gente sabe que lá tem uma escola, um local de trabalho e o berçário, você fez uso?

Flor: Não, não, nada disso. Tudo era em um outro espaço, não há uma comunicação, elas ficam em alas diferentes. A fábrica de costura eu até tive vontade de conhecer até para sair um pouco, passar o tempo, mas não posso falar porque não consegui não. Não sei como é o tratamento lá.

Entrevistadora: Como foi o teu cotidiano lá, também queria saber como foi teu último dia lá.

Flor: O meu último dia, quando eu fiquei sabendo, por telefone, dizendo que meu alvará tinha sido expedido e daí no outro dia de manhã cedo, quando foi 08 horas da manhã, assim, 07:30,

já tava lá, me chamaram, e é uma alegria muito grande. Durante esses 13 dias eu vi mulheres chegando e saindo, chegando elas chegam devastadas, com uma coisa de sofrimento muito carregada e quando sai é um grito e muito grito e as meninas comemoram porque assim é engraçado porque cada dia é muito intenso então acaba que você cria um carinho que ta todo mundo no mesmo barco, ta todo mundo no mesmo sofrimento, cada uma distintamente, mas como se tivesse todo mundo ali, se explodisse ia morrer todo mundo mesmo né?! Aí na hora de sair é todo mundo “tu saísse é?” Até quem não é da cela. E quando a pessoa sai tem que ir alguém buscar, aí quando eu sai eu (chora) “meu deus, eu estou aqui de volta, eu estou livre, eu tô livre, é muito significativo isso, porque a primeira coisa foi que eu fiz foi falar com a minha filha, eu pedi que ela viesse. Eu saí numa segunda, no fim de semana ela veio, a gente saiu juntas, veio até para cá e é se reventar, sabe?! E é diário, eu hoje ainda tenho muitos receios, receios de alguma pessoa me reconhecer, receio de alguém saber, tenho muito e eu sinto uma vergonha, pode até ser um preconceito meu mas assim eu acho que fica muitas sequelas do que eu vivi lá, eu ainda hoje tenho sonhos lembrando do que eu vivi lá, mas estou tentando superar isso que eu acredito que isso vai acontecer, as vezes a gente pensa que é um grande pesadelo, e assim, já já vai fazer um ano, eu conversando com você claro que passa um filme de tudo mas assim, cara eu sobrevivi. Eu sobrevivi. (ri aliviada) porque por muitas vezes lá e pensava, se eu morrer agora tudo bem, eu não tenho mais nada para viver, a gente sai com um vazio de sentido assim, para mim não fazia mais sentido muita coisa, fiquei com muito medo, vergonha, fiquei sem sair de casa, assim, mas a coisa que eu sempre pensava é que não foi por acaso, que tem alguma coisa que deus quis me mostrar, que eu pudesse ajudar, ver lá na frente alguma coisa e agora você está aqui. Isso tem um sentido, nada é por acaso. O que mais?

Entrevistadora: Queria saber mais sobre o seu cotidiano, como eram os dias? Cada dia era muito único ou tinha algo comum?

Flor: Lá todo dia é um dia único, é um dia de esperança para todo mundo, todo dia tem um horário de visita do advogado e é assim, uma expectativa, cada dia, as horas não passam, é tudo muito em câmera lenta as coisa, lá tem uma rotina que você acorda, tem que limpar logo as coisas, organizar tudinho, isso logo de manhã cedo, tem lixo para recolher, umas 5h, sempre tem alguma coisa a mais, um conflito, alguma coisa da coisa ficar a flor da pele, disputa, lá tem muitos caso homoafetivos por conta da carência, porque assim, há um abandono, tanto familiar quanto da sociedade, porque assim, os homens recebem visitas de mulheres que as vezes não são nem deles, até terceirizadas, sem ligação parental, e lá não acontece muito, ninguém vai olhar você, ninguém vai cuidar de você e é isso, é uma realidade muito diferente.

Entrevistadora: Você conseguiu nesse tempo criar algum vínculo afetivo, não necessariamente romântico, afetivo de afeto mesmo, dentro do cárcere?

Flor: Sim, eu me aproximei desse mulher que eu disse que é meio que a mãe, ela me acolheu, ela tem educação que nem eu, educação que eu digo no sentido de formação, a gente tinha algumas coisa em comum de conhecimento, de literatura, a gente falava de alguns autores, era como se fosse uma mãe mesmo e ela me protegia, porque como eu te falei lá cada um por si e deus por todos, quando você tem uma proteção, por exemplo, quando eu cheguei lá que eu passei 3 dias com a mesma roupa, só fazia trocar num pijama para dormir, e eu não ia sair assim. As meninas as vezes passam de shortinho, para a seduzir os agentes, sedução mesmo, a maioria são homens, então movimento da sedução para a questão da prostituição, aí teve uma menina que chegou para mim já com uma certa agressividade, aí perguntou “tu só tem essa roupa é?”, aí eu “você tá incomodada é?” Ai ela “tou” e eu “poxa, menina, cuida da tua vida, aqui já é tão difícil” e tudo lá é por besteira, é um olhar de lado é um falar alguma coisa que já rola o teitei porque elas estão sempre ali assim.

Entrevistadora: Eu ia perguntar também dos conflitos, que você já citou aí, quais são os principais motivos dos conflitos?

Flor: Intolerância. As vezes eu não gosto de tu, eu não gosto da tua cara, eu vou passar a gilete nela. Tudo é arma lá, tudo vira uma arma, ponta de caneta para furar o olho de uma, o gilette prestobarba elas tiram aquela lâmina para cortar outras mulheres, faca lá não tem nem garfo, só colher e assim, tem uma coisa que tudo vira, não usa produto químico, só água sanitária e tudo lá é vendido, detergente também e veja, coisas que eram para ser fornecidas por uma questão de higiene, que tem o covid, o auge do covid, pano que também era vendido lá. E os conflitos acontecem porque tu pegou isso meu lá, não foi com a minha cara, porque veja, se elas usam remédio elas ficam mais sensíveis ainda, especialmente as que usam drogas, a droga entra, existe o tráfico é bastante, e aí as mulheres estão ali e por exemplo se eu ouvir dizer que tu tá dizendo que eu estou vendendo droga já é motivo para ter um pau aqui, entendeu? Tentativa de matar, as vezes acontece.

Entrevistadora: Tua cela tinha quantas pessoas?

Flor: 4

Entrevistadora: Tu dizia que passava a maior parte do tempo na cela, tu tem ideia de quantas horas por dia?

Flor: Mulher, a gente só saía para comer e volta, é no almoço e de cinco horas.

Entrevistadora: Deixa eu checar aqui se eu não esqueci nada, uma ultima pergunta, houve algum momento em que você se sentiu bem?

Flor: Não. Quer dizer, no dia em que eu saí e também no dia do meu aniversário, que teve bolo, tinha uma comida diferente. Eu me senti gente, foi um resgate de dignidade, de valorização, porque qualquer coisa é muito, se você tem uma roupa já é muito, se você tem uma toalha é muito, se você tem dinheiro para fazer uma ligação, é muito. Se você pode lavar o seu cabelo, é outra coisa. Eu hidrato meu cabelo hoje e eu nem, mas lá é outra coisa. Coisas que para a gente é comum, lá é uma coisa de outro mundo, visitas, eu via mulheres chorando porque a mãe foi visitar, é muito louco isso, porque é um resgate da dignidade porque é algo de independente de você estar aqui, você é gente, porque lá é muito confuso isso, você é tão massacrada, é tão cruel que você se confunde mesmo, você desvaloriza, fica “pra quê lavar o cabelo?” “pra quê tomar banho?” tem gente lá que não tomava banho, que se esquece, que se abandona, por acreditar que isso não tem importância, já que já está ali a margem. Mas tem umas que se maquiavam, se arrumam em dia de visita só pelo fato de receber visita.

Entrevistadora: Tu sabes me informar qual o tipo penal que eles te enquadraram?

Flor: Maria da Penha

Entrevistadora: É isso, muito obrigada.

Flor: Acabou, já?

Entrevistadora: Foi. Muito obrigada. Eu vou desligar a gravação aqui na tua frente.